



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os catadores e a cadeia produtiva de reciclagem: uma análise no cenário capitalista

Camilla Helena Guimarães da Silva
Orientador: Prof. Dr. André Luis Castro de Freitas

RIO GRANDE
2020

§506c **Silva, Camilla Helena Guimarães da.**

Os catadores e a cadeia produtiva de reciclagem: uma análise no cenário capitalista / Camilla Helena Guimarães da Silva. –2020. 131 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2020.

Orientador: Dr. André Luis Castro de Freitas.

1. Catadores de Materiais Recicláveis 2. Educação Ambiental
3. Etnografia 4. Justiça Ambiental 5. Relação de Trabalho
I. Freitas, André Luis Castro de II. Título.

CDU 504:37

Catologação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os catadores e a cadeia produtiva de reciclagem: uma análise no cenário capitalista

Camilla Helena Guimarães da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Ambiental – PPGEA como parte dos requisitos
para a obtenção do título de mestre.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. André Luis Castro de Freitas
Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental (FEA)
Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA

1º avaliador: Profª Drª Cleoni Maria Barboza Fernandes
Linha de pesquisa: Inserção Social: trabalho, cultura e tecnologias na educação
básica
Instituto Federal Sul-Rio Grandense – MPET

2º avaliador: Profª Drª Cláudia da Silva Cousin
Linha de Pesquisa: Educação Ambiental: Ensino e Formação de
Educadores(as)
Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA

3º avaliador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação Ambiental (FEA)
Universidade Federal do Rio Grande – PPGEA

Local:

Defendida e Aprovada pela Banca Examinadora em: 26/03/2020
Defesa via plataforma virtual da FURG
Rio Grande

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a minha mãe, que incansavelmente me apoiou de todas as formas possíveis no decorrer da pesquisa e da escrita. Depois, aos sujeitos de pesquisa, os catadores da Cooperativa COOTAFRA em Pelotas-RS, pois sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

É difícil começar os agradecimentos desse trabalho sem falar de gratidão. Pensar que a gratidão se resume ao ato de retribuir as situações agradáveis que outras pessoas geraram em minha vida é uma forma de pensar muito rasa, pois ser grato é um estado de espírito. E posso dizer hoje que sou grata – verdadeiramente – por conseguir chegar aonde cheguei com a minha pesquisa, apoiada em pessoas ímpares.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus e aos Orixás que não me deixaram faltar em nenhum momento o necessário para que eu pudesse realizar o meu trabalho. Depois, mas não menos importantes, agradeço as minhas famílias carnal e religiosa, por todo o apoio nos momentos que precisei. Em especial as minhas mães Márcia e Karla e ao meu pai Guilherme, que sempre tiveram as palavras certas, nos momentos certos para acalantar minha alma nos momentos mais difíceis.

Ao meu fiel companheiro de escrita, Tito Lívio, que em nenhum momento deixou de me acompanhar nas noites adentro, mesmo morrendo de sono.

Ao meu grande amigo Leandro Haerter, pelas incansáveis conversas, nos sushis, cafés, cachoeiras... enfim... Por todos os momentos que falamos dessa dissertação nos mais diversos espaços. E também pela leitura carinhosa do meu texto nos meus momentos de desespero!

Aos meus amigos de jornada acadêmica Bernard, Tom, Willian, Lenin, Ana, Tiago, Isaías, dentre tantos outros, sintam-se todos contemplados nesse parágrafo: todos foram muito importantes para mim e para o meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço pelos momentos de desespero juntos, pelos “rolês”, pelos cafés, chás e sonhos compartilhados, pelos momentos de descontração, pelo nascer do sol na praia e por tudo mais que ainda iremos partilhar nessa vida!

Ao meu orientador André, por todo o carinho e disposição nas orientações durante esta caminhada para me tornar Mestra.

À professora Cláudia Cousin por me mostrar a professora que eu quero ser, com todas as qualidades didáticas, moral e éticas que percebo em um profissional.

À professora Cleoni Fernandes pela profissional que se constituiu, por todo o zelo e cuidado com o meu trabalho, por todas as contribuições extremamente

pertinentes para a qualificação. Só me resta meu muitíssimo obrigado!

Ao professor Carlos Machado por ter sido uma das grandes inspirações marxistas da minha caminhada acadêmica.

Às professoras Vanessa Caporlingua e Simone Freire por me darem todo o suporte no Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental – GPDEA durante minha estada no programa, além de serem grandes parceiras de trabalho, boas amigas e um verdadeiro exemplo como profissionais da Educação Ambiental.

onde quer que haja mulheres e homens, há sempre
o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o
que aprender.

Paulo Freire

Resumo

Esta dissertação revela o trabalho realizado com vistas à conclusão do mestrado em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Propôs-se, a partir das observações emergentes da vivência em uma cooperativa de reciclagem, no município de Pelotas - RS, com base na atividade de catação de lixo, compreender a abordagem socioambiental da realidade dos indivíduos socialmente envolvidos no ambiente de catação e reciclagem, tendo como referência de análise os referenciais de Marx (2011b, 2017), Freire (1987, 2018), Loureiro (2007), Layrargues (2012), dentre outros. A pesquisa se configura como um estudo do tipo etnográfico, utilizando como metodologia o acompanhamento da rotina de trabalho dos sujeitos-catadores colaboradores da COOTAFRA, em Pelotas, RS. A coleta de dados aconteceu por meio de observação-participante e registro em caderno de campo. Pela natureza de abordagem e tratamento de dados, a pesquisa teve caráter qualitativo. Encontrou-se como resultado das análises que existem diversas formas dos sujeitos de encarar a sua realidade, estando condicionados à alienação e à precarização do seu trabalho. Observou-se também que quanto à educação e consciência ambiental, os mesmos se encontravam, em sua maioria, em uma visão pragmática.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis, Educação Ambiental, Etnografia, Justiça Ambiental, Relação de Trabalho.

Abstract

This essay reveals the work done in order to achieve the Master's Degree in Environmental Education at the Graduate Program in Environmental Education of the Federal University of Rio Grande. From observations emerging from the experience in a recycling cooperative in the city of Pelotas - RS and based on the garbage collection activity, it was proposed to comprehend the socio-environmental approach to the reality of socially involved individuals in the collection and recycling environment, having as reference for analysis Marx (2011b, 2017), Freire (1987, 2018), Loureiro (2007), Layrargues (2012), among others. The research configures as an ethnographic study and utilizes monitoring of the work routine of COOTAFRA's collaborators subject pickers in Pelotas, RS. The data collection happened through participant observation and registry in a field journal. By the nature of the approach and data processing set out, the research had a qualitative character. As the result of the analysis it was found that there are several forms for the subjects to face their reality, conditioned to the alienation and precariousness of their job. Regarding education and environmental consciousness it was also observed that they were mostly in a pragmatic view.

Keywords: Recyclable waste pickers, Environmental education, Ethnography, Ambiental Justice, Works relationship.

Lista de Fotos

Foto 1 – A infância - Aos cinco anos em um dos poucos momentos sem óculos de grau, mas com dificuldade para enxergar.

Foto 2 – Campo em alto-mar durante o curso de Oceanografia na UFMA – MA.

Foto 3 – Quando eu fui uma borboleta na Estrada de Ferro Carajás - PA.

Foto 4 – Pátio conjugado da Petrobrás com a Vale S/A em São Luís – MA.

Foto 5 – Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente do Senac – RS.

Lista de Siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
a. C. – Antes de Cristo
AVC – Acidente Vascular Cerebral
BOPP - bi-axially oriented polypropylene, que significa película de polipropileno biorientada
CBO - Catálogo Brasileiro de Ocupações
CD – Comitê Diretor
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COOTAFRA - Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais Fraget
COORECICLO - Cooperativa de Trabalho e Reciclagem Ltda
CORSOL - Complexo de Destinação Final de Resíduos
CRASS – Centro de Referência de Assistência Social
DILN - Diretoria de Logística Norte
EA – Educação Ambiental
EAT – Educação Ambiental Transformadora
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPIs – Equipamentos de Proteção Individual
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
GAMAG - Gerência de Área de Meio Ambiente e Gestão
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
NBR – Norma Técnica
ONGs – Organizações Não Governamentais
PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PNRS - Política Nacional dos Resíduos Sólidos
PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PP – Polipropileno
PS – Poliestireno
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RS – Rio Grande do Sul
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SANEP – Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
URM - Unidades de Referência Municipal
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	História de Vida – catando sonhos	13
2	Dos resíduos à cadeia da reciclagem: construção do tema	18
3	Estado do Conhecimento.....	28
4	Fundamentação Teórica	43
4.1	Pelotas e a Legislação de Resíduos.....	43
4.2	Miséria e catação	52
4.3	Caminhos da exclusão.....	56
4.4	Trabalho, Alienação e Ideologia.....	58
4.5	Educação e Justiça Ambiental	68
4.6	Humanização x Desumanização, Autonomia x Heteronomia.....	72
4.7	Qual o lugar do catador?	76
5	CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	84
5.1	Vivência de caráter etnográfico	87
6	DOS DADOS À ANÁLISE – O PERCURSO DA PESQUISA.....	89
6.1	Caderno de Campo	92
6.2	Entrevistas.....	100
6.2.1	Entrevista – Informante Girassol.....	102
6.2.2	Entrevista – Informante Begônia.....	105
6.2.3	Entrevista – Informante Rosa.....	107
6.2.4	Entrevista – Informante Jasmin.....	109
6.2.5	Entrevista – Informante Crisântemo.....	111
6.2.6	Entrevista – Informante Violeta	111
6.2.7	Entrevista – Informante Orquídea	113
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	119
	APÊNDICE	128

1 História de Vida – catando sonhos

Desde muito cedo, fui uma criança diferente, tal que, a partir dos cinco anos comecei a usar óculos. Não foi difícil acostumar-me com eles, pois em casa todos usavam um par de lentes. Minha avó, dona Nadime, uma alfabetizadora de “mão cheia”, dizia-nos que era porque todo mundo ali gostava de ler. Pudera, tive mãe professora, pai professor, tia professora, a própria avó professora e o avô advogado. Neste contexto, todos amantes de leitura! Eu e meu irmão herdamos esse amor à leitura, refletido nas nossas escolhas profissionais: “Lalá¹” é jornalista e eu, uma oceanógrafa metida à professora (agora estudante de Pedagogia).

Foto 1 – A infância - Aos cinco anos em um dos poucos momentos sem óculos de grau, mas cheia de dificuldade para enxergar



Fonte: Arquivo pessoal.

A dona Nadime ou só “Naná”, como ela gostava de ser chamada, era uma normalista, o que corresponde ao curso de Magistério em nível médio. Assim como eu, o meu irmão e as minhas duas primas também aprenderam a ler com os dons da nossa avó. Já fomos para a escola sabendo a mágica das palavras e como era aprender sem cartilhas prontas, mas com os cadernos de caligrafia que a nossa avó escrevia para nós. Lá na minha infância aprendi muitos valores que mais tarde me levariam a estudar e a me alinhar com a forma de compreender a educação segundo Paulo Freire.

¹ Como carinhosamente chamo meu irmão caçula, Laércio.

Conheci pouco sobre a carreira profissional da minha avó quando jovem, mas sei que ela tinha gosto por nos ensinar. Não tenho lembrança dela lecionando fora da nossa mesa de estudos, pois ela havia deixado o trabalho para cuidar do meu avô que havia sofrido um AVC. Para complementar a renda e custear o tratamento do meu avô, ela cozinhou para fora e, ainda, teve que vender alguns bens. O que ela gostava era de nos dar aula, de nos ensinar coisas, especialmente a arte de ler. E cada vez que ela colocava seus óculos para ler algo, naquele momento não existia uma mulher, mas sim um ser, o mais inteligente no mundo para mim, e aí eu entendi que aquele par de lentes era algo maravilhoso. Na escola foi mais difícil entrar com meus óculos, pois ninguém tinha um igual ao meu. Aceitei o desafio de enfrentar o mundo: eu e ele. Com meus óculos desafiei um universo de páginas atrás de um sentido para os meus dias. Conheci muitas ciências, mas tudo que se relacionava à natureza sempre me chamou muito a atenção. Como cresci em uma ilha no nordeste do país, local em que a relação com as águas era muito forte, constituí-me um ser à beira-mar. Criei-me indo à praia, tendo como cenário de fundo a Avenida Litorânea², tomando água de coco a R\$2,00, comendo muito caranguejo e camarão. Sempre admirando o mar, respeitando-o. Sentindo sua magia. Pedindo a proteção da Mãe Iemanjá, foi onde aprendi a cultivar o meu Sagrado.

Depois de muita indecisão, idas e vindas, escolhi o curso de Oceanografia na Universidade Federal do Maranhão – UFMA como graduação. Essa ligação com a natureza, em especial com o mar e com os ventos, com certeza me fez optar por este caminho. Não consigo me enxergar longe dele, de forma alguma.

Passei por diversas experiências em estágios dentro do curso, mas foi dentro da Vale S/A³, no Sistema Norte da empresa, que obtive a minha primeira experiência, de fato, com a gestão ambiental e de resíduos. Estagiei na Diretoria de Logística Norte – DILN, especificamente na Gerência de Área de Meio Ambiente e Gestão – GAMAG. Foi o meu primeiro contato com o que era a gestão de todos os parâmetros socioambientais, o licenciamento, os estudos de impacto ambiental e, principalmente, a gestão de resíduos. Cerca de 80% das atividades que desenvolvi na empresa foram relacionadas a rejeitos. Desde a parte administrativa, relativa a cálculo de metas e a preparo de gráficos, até o acompanhamento de atividades de

² Avenida que corta a principal praia de São Luís, onde fica um calçadão na orla.

³ Antiga Cia. Vale do Rio Doce.

campo, destinado à garantia de destinação correta dos materiais recicláveis e inservíveis gerados pela empresa.

Foto 2: Campo em alto-mar durante o curso de Oceanografia na UFMA – MA



Fonte: Arquivo pessoal.

Também foi lá que tive meu primeiro contato com a Educação Ambiental, de forma bem conservacionista, confesso, mas foi assim que iniciei nesse mundo mágico. Lembro como se fosse hoje a minha primeira viagem pela Estrada de Ferro Carajás, fazendo uma campanha de Educação Ambiental em que eu era uma borboleta (risos) que precisava ser preservada! Tinhas asas enormes, a cara pintada, mas me sentia muito feliz, pois achava que estava fazendo um pequeno, mínimo bem. Hoje compreendo muitas coisas que naquela época não compreendia, mas mesmo assim fui uma borboletinha muito feliz!

Ganhei muita experiência de campo, tive dois mestres incríveis, um engenheiro sanitário e um engenheiro civil, que me acompanharam durante os dois anos de estágio na Empresa, transmitindo conhecimentos dos quais até hoje me recordo quando estou em campo. Quando conversei com eles, ao final do meu estágio, soube que não seria possível minha efetivação na unidade de São Luís – MA, local em que cursava a minha graduação, em virtude da crise econômica que o país enfrentava. Mas eu estava com planos de continuar os estudos e, então, pensei em tentar o mestrado na melhor escola de oceanografia do país, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, referência para todos os oceanógrafos.

Foto 3: Quando eu fui uma borboleta na Estrada de Ferro Carajás - PA.



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 4: Pátio conjugado da Petrobrás com a Vale S/A em São Luís – MA.



Fonte: Arquivo pessoal.

Por muito tempo eu achei que ao sair da Vale S/A para seguir estudando, deixaria de lado tudo que aprendera lá, mas o meu caminhar mostrou-me que não seria assim o meu futuro acadêmico. Assim, em 2013, por convite de uma amiga gaúcha, mudei-me para Gravataí – RS, para lecionar no curso Técnico em Meio Ambiente do SENAC/RS. Fiquei quase cinco anos nesta empresa, onde tivemos ótimos resultados. Um dos mais significativos foi a premiação de primeiro lugar nacional pelo projeto “C.A.T.A.R. – Capacitação Ambiental e Técnica para

Ambientes de Reciclagem” que foi realizado em cooperativas da Região Metropolitana de Porto Alegre, em um concurso realizado pelo Governo Federal e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae. E foi trabalhando como docente e orientando alunos que conheci o universo das cooperativas de reciclagem, me envolvi e desenvolvi inúmeros projetos com os discentes.

Foto 5: Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente do Senac – RS.



Fonte: Arquivo pessoal.

Trabalhando com a Educação Ambiental, Gestão de Resíduos, com os catadores e com todas as suas histórias encontrei a motivação para continuar pesquisando e estudando, na busca pela justiça socioambiental. Com tais motivações, inscrevi-me no Mestrado em Educação Ambiental do PPGEA – FURG.

Pude, durante o curso, aprender mais sobre pertencimento, sobre o pensamento marxista e freireano, sobre como a EA permeia nossas vidas e faz delas um ato político. Todos esses conhecimentos me levaram a delinear meu objeto de pesquisa de uma forma mais clara, fazendo com que eu observasse a cadeia de reciclagem e as pessoas que fazem parte dela de uma forma diferente. A partir destes conhecimentos, desenvolvidos ao longo da vida e do mestrado, trazemos a importância da temática proposta nesta dissertação. Iniciamos, na seção a seguir, pelo delineamento do que sejam resíduos sólidos e reciclagem, apropriando o leitor de informações importantes que serão tratadas ao longo deste texto.

2 Dos resíduos à cadeia da reciclagem: construção do tema

Uma das questões mais urgentes, ao se falar de desenvolvimento urbano, são os resíduos sólidos. O crescimento das cidades trouxe um aumento na geração, em volume e diversidade, destes elementos. Esta questão, por si só, já se configura em uma problemática ambiental a ser administrada. Este fato, aliado ao consumismo, que majora na contemporaneidade, acarreta em descarte rápido de diversos itens, resultando em esgotamento de aterros sanitários ou, ainda, em rejeite incorreto, com poluição visual, atmosférica, de corpos hídricos e do solo. Estes resíduos são, comumente, na linguagem mais popular, denominados de lixo⁴.

Assad (2016) descreve o lixo como um produto da cultura humana. A origem da palavra, segundo a autora, é controversa. Aponta que em diversas fontes o termo é descrito como vindo do latim *lix* cujo significado é cinzas, vinculado às cinzas dos fogões.

Antes das transformações provocadas pela Revolução Industrial, a maioria dos resíduos domésticos era composta por restos de alimentos e por cinzas do fogão e da lareira. Enquanto o material orgânico era dado aos animais ou usado como esterco, as cinzas eram descartadas e constituíam o lixo (ASSAD, 2016, p. 22).

O termo lixo, que utilizamos atualmente, aponta aquilo que não tem mais utilidade e que descartamos. Este material pode ter origem doméstica, industrial, agrícola ou comercial. Tecnicamente, conforme descreve Assad (2016), o que chamamos de lixo é:

[...] constituído por materiais que podem ser reaproveitados (os resíduos) e por materiais que não podem ser aproveitados (os rejeitos). No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece que resíduo é todo o material, substância, objeto ou bem que já foi descartado, mas que ainda comporta alguma possibilidade de uso, por meio da reciclagem, do reaproveitamento ou de processamento industrial. No lixo temos uma grande parte que é resíduo e uma pequena parte que é rejeito. A diferença entre um e outro depende, muitas vezes, de conhecimento tecnológico sobre como tratar, como reaproveitar, como reciclar (p.23).

Desta forma, e balizada pela autora, a noção de lixo depende de cada sujeito gerador do lixo. É o que se considera inútil, indesejável ou descartável. Para além dessa problemática, “[...] a geração de lixo, em particular de resíduos sólidos, é

⁴ Para efeito dessa dissertação, usou-se propositalmente o termo “lixo”, apesar de não usual cientificamente (usa-se, cientificamente, “resíduos sólidos”), para retratar a forma frequente e, algumas vezes, pejorativa que são tratados os refugos e os seus manejadores. Doravante sempre que utilizarmos esse termo é nesse sentido.

geralmente considerada um problema urbano.” (ASSAD, 2016, p.23).

No cotidiano, ao se ouvir o vocábulo lixo, nos remetemos a formas relativas de entender o lixo, “[...] relativas porque dependem do valor que diferentes pessoas atribuem ao que sobra, ao que se joga fora, ao que é sujo, inútil, velho, e que julgam não ter mais qualquer valor.” (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2011, p. 22).

O termo “lixo”, diante desta relativização, entrou em desuso, e passou a ser substituído, por grande parte dos especialistas, por “resíduos sólidos urbanos”. Caracterizamos como resíduo, segundo Pichtel (2005), o material com valores econômicos negativos, que tornam o seu descarte mais vantajoso do que seu uso. Desta forma, colaborando com o afirmado por Pichtel (2005), a Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010), caracteriza os resíduos sólidos como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível [...].

Segundo o relatório da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE – foram coletados 71,6 milhões de toneladas de resíduos em 2017, mas com um índice de cobertura de 91,2% para o país, ou seja, 6,9 milhões de toneladas de resíduos obtiveram tiveram destino impróprio (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2017).

Os resíduos, de acordo com a NBR 10004 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, 2004), recebem uma classificação como classe I – Perigosos; classe II – Não perigosos; classe II A – Não inertes e classe II B – Inertes. Os Resíduos Classe I – Perigosos – são aqueles que apresentam periculosidade ou, ainda, características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade.

Os resíduos classe II A – Não inertes – são aqueles que não possuem características nem de resíduos Classe I nem de resíduos Classe II B, e possuem propriedades específicas como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água. Os resíduos classe II B – Inertes – são aqueles que em contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, em temperatura ambiente, não apresentam solubilidade de seus constituintes a concentrações superiores aos

padrões de potabilidade de água, exceto aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, 2004).

Esses resíduos podem ser recicláveis ou não, sendo a etapa de separação e acondicionamento a chave para a destinação correta. De acordo com a Resolução CONAMA 275/2001 (BRASIL, 2001), foram estabelecidos padrões de cores para os diferentes tipos de resíduos permitindo a identificação de coletores: Azul: papel/papelão; Vermelho: plástico; Verde: vidro; Amarelo: metal; Preto: madeira; Laranja: resíduos perigosos; Branco: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; Roxo: resíduos radioativos; Marrom: resíduos orgânicos; e Cinza: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação. O que não pode ser aproveitado segue para os aterros sanitários, que se diferem tecnicamente de lixões, transbordos e aterros controlados. A saber:

- a) Aterro Sanitário: é uma obra de engenharia que serve para confinar resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume, compactando-os e cobrindo-os com uma camada de terra. Deve ser impermeabilizado, obter acesso restrito, ter a quantidade de lixo controlada e conhecer quais tipos de resíduos estão sendo depositados. Atualmente, existem normas que regulam a implantação dos aterros, e uma dessas regras é a locação de mantas impermeabilizantes que evitem infiltração de chorume⁵. É necessário também que haja a retirada desse líquido, por sistemas de drenagem eficientes, com posterior tratamento dos efluentes sem que agrida o meio ambiente. Gases também são liberados e podem ser aproveitados como combustíveis.
- b) Aterro Controlado: é uma solução intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, consistindo em uma tentativa de transformar os lixões em aterros, minimizando os impactos ambientais associados ao acúmulo de lixo em áreas sem nenhum tipo de tratamento para efluentes líquidos e preparação do solo — justamente as duas características principais do lixão. O aterro controlado utiliza algumas técnicas de engenharia para isolar os resíduos descartados, cobrindo-os com argila, terra e grama, impedindo que o lixo fique exposto e favoreça a proliferação de doenças. Esse tipo de tratamento também ameniza o cheiro do lixo e a consequente proliferação de insetos e animais que buscam alimentos nos lixões.

⁵ Chorume é o líquido proveniente da matéria orgânica em decomposição nos aterros sanitários.

- c) Lixão: é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se distingue pela simples descarga do lixo sobre o solo, sem medidas de proteção ao meio ambiente ou à saúde pública. O mesmo que descarte de resíduos a céu aberto (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1995).
- d) Transbordo: são pontos de destinação intermediários dos resíduos coletados na cidade, criados em função da considerável distância entre a área de coleta e o aterro sanitário. As Estações de Transbordo, portanto, são locais onde o lixo é descarregado dos caminhões compactadores e, depois, colocados em uma carreta que leva os resíduos até o aterro sanitário, seu destino.

Em meio a esta separação dos resíduos surge a coleta seletiva e a reciclagem, ressignificando o valor daquilo que é descartado. É através da coleta seletiva que os materiais separados são reciclados. Estes materiais recicláveis são separados em papéis, plásticos, metais e vidros para serem encaminhados a centros de triagem. O lixo orgânico, por sua vez, pode servir de material para compostagem ou seguir para aterro sanitário (ANDREOLI *et al.*, 2014).

Segundo relatório da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (2016), apenas 69,6% das cidades brasileiras contam com a coleta seletiva. Quando nos deparamos com os resíduos sólidos urbanos (RSU) coletados no Brasil, 34% são constituídos de materiais recicláveis, sendo que cerca de 30% é composto de papéis e plásticos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2016). Oliveira (2011) apresenta um ranking do que é reciclado: latas de aço (47%), papéis de diversas origens (43,7%) e embalagens longa vida (27%). Alguns materiais, como o vidro, não conseguem grandes níveis de reciclagem, devido, principalmente, aos custos elevados do processo e à insuficiência de fábricas para seu processamento em relação à escala em que é feita a coleta.

Diante deste cenário de resíduos que acometem os cenários urbanos e consiste em motivos de discussão sobre os mais diversos enfoques, é importante, nesta pesquisa, levantar que, aliado ao sistema de produção capitalista, em compasso com o desenvolvimento econômico, emerge a degradação ambiental, as injustiças e as desigualdades sociais.

Pensar que a discussão em torno dos problemas socioambientais, enfrentados pela nossa sociedade, restringe-se a questões ecológicas e/ou puramente econômicas é, também, superficial. Há a desigualdade social, a má

distribuição de renda, o consumo exagerado de bens e uma grave crise de valores. As relações de poder sobrevivem do capital originando o desemprego e, com ele, a exclusão. Muitas pessoas excluídas do sistema social enxergaram no resíduo de outros uma única oportunidade de sustento.

Faz-se mister que apontemos, neste estudo, o conceito utilizado para o termo excluído. Nos balizamos em conceitos freirianos que aponta como homem marginalizado aquele “excluído do sistema social” (FREIRE, 1987, p. 74). Tomando como referência o clássico “Pedagogia do oprimido”, escrito na virada da década de 1960, pode-se ver o surgimento de diferentes formatos de exclusão, além de importantes mudanças na sociedade. Freire (1987), dentre outros autores, apontam a exclusão social como um fenômeno estrutural inerente ao processo de acumulação capitalista. Retomaremos e aprofundaremos a discussão sobre exclusão no item 4.3.

A lógica própria do modo de produção capitalista possui muitas faces, entre as quais a constante busca por consumidores que retroalimentem o sistema. A mídia e a velocidade de informação, na contemporaneidade, atuam como propagadoras de necessidades movimentando o desejo por consumo. Os objetos, dentro do viés capitalista, adquirem um potencial mágico, capaz de garantir satisfação e felicidade. Desta forma, a lógica é que, quanto mais se consome, mais se é feliz. O resultado são toneladas de resíduos acumulados, além de uma previsível escassez de matéria-prima.

O consumo exacerbado e a necessidade “material” de “ser feliz” implementam inúmeras mazelas oriundas do capitalismo. Dentre elas inclui-se a crise socioambiental que, por sua vez, assume lugar de destaque. O abuso ao meio ambiente não é uma dificuldade que se delineou nas últimas décadas, mas remonta à época da Revolução Industrial, com o crescimento progressivo da utilização dos recursos naturais para a produção de bens. Percebemos, assim, um delineamento histórico das consequências que vivemos hoje.

Os resíduos sólidos urbanos são resultado do crescimento do consumo. Moura (2007) aponta a Revolução Industrial como um período caracterizado pela mudança da forma de produção artesanal para industrial, acarretando para as pessoas uma série de mudanças de comportamento. Diante do acúmulo de capital e dos recursos a produção de resíduos aumenta. Os recursos naturais explorados e retirados da natureza de forma ilimitada ocasionam desequilíbrio. O autor destaca

que neste momento histórico surgiu a necessidade de produzir em macro escala e com rapidez, desenvolvendo um amplo processo de globalização das relações, dos processos, das estruturas de dominação, da apropriação e da integração.

Neste cenário, há modificação no estilo de vida das pessoas. Há um processo de urbanização, fato esse que alterou significativamente a quantidade de resíduos gerados. Concomitante a isso, aumenta o desemprego em razão das exigências para acesso ao mercado de trabalho, com profissionais mais qualificados ao uso de tecnologias, com o objetivo de elevar os níveis de produção e a redução de custos nos processos produtivos, restringindo as possibilidades de sobrevivência para muitas famílias.

As empresas passam a exigir escolaridade mínima e, cada vez mais, a qualificação. Com a ausência de oportunidades de trabalho, muitas pessoas buscam formas alternativas de renda. O ato de “Coletar lixo”⁶ surgiu, então, como uma alternativa, encontrada por algumas pessoas que, por não atingirem a qualificação exigida pelo mercado, viram nesta função uma estratégia de sobrevivência. Mesmo sendo uma forma de trabalho considerada degradante pela sociedade, destaca-se que a coleta de resíduos vem crescendo junto com a industrialização, em um momento em que se buscou na reciclagem dos materiais a oportunidade de promover a melhora na economia do país. Ainda assim, devido à associação dos catadores com o lixo, as pessoas que desenvolvem tal labor são comumente relacionadas ao problema do lixo e não a uma possível solução para o mesmo.

O crescimento populacional nas cidades trouxe consigo o consumismo e, com isso, o aumento da quantidade de resíduos produzidos, o que gerou, via de consequência, incontáveis debates e discussões a respeito da destinação destes rejeitos, principalmente após a aprovação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, em que estão previstas diretrizes relativas à destinação dos resíduos urbanos. Grande parte dos resíduos produzidos diariamente são dispostos em aterros sanitários ou, inadequadamente, em lixões, o que ocasiona a saturação e reduz a vida útil de aterros sanitários.

Os catadores de materiais são responsáveis por um importante elo na cadeia da reciclagem. São estes indivíduos que proporcionam o retorno de objetos, que seriam descartados, para o processo produtivo, minimizando o impacto nos aterros

⁶ Ou seja, viver dos restos da sociedade.

sanitários e sobre os recursos naturais. Estes trabalhadores catam e/ou recolhem, separam, transportam e acondicionam os resíduos sob sua responsabilidade, dando-lhes, por meio de seu trabalho, uma ressignificação (BENVINDO, 2010, p. 71). Através de sua atividade laboral, conferem a algo considerado descartado, por uma parcela da sociedade, nova utilidade, transformando-a novamente em mercadoria (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013). Entretanto, não é claro ainda como estas pessoas se percebem dentro deste ciclo, pois apesar do papel desenvolvido, ainda carregam o estigma de trabalharem com os refugos de outras parcelas da sociedade.

De acordo com a História (BOSI, 2016), a catação é uma atividade que é majoritariamente realizada de modo informal, o que implica a falta de acesso a direitos trabalhistas, além de expor estes trabalhadores a condições de risco para a saúde. Ademais, há a precariedade laboral, já que os catadores, mesmo realizando uma atividade de bem comum para a comunidade, sofrem de preconceito até mesmo dos moradores do entorno dos galpões e/ou áreas que utilizam como depósito intermediário de resíduos. Além disso, até mesmo pela falta de consciência ambiental da sociedade de uma forma em geral, os resíduos recicláveis são misturados com resíduos orgânicos, o que, não raramente, gera infestação de vetores e mau cheiro. Outra queixa comum é o aspecto visual, já que o acúmulo dos materiais para o entorno das cooperativas e estações de triagem⁷ deixaria o ambiente “feio” e o desvalorizaria comercialmente.

Os catadores de lixo em nossa sociedade encontram-se em uma situação peculiar: ao mesmo tempo em que se responsabilizam pelo retorno dos produtos ao seu ciclo de vida – ou pela transformação do lixo em mercadoria – e contribuem para a criação e reprodução de um mercado crescente na economia do país, são excluídos e marginalizados em relação a vários aspectos: comumente são vítimas de preconceitos pelo fato de trabalharem com o lixo, além de constituírem-se em parte da parcela mais pobre da população e não serem protegidos por nenhuma forma de amparo social.

Inferimos que os referidos trabalhadores integram a parte marginal da sociedade, que têm acesso a poucas oportunidades, dadas todas as suas carências, em termos de formação ou de acesso a direitos básicos, bem como por serem

⁷ Local em que é realizada a segregação dos resíduos.

pobres e dispostos em subúrbios. Desta forma, sofrem diferentes tipos de exclusão na dinâmica social e de consumo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013). No conceito de Medeiros e Macedo (2006), a caracterização das condições de vivência e trabalho do catador o insere na percepção de exclusão por inclusão, ou seja, ele é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha. Assim, por haver essa relação social ambígua, há também o que se chama de invisibilidade histórica, o que faz com que estas pessoas estejam segregadas em espaços de pobreza com pouco ou nenhum acesso a serviços públicos (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

Segundo Bosi (2008), o processo de reciclagem em grande escala no Brasil tornou-se viável apenas quando os catadores promoveram o recolhimento e a separação dos resíduos como uma tarefa de baixo custo. Destaca-se que cerca de 90% dos materiais recicláveis que chegam às indústrias de reciclagem advêm do trabalho dos catadores, que possuem habilidades para identificar, coletar e separar o material desprezado pela sociedade (ABREU, 2001).

Atualmente, existem problemas com a geração de resíduos pelos que podem consumir, e outra dificuldade maior ainda que se refere à necessidade dos que não têm acesso aos bens produzidos, contrassenso que só encontra explicação na forma destrutiva de organização da produção sob o comando do capital. Essa combinação resulta em um processo de exploração de mão-de-obra muitas vezes velado, pois mesmo possuindo características de trabalhador autônomo ou, ainda, de cooperativado, este profissional está sob o jugo de uma cadeia produtiva cheia de elos, entre eles o atravessador⁸, que funciona como um patrão.

No Brasil, a existência de pessoas que vivem do lixo não é recente. O poeta Manuel Bandeira, em 1947, registrou a atividade laboral dos catadores de lixo, quando escreveu “O Bicho”, denunciando o fato de as pessoas viverem “catando comida entre os detritos” (BANDEIRA, 1993, p. 222). Antigamente, esses trabalhadores eram conhecidos como "garrafeiros", "trapeiros", "papeleiros", ou, pejorativamente, como “burros sem rabo” (GONÇALVES, 2001). No que se refere ao trabalho em si, somente em 1978 foi anunciado, por Plínio Marcos, por intermédio da

⁸ Pessoa Física ou Jurídica que irá comprar os resíduos segregados da cooperativa por valores menores e revende-los a pré-indústria de reciclagem. Normalmente possui mais espaço para armazenamento da carga, melhores contatos, ficando com a maior parte do lucro em cima do trabalho do catador.

obra “Homens de Papel”, o trabalho dos catadores nas cidades (MARCOS, 1978). Nessa época, a referida peça teatral descrevia os conflitos entre Berrão, que comprava e revendia papel para reciclagem, e outros diversos catadores que recolhiam o material.

Para Bosi (2008), os trabalhadores se concentravam nos grandes centros urbanos, catando apenas papel, sucata de metal e vidro, e estavam longe de se tornar uma das populações trabalhadoras mais numerosas da atualidade, porém quando se fizeram visíveis, foi possível quantificá-los em milhares. É estimado que o crescimento de 1999 para 2005 foi da casa de 240%, pulando, respectivamente, de 300 mil trabalhadores para 1 milhão (BOSI, 2008). De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, há 800 mil profissionais que trabalham como catadores em atividade no país, e aproximadamente 85 mil associados ao Movimento Nacional (VERONESE, 2018)⁹.

A catação ganhou força na década de oitenta do século passado. Cherfem (2015), por sua vez, aponta dois momentos no Brasil que podem ser indicados ao se comentar sobre o assunto: a) O colapso do manejo dos resíduos sólidos urbanos nos lixões a céu aberto, urgindo por uma educação que incentivasse a coleta seletiva, e b) A problemática social ascendente, a partir da produção do lixo na esfera global de urbanização. Paralelamente a este cenário, a população excluída do labor, mas incluída à margem dos sistemas produtivos, fez dos espaços de descartes a céu aberto locais de sobrevivência, o que constituiu um problema social crescente em torno de tais lugares.

O movimento cresceu como ocupação laboral, em virtude dos altos índices de desemprego e, desta forma, surgiu um novo movimento, envolvendo igrejas e Organizações Não Governamentais – ONGs, que incentivavam a formação de associações e cooperativas constituídas por moradores de rua, catadores e catadoras de papel (LEITE, 2012). Estas organizações buscaram, a partir da orientação, a recuperação nestas pessoas de uma dignidade perdida na condição de moradores de rua. Assim, como cooperados e/ou associados, os catadores podiam ter acessos a direitos, em vez de apenas exercer a catação informal na rua.

⁹ Não existem dados em bases oficiais mais recentes que 2010. Os números citados referem-se à reportagem - Pela dignidade dos catadores - divulgada no Jornal Gaúcha Zero Hora em 16/08/2018. disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2018/08/pela-dignidade-dos-catadores-cjkvjirb301qz01n0stat6mcr.html>. acesso em 20/12/2018.

São riquíssimas as análises dentro da temática em tela. Para que se possa entender melhor como funciona a reciclagem em seus bastidores, para pensar em uma Educação Ambiental crítica e transformadora¹⁰, é necessário repensar a lógica de saberes como se conhece e escutar o outro lado, para além dos saberes formais. Nesta pesquisa ouvimos o catador, sujeito que recebe e separa o lixo (resíduos), dentro da cooperativa de catadores, buscamos analisar o seu ponto de vista a partir de temáticas que envolvem o seu trabalho, as suas relações e a cadeia produtiva na qual faz parte. Pretendemos, assim, desvelar a visão deste trabalhador acerca de sua importância, de suas dificuldades e aspirações, buscando, desta forma, novos horizontes para laborar, por meio da Educação Ambiental, a sua emancipação.

Ao longo da pesquisa problematizamos a percepção que os catadores de resíduos têm diante da Educação Ambiental. Diante disso, analisamos, também, à luz de pressupostos marxistas, a visão que os catadores de materiais recicláveis possuem do seu lugar como trabalhadores¹¹ e agentes ambientais, observando de que modo esse trabalhador se enxerga dentro da questão ambiental e pensando seu papel para a justiça ambiental.

¹⁰Loureiro (2004) conceitua Educação Ambiental Transformadora como “aquela que possui conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais”. (p. 89)

¹¹Apesar dos avanços com a organização do Movimento Nacional dos Catadores e com o reconhecimento da profissão junto ao Catálogo Brasileiro de Ocupações - CBO, ainda sofrem com a precarização dos seus postos de trabalhos e pretendemos desvelar qual a opinião dos sujeitos quanto a esta temática.

3 Estado do Conhecimento

Neste capítulo apresentamos os resultados das consultas referenciais realizadas durante a escrita desse trabalho, as quais procederam, em uma primeira etapa, no que denominamos de estado do conhecimento. Esta etapa tem por objetivo:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo [...] (MOROSINI & FERNANDES, 2014, p. 155).

Propomos, neste espaço, além de um inventário descritivo da produção acadêmica sobre o tema investigado, inventariar estudos com vistas a balizar a pesquisa em tela utilizando-se como base as contribuições acerca do tema no campo científico. Nesta fase foi possível buscar subsídios teóricos para fundamentar o objeto, possibilitando a organização de referenciais bibliográficos que contribuíram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

O escopo dessa análise teve como tema a Educação Ambiental, no que tange à percepção socioambiental dos sujeitos catadores de resíduos. Foi utilizada a metodologia de pesquisa exploratória que, segundo Gil (2002),

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (p. 41).

Para realização dessa etapa, foram feitos levantamentos de dados junto ao banco de teses da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), ao portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e à *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). As palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram [catadores de materiais recicláveis], [catação], [cadeia de resíduos] e [marxismo] nos últimos dez anos – período de 2008 a início de 2019. A partir destes filtros foram encontrados 85 trabalhos divididos em seis Teses (T), quatro Dissertações (D) e 75 Artigos (A) (Apêndice 1).

Após a leitura minuciosa desses trabalhos fizemos uma seleção utilizando dois critérios: a aproximação sintática com a intenção de pesquisa e a base teórica

nas quais os trabalhos selecionados estavam embasados. Aplicado o filtro, tivemos como resultado nove artigos e uma tese, conforme descrito no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Pesquisas selecionadas

Nome do trabalho	Autor	Tipo	Ano
Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis	Maria Raquel Passos Lima	Artigo	2017
Catadores e movimento social: uma pesquisa bibliométrica	Gleiciane Rosa da Silva Maria Zanin	Artigo	2017
Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho: transformações e desafios frente a informalidade.	Andrea Alice Rodrigues Silva Leda Maria Oliveira Alves Giselly da Luz Carvalho Maria José Rodrigues de Maria dos Remédios Beserra	Artigo	2016
Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis	Karla Maria Damiano Teixeira	Artigo	2015
Reciclando a luta de classes: estudo do movimento dos catadores	Gustavo Alberto Cabrera Alvarez	Artigo	2013
Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações	Mari Aparecida Bortoli	Artigo	2013
O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental	Lucimare Ferraz Mara Helena de A. Gomes Maria Assunta Busato	Artigo	2012
Interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: relações complexas com o estado e o capital	Josimery Amaro de Melo Jackson Vital Souto	Artigo	2011
Catadores de lixo: Trabalho Informal que nutre a Produção Formal	Jackson Vital Souto Josimery Amaro de Melo Maria Augusta Tavares	Artigo	2009
Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico	Rosalina Burgos	Tese	2008

Fonte: própria – elaborado pela autora

O artigo intitulado *Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis*, de autoria de Maria Raquel Passos Lima, trata da análise e interpretação de dados etnográficos de quatorze meses de pesquisa em uma cooperativa no bairro de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

O trabalho trouxe o contexto dos resíduos e a indústria da reciclagem no local estudado, um dos maiores centros deste comércio do país. Também nesse artigo, a autora tratou do processo de recriação de valor do material descartado, tratando das técnicas e os saberes específicos para tal.

Posteriormente, o artigo se ocupou de descrever as trajetórias no circuito comercial, bem como os desvios da cadeia. Trouxe o conceito de Hawkins e Muecke (2003 *apud* LIMA, 2017)¹² de economias culturais dos resíduos (*cultural economies of waste*), em que se entende que o valor não é nem uma parte da economia, nem da cultura, mas está entre os dois.

¹² O trabalho referenciado está na bibliografia do artigo utilizado no estado do conhecimento. Utilizamos *apud* por falta de acesso à obra original.

São relatados na parte da etnografia diversas histórias interessantes de quando Gramacho operou como lixão, que versam desde incêndios, acidentes, condições de trabalho degradantes. Embora acidentes ainda aconteçam, foram minimizados com a regularização da área.

O artigo se atém nas trajetórias que compreendem os processos sociais, simbólicos e materiais dos objetos descartáveis em sua passagem de “resíduo” à “mercadoria”. A autora descreve a rotina desde a “rampa” até a comercialização final dos resíduos. É interessante a forma como ela traz a questão da perda de materiais durante o processo, uma realidade pouco citada na bibliografia, ao analisar os referenciais utilizados por Silva e Zanín (2017) que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado¹³.

O artigo intitulado *Catadores e movimento social: uma pesquisa bibliométrica*, de autoria de Gleiciane Rosa da Silva e Maria Zanin, trata da importância dos movimentos sociais e dos catadores, por meio de pesquisas bibliográficas. As autoras delimitam bem os conceitos que versam a temática, o que auxilia na construção do objeto desta pesquisa.

A maior importância desse artigo para este trabalho foi a de levantar o dado alarmante da pouca produção científica existente relacionada ao tema descrito. Acredita-se que novos estudos auxiliariam na legitimação de movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) junto à sociedade e à comunidade acadêmica, ganhando, assim, força. Ao analisar os referenciais utilizados por Silva e Zanín (2017), observamos outros títulos¹⁴ que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

O artigo intitulado *Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho: transformações e desafios frente a informalidade*, de autoria de Andrea Alice Rodrigues Silva, Leda Maria Oliveira Alves, Giselly da Luz Carvalho, Maria José Rodrigues e Maria dos Remédios Beserra, discute a categoria trabalho, à luz da

¹³ Apontamos “BASTOS, V. (2005). Construindo identidades: catador herói ou sobrevivente da perversa forma de catação. *Confluências*, Niterói, 4/1, p. 22-26.”.

¹⁴ Apontamos “FERREIRA, E. Dinâmicas de apropriação do conhecimento por famílias de catadores de material reciclável: políticas públicas, projetos e tecnologias sociais. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.”

teoria marxista, para os trabalhadores catadores de resíduos.

O texto inicia seu desenvolvimento diferenciando o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e como meramente fenômeno de reprodução social, que trouxe como consequência a alienação. Traz também a perspectiva do proletariado como gerador de riqueza, que precisa tomar consciência de sua condição e realidade social para transformação da sociedade.

Assume, ainda, que na sociedade capitalista o trabalho alimenta uma contradição, pois se foi capaz de modelar a própria sociabilidade humana, por meio da criação de bens materiais e socialmente essenciais, por outro lado trouxe também a alienação e a servidão. Levando em conta esse contexto, os trabalhadores da atualidade vivenciam os efeitos negativos provocados pelo sistema econômico de produção, sob as condições mais adversas possíveis, e uma grande parcela de trabalhadores desenvolve suas atividades de maneira bastante precária, o que inclui os catadores de materiais recicláveis.

As autoras descrevem, ao longo dos resultados, o contexto das dificuldades de trabalho, moradia e doenças a que estão expostos esses sujeitos. Também se atêm a trabalhar a questão de classes e a sua dicotomia. Ao analisar os referenciais utilizados por Silva *et al.* (2016) observamos mais títulos¹⁵ que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

O artigo intitulado *Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis*, de autoria de Karla Maria Damiano Teixeira, trata de analisar a percepção dos catadores de materiais recicláveis de uma associação no interior de Minas Gerais, sobre suas condições de trabalho e perspectivas de vida.

Inicia abordando a questão da pobreza e do desemprego, relacionando-o com a questão da sobrevivência do trabalhador. Muitos encontram no “coletar lixo” uma alternativa a essas mazelas e uma forma de obter seu sustento. Traz também a

¹⁵ Apontamos “LESSA, S. A materialidade do trabalho e o trabalho imaterial. Outubro, São Paulo, n. 8, p. 27-46, jan. /Jun. 2003.”, “LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos de dialética marxista. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1992.” e “MARX, K. Prefácio à contribuição para a crítica da economia política. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 2008. (Coleção: Os Pensadores)”.

abordagem de exclusão de Garry Rogers (1995) em que podemos ver estes profissionais catadores em vários níveis de exclusão social, podendo-se citar: (a) exclusão do mercado de trabalho, por estarem desempregados a médio ou longo prazo; (b) exclusão do acesso a moradias e a serviços comunitários; (c) exclusão do acesso a bens e serviços, inclusive públicos; (d) exclusão do acesso à terra; e (f) exclusão em relação à segurança física, à sobrevivência e à proteção contra contingências.

Nos resultados foi encontrado que a média de idade é de 36 anos, sendo a maioria do sexo feminino, casados, negros, com ensino fundamental incompleto e com renda pessoal média de R\$ 371,14, sendo que todos trabalhavam sem carteira assinada.

Outro ponto importante da pesquisa, que baliza com o estudo a ser realizado nesta pesquisa, foi a percepção dos catadores de materiais recicláveis sobre o trabalho que desenvolviam. Foram questionados acerca de sua satisfação com a realização e, de acordo com a maioria, o trabalho era bom e divertido, gostavam do que faziam. Destacaram a importância para o meio ambiente, embora não percebessem essa consideração e valorização pela sociedade. Ao analisar os referenciais utilizados por Teixeira (2015) observamos mais títulos¹⁶ que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

O artigo intitulado *Reciclando a luta de classes: estudo do movimento dos catadores*, de autoria de Gustavo Alberto Cabrera Alvarez, trata da análise e interpretação, a partir de um viés marxista, da situação precária, segundo o autor, dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. O estudo apresenta uma comparação entre a situação dos coletores no município de Andirá – PR com a dos coletores do município de Assis – SP.

O autor apresenta o seu artigo fazendo um aporte a uma atividade extensionista que tinha por objetivo “[...] criar uma cooperativa ou associação dos catadores do município de Andirá no Norte Pioneiro do Estado do Paraná” (p. 69). A

¹⁶ Apontamos ROGERS, G. *What is special about social exclusion approach?* In: G. ROGERS, C. GORE, & J. FIGUEIREDO (Orgs.) *Social exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: International Institute for Labor Studies, 1995. p. 43-55; e VIANA, N. *Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce*. Revista Estudos, 27, 2000. p. 509-537.

partir do contato com esta comunidade, Alvarez percebeu que os membros trabalhadores deste setor eram “[...] viúvas pobres, doentes, portadores de deficiências, aposentados e cortadores de cana de açúcar em seguro desemprego, dentre outros” (p. 68).

A partir desta situação, o autor faz um ensaio acerca do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), entidade que apregoa organizar os trabalhadores do setor em diversas cidades do Brasil com vistas a garantir condições mais humanas de trabalho, contribuindo para a emancipação da classe trabalhadora. Entra em contato com a população catadora através dos dados do Programa Bolsa Família registrados no CRASS do município de Andirá – PR. A partir do referencial Marxista é levantada uma hipótese de que:

[...] a informalidade e atomização dos trabalhadores coletores são uma estratégia do capital para garantir sua mais-valia numa atividade pouco lucrativa. Os custos operacionais necessários para reincorporar o lixo ao mercado tornam essa atividade inviável para os empresários formais (p. 69).

Alvarez (2013) reforça que diante do estágio de desenvolvimento do capitalismo o lixo, já rejeitado da cadeia produtiva, volta a ser agrupado nela em forma de matéria prima. Destaca que pela lógica do mercado se

[...] exige que essa fonte de matéria prima seja competitivamente barata [...] o sucesso econômico do setor dependerá da capacidade de apropriação de mais-valia [porém] a remuneração do trabalhador nunca pode ser inferior às condições de sua existência (p. 70).

No artigo é citado que a Prefeitura de Andirá tentou terceirizar o serviço de coleta de resíduos recicláveis, mas as empresas, mesmo com subsídios, não vingaram por conta das obrigações legais que envolvem um salário mínimo e obrigações trabalhistas a cada trabalhador. A reflexão vem em torno de que ao se manter o setor na informalidade, o capital consegue se apropriar de subsídios próprios dos trabalhadores. No caso do município de Andirá, a pirâmide da complexa cadeia de circulação do lixo é composta por trabalhadores desempregados ou beneficiários de pensões e/ou programas que precisam complementar a renda com a reciclagem. O autor conclui que “[...] o setor não assegura as condições mínimas de existência da classe trabalhadora” (p. 70).

É apontado, ainda, que há trabalhadores transformando suas residências

em depósito de lixo. Sem local para acondicionar o lixo, alguns trabalhadores são obrigados a vender os resíduos a “atravessadores” locais. Sem CNPJ, esses profissionais, catadores e atravessadores locais, vendem os resíduos para um atravessador regional que, por sua vez, vende para a usina, em um sistema que lembra as relações feudais. Ao analisar os referenciais utilizados por Alvarez (2013) observamos mais títulos¹⁷ que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

O artigo intitulado *Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações*, de autoria de Mari Aparecida Bortoli, trata de algumas tendências de análise dos processos de organização socioeconômica de catadores de materiais recicláveis e, para tanto, reúne publicações que debatem aspectos históricos das iniciativas de organização do segmento e da constituição de estruturas institucionais volvidas às atividades de coleta seletiva.

A autora se propõe a fazer uma pesquisa bibliográfica. Dessa forma, este artigo configura-se em um riquíssimo arsenal de referencial bibliográfico que nos auxilia nesta pesquisa. Traz o histórico de catadores individualizados e a força de catadores organizados em cooperativas, associações e movimentos nacionais/regionais. Em outro momento, compila as configurações político-institucionais, considera os regulamentos, normas, decretos e leis que passaram a existir relativos ao trabalho dos catadores brasileiros. Também dá sua contribuição no papel do catador frente a coleta seletiva implantada no país.

Em 2002, a profissão de catador foi reconhecida pelo Catálogo Brasileiro de Ocupações – CBO e em 2006 passou a valer o Decreto nº 5.940, que deliberou a segregação de resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e sua destinação a associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Já em 2010, foi sancionada a Lei nº 12.305, que estabeleceu a Política

¹⁷ Apontamos BRASIL. *Lei 12690*, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento de Cooperativas de Trabalho. Disponível em: www.planalto.gov.br, Acesso em 11 de abril de 2013., MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martin Claret: 2003. e PAGOTTO, Claudete. *Ajuste e Rupturas: cooperativismo e lutas sociais no Brasil Contemporâneo*. Dissertação. São Paulo: PUC, 2003.

Nacional de Resíduos Sólidos, que no seu art. 42 permite ao poder público designar medidas e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas, dentre outras, de implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras configurações de associações de catadores de materiais recicláveis de baixa renda.

Outra discussão relevante é o papel do catador na cadeia da reciclagem. A reciclagem, enquanto processo químico de transformação de materiais e reaproveitamento, contempla seu objetivo, mas cabe considerar que sem a coleta, que se sabe não ser efetiva, não seria possível essa etapa. Um debate em voga é a inclusão ou exclusão dos catadores das atividades de reciclagem, visto que ele é incluído como trabalhador fundamental, mas excluído como participante da indústria que domina a cadeia.

Waldman (2008) *apud* Bortolli (2013) traz que:

Na verdade, é a reciclagem, traduzida como forma de enfrentamento da questão ambiental, que logrará investimentos em diversos aspectos, visto que, no entendimento majoritário, ela atende a interesses ambientais e sociais, centrados nas formas de combater o excesso de lixo produzido e suas consequências para o meio ambiente. Entretanto, são os interesses econômicos que a motivam. Deve-se considerar que “o crescimento dos programas de defesa do meio ambiente foi concomitante à expansão dos mercados globais” (PREVE; CORRÊA, 2007, p. 206). Essa constatação pode indicar a expressão econômica da reciclagem acima da expressão socioambiental. Conforme anunciam algumas análises, “a indústria recicladora apoia-se não propriamente em paradigmas ecológicos, mas sim econômicos (p. 18).

Normalmente vê-se a reciclagem como uma alternativa ambiental, mas a indústria da reciclagem é uma indústria como qualquer outra, que visa lucros e está preocupada com ganhos. Devemos balizar a reciclagem, então, como algo que requer um ganho ambiental, econômico e social, frente ao aumento da geração e concentração do lixo produzido pelos centros urbanos. A autora destaca que nos estudos realizados, o papel do catador na cadeia da reciclagem, na perspectiva do desenvolvimento sustentável é bastante importante para o funcionamento do setor.

Ao analisar os referenciais utilizados por Bortoli (2013) observamos outros tantos títulos¹⁸ que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

¹⁸ Apontamos BORTOLI, M. A. *Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos*

O artigo intitulado *O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental*, de autoria de Lucimare Ferraz, Mara Helena de A. Gomes e Maria Assunta Busato, gera reflexões sobre o ambiente, os recursos e o trabalho dos catadores a partir do seu universo de catação. O texto traz desde os remotes históricos, em que há a formação de lendas urbanas no imaginário infantil com a figura do catador, como o “Velho das Garrafas” e o “Homem do Saco” (DAGNINO, 2004, p. 59 apud FERRAZ *et al.* 2012, p. 764).

As autoras associam que, para além do crescimento e manutenção das indústrias de materiais recicláveis, o aumento de profissionais no ramo da catação se relaciona com o desemprego e a precarização do trabalho a partir da década de 1990. Para Gorbán (2004 apud Ferraz *et al.* 2012):

[...] a rua constituiu-se, para os desempregados, como um local dentro do mercado de trabalho. Entre esses trabalhadores, encontramos os catadores de material reciclável, que adentram no cenário urbano catando papel, vidro, lata e outros materiais. Na maioria dos casos, estes trabalhadores são os agentes iniciais do circuito de produção da reciclagem e sustentabilidade ambiental. E o que se vê nos perímetros urbanos das nossas cidades é um número significativo de homens, mulheres, crianças e adolescentes sendo absorvidos de forma muito rápida pelo mercado de trabalho informal e desqualificado da catação de lixo ou de material reciclável (GORBÁN, 2004 apud FERRAZ *et al.* 2012, p. 765).

No artigo, as autoras apresentam uma relação entre o excesso de mão de obra e o êxodo rural. Segundo o texto, são pessoas que vieram em busca de melhores oportunidades na cidade, constituindo uma raiz histórica da exploração. Vale ressaltar, que apesar do texto das autoras evidenciarem informação diferente acerca do excesso de mão de obra, o desemprego e a exclusão social são fatores históricos no Brasil que contribui massivamente para uma organização do capital em que trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho.

Ao final do artigo, as autoras descrevem o perfil dos trabalhadores que desempenham as atividades com os resíduos. Severo (2008, p. 23 apud Ferraz *et al.* 2012) destaca dois tipos de sujeitos, a saber:

[...] os mais velhos, desempregados pela modificação das novas características industriais e redução da demanda nos demais setores

periféricos, e os mais jovens, que antes eram absorvidos por estes mercados de trabalho, mas hoje em dia tendem a aumentar o número de desempregados estruturais, ocupando atividades informais, em especial a catação (SEVERO, 2008, p. 23 *apud* FERRAZ *et al.* 2012).

Velloso (2005 *apud* Ferraz *et al.* 2012) traz sua contribuição sobre a fragilidade do poder de negócio dos catadores de lixo, visto que eles possuem pouca ou nenhuma escolaridade e baixa autoestima.

Além disso, esse baixo nível de escolaridade faz com que eles associem a uma autoimagem negativa da sua profissão e posição social. Muitos ainda associam a falta de oportunidade de estudos à condição de ter de viver do trabalho de catação, um fator que conflui para a exclusão do mercado formal de trabalho (MEDEIROS e MACEDO, 2006). Ao analisar os referenciais utilizados por Ferraz *et al.* (2012) observamos títulos¹⁹ que auxiliaram na composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

O artigo intitulado *Interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: relações complexas com o estado e o capital*, de autoria de Josimery Amaro de Melo e Jackson Vital Souto, trata da reciclagem sob o aspecto socioambiental e acadêmico. O artigo foi resultado de um trabalho realizado junto a duas associações da cidade de João Pessoa (PB), com os quais objetivamos analisar as relações de trabalho destes com o Capital e o Estado.

Os autores trazem que:

[...] o desemprego e a precariedade do trabalho informal são fatos históricos concretos que atingem apenas indivíduos de uma classe social heterogênea: a dos trabalhadores no espaço do campo e das cidades. E não se trata de um acontecimento eventual, mas de um fenômeno inerente à produção capitalista, que se amplia no toyotismo, por conta do estágio de desenvolvimento e dos processos de acumulação do capital (MELO; SOUTO, 2011 p. 61).

¹⁹ Apontamos “BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, jun. 2008.”, “DAGNINO, R. S. 2004. Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e a (in)formalidade, da coleta à comercialização. 2004. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.”, “FERREIRA, S. L. Os catadores de lixo na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental.2007.”, “GONÇALVES, R. S. Catadores de materiais recicláveis: estudo de suas trajetórias de vida, trabalho e saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.” e “SEVERO, R. G. Catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas: situações de trabalho. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.”

Tanto o desemprego quanto a precariedade são fenômenos que estão inerentes aos catadores de materiais recicláveis. Como já abordado em outras literaturas, é o desemprego que leva os sujeitos à catação. E a precariedade assola os locais e as atividades desenvolvidas por estes trabalhadores.

Melo e Souto consideram a possibilidade de formalização da atividade de catação, haja visto que ela interessa diretamente ao Capital. A justificativa trazida é que se observa que quando uma “atividade produtiva é desenvolvida na pequena escala ou da microempresa e passa da informalidade à formalidade, o discurso dos agentes do Estado e as verbas são recorrentes e a favor da formalização” (MELO; SOUTO, 2011), o que não vem ocorrendo com os catadores de materiais recicláveis.

A reciclagem surge para o Capital com a proposta de lucro, em que a mercadoria retorna às indústrias na forma de material descartado e é reaproveitada como matéria prima reciclável, transformando-a em uma nova mercadoria, garantindo a extração da mais-valia. E é a força de trabalho do catador que garante ganhos ao Capital e o legitima (MELO; SOUTO, 2011).

Este profissional é explorado pelo Capital e pelo Estado. Como trabalhador informal, os catadores vendem seus produtos a preços irrisórios, enquanto o atravessador repassa a mercadoria com um valor bem acima à próxima etapa do processo, a indústria que, por sua vez, transforma este reciclável em um outro produto comercializável, com um alto valor agregado, ou seja, “a mercadoria reciclada que antes já teve valor de uso, adquirida pela troca, volta a ser valor de uso pela interferência mágica de tornar-se novamente valor de troca e retornar ao mercado” (MELO; SOUTO, 2011 p. 63).

A realidade é que os recicláveis interessam ao Capital devido a perspectiva de transformar-se em valor de uso enquanto suporte ao valor de troca. Sem um posicionamento crítico acerca disso, o catador contribui na limpeza urbana e no processo de produção capitalista, mas não é reconhecido nem como atuante do Estado nem do Capital (MELO; SOUTO, 2011 p. 64). Os referenciais utilizados por Melo e Souto (2011) constituem importantes subsídios²⁰ que auxiliaram na

²⁰ Ver mais em BOSI, A. de P. A organização capitalista do trabalho “informal”: O caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23. n. 67, p.101, jun. 2008” e “LEAL, A. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho

composição do objeto desta pesquisa de mestrado.

O artigo intitulado *Catadores de lixo: Trabalho Informal que nutre a Produção Formal*, de autoria de Jackson Vital Souto, Josimery Amaro de Melo e Maria Augusta Tavares, trata do fenômeno da reciclagem nas discussões socioambientais e acadêmicas, no que tange o processo em que os materiais recicláveis adquirem valor para o Estado e para a indústria. Apesar de acontecer de diversas formas, a coleta de recicláveis mantém o mesmo discurso: geração de emprego preservando o meio-ambiente. A proposta central deste artigo é responder se a realidade comprova.

Os autores trazem que os resíduos com possibilidades de reciclagem vêm sendo utilizado como um *marketing*, que o Capital criou para promover a ideia de promoção de um meio ambiente saudável, mas não se pode esquecer que o motivador do nosso sistema de produção é o lucro. Ainda resta pensar que, pela natureza da atividade, as pessoas que irão exercer as atividades são justamente os indivíduos a quem não resta grandes alternativas de ingresso no mercado de trabalho formal, que então se sujeitarão a ser explorados informalmente pelo capital (SOUTO *et al.*, 2009).

Apontam, ainda, a importância dos recicláveis para a indústria, visto que estes substituem determinadas matérias-primas com a vantagem de ser obtidos por um custo menor, e consentem ao Capital difundir a ideia de um chamado desenvolvimento sustentável e de gerar emprego para uma população com poucas chances de ingresso no mercado de trabalho, mostrando uma “pseudo” responsabilidade social da produção capitalista, que busca se validar como a “organização por excelência da história da humanidade” (SOUTO *et al.*, 2009, p. 3).

Os autores também trazem a proposição de que estes trabalhadores constituem uma “nova informalidade”, pois estão carentes de meios para subsistência e vão à busca de resíduos da produção capitalista, que após passarem pelo lixo são devolvidos em forma de mercadoria, sendo assim bastante útil ao fim capitalista.

O desemprego, o trabalho informal e precarizado são expressões da questão social, da qual decorrem muitas outras, pois se a única mercadoria vendável do trabalhador é a sua força de trabalho e ele não tem a quem vende-la, seu acesso à sobrevivência fica interdito. O capital se vale da sua dominação para impor aos trabalhadores atividades degradantes como trabalhar no lixo e outras tantas, a maioria na informalidade. No entanto, tais práticas são realizadas sob a designação de “autonomia” e de “livre associação” (SOUTO *et al.*, 2009, p. 6).

A tese intitulada *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*, de autoria de Rosalina Burgos, trata uma pesquisa sobre a estruturação da indústria da reciclagem no contexto das periferias urbanas de São Paulo – SP.

A autora parte dos processos de formação da periferia urbana e de suas transformações, depois busca saber como os trabalhadores pobres urbanos são inseridos no processo de industrialização-urbanização. Ela busca enfatizar a (re)inserção dos ditos trabalhadores sobrantes nas atividades inscritas no urbano periférico, noção que foi desenvolvida no escopo da tese. Acredita-se que as periferias urbanas compõem territórios da base da indústria da reciclagem, inclusive como frentes de incremento de Capital. Dessa forma, interpreta-se, ainda, como território de escassez da riqueza produzida (BURGOS, 2008).

Nessa tese buscou-se reconhecer os agentes sociais envolvidos nos processos da reciclagem, sendo mapeados: Estado; Terceiro Setor, principalmente relacionadas com a reciclagem, ou seja, o Terceiro Setor da indústria da reciclagem; Iniciativa privada recicladora, as indústrias da reciclagem e comerciantes da área; Trabalhadores sobrantes, que experimentam uma (re)inserção produtiva como catadores; e cooperativas de reciclagem (BURGOS, 2008). Esses setores se conversam e neles estão contidas as relações de trabalho, exploração e mais-valia de toda a cadeia produtiva.

Para melhor entender a designação “trabalhadores sobrantes”, é uma alcunha que designa aos trabalhadores pobres urbanos que estão marginalizados do mercado de trabalho e são de alguma forma reinseridos produtivamente. Muitos perderam seu emprego no setor formal ou nunca conseguiram se inserir nele, ou, mais ainda, não conseguem participar da classe-que-vive-do-trabalho, uma noção expandida de classe trabalhadora, formulada por Antunes (1999 *apud* BURGOS, 2008).

Por estar associado a informalidade, o catador muitas vezes é associado a imagem de um “empreendedor”, que pode alcançar sucesso com sua cooperativa. Barelli (2003:18 *apud* BURGOS, 2008) traz o conceito de “reinvenção do trabalho”, para corresponder a esta reinserção produtiva vivenciada pelos trabalhadores sobrantes tornados catadores. Muitos fazem “bicos” com suas profissões anteriores, como pedreiros, eletricitas ou encanadores para complementar a renda, pois nem o que ganham com a cooperativa nem com os “bicos” conseguem se sustentar (BURGOS, 2008).

O que é pago aos catadores corresponde aos preços dos recicláveis, definidos ao nível do comércio, e não ao trabalho por eles realizado (catar, transportar, triar, etc.). Assim, a relação capital (produtivo) – trabalhador (sobrante) deve ser desvendada no processo de produção de matérias-primas, segundo os interesses da própria indústria. Não só por que reduz custos com energia, água, extração de minerais, entre outros, que possibilita aumento da taxa de lucro. Mas porque no referido processo há trabalho não-pago (BURGOS, 2008, p. 15).

Outro ponto levantado por esse trabalho é a questão do não pagamento do trabalho do catador, mas sim um pagamento irrisório sobre os materiais advindos do lixo. Esta é uma das formas de exploração sobre as quais o profissional catador está exposto, dentre tantas outras que já referenciamos neste capítulo. Mas o que se torna mais crítico é que, análogo ao “exército industrial de reserva”²¹, tem-se o que se pode chamar de “exército de catadores”, pois mesmo com as condições de trabalho sendo não ideais, há sempre procura por este tipo de emprego nas periferias, segundo a autora (BURGOS, 2008). Ao analisar os referenciais utilizados por Burgos (2008) observamos títulos²² que complementaram o objeto desta pesquisa de mestrado.

Os trabalhos que constituíram o estado do conhecimento foram

²¹ Historicamente, essa massa de trabalhadores “sobrantes” foi formada pela elevação da composição orgânica do capital em sua parte constante (inserção de máquinas, aparatos tecnológicos, instalações etc.) em concomitância com a redução de sua parte variável (força de trabalho). Assim, quando o capital avança na implementação do processo produtivo, inserindo tecnologias, novos métodos de gestão da força de trabalho e novas formas de exploração e acumulação, a classe trabalhadora é expulsa do emprego e do circuito formal da produção de mercadorias (TRINDADE, 2017, p. 226-227).

²² A título de exemplificar apontamos os seguintes títulos: DIAS, Allan Rodrigues. Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR). Dissertação apresentada ao Depto. Psicologia Social – USP, 2002. e MAGERA, Márcio. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade – análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Campinas: Átomo, 2003.

importantíssimos para subsidiar as discussões que se seguem. Conhecer e se apropriar de outros percursos de pesquisas a partir de outros coletivos que discutem a temática dos catadores de materiais recicláveis, da cadeia de resíduos e do movimento de catadores a partir de uma abordagem marxista é aprofundar a perspectiva teórica e desenhar a pesquisa a que nos propomos nesta dissertação.

O trabalho de Lima (2017) contribuiu com dados interessantes do contexto dos resíduos e a indústria da reciclagem de um dos maiores centros do país, em um dos maiores e mais famosos aterros do RJ. Além disso, é um estudo etnográfico, assim como o realizado nesta dissertação. Silva e Zanin (2017) fizeram um levantamento de dados da pouca produção científica existente relacionada ao tema descrito. Bortoli (2013) traz novamente um referencial bibliográfico, em que se ocupa a trabalhar momentos da catação. Teixeira (2015) traz um perfil do profissional catador, além de trabalhar também com a percepção dos catadores de materiais recicláveis. Ferraz *et al.* (2012) igualmente perfilam uma comunidade de catadores, trazendo como principal motivo de entrada na catação o êxodo rural. Alvarez (2013) salienta bastante a figura do atravessador, que explora o catador. Melo e Souto (2011) consideram a possibilidade de formalização da atividade de catação, haja visto que ela interessa diretamente ao capital. Burgos (2008) traz diversas considerações acerca do universo da catação e a teoria marxista, em especial uma analogia ao exército industrial de reserva. Silva *et al.* (2016) também trouxeram vários conceitos marxistas tendo como pano de fundo a catação.

4 Fundamentação Teórica

Após o inventário e leitura das pesquisas que constituíram o estado do conhecimento percebemos, balizados nos caminhos diferenciados e lugares ocupados por cada autor na descrição de seus objetos e percursos, a necessidade de fundamentar, teoricamente, antes da coleta de dados, pressupostos importantes que subsidiarão nossas análises, são eles: “Pelotas e a legislação de resíduos”, “miséria e catação”, “os caminhos da exclusão”, “trabalho, alienação e ideologia”, “educação e justiça ambiental”, “humanização x desumanização, autonomia x heteronomia”, e “qual o lugar do catador?”.

Iniciamos a partir de uma história, atribuída a Buda:

Certa feita, Syamavati, a rainha consorte do rei Udayana, ofereceu quinhentas peças de roupas a Ananda, que as aceitou com grande satisfação. O rei, tomando conhecimento do ocorrido e suspeitando de alguma desonestidade por parte de Ananda, perguntou-lhe o que iria fazer com estas quinhentas peças de roupas. Ananda respondeu-lhe: ‘Ó, meu Rei, muitos irmãos estão em farrapos e eu vou distribuir estas roupas entre eles’ Assim estabeleceu-se o seguinte diálogo. ‘O que farão com as velhas roupas?’ ‘Faremos lençóis com elas.’ ‘O que farão com os velhos lençóis?’ ‘Faremos fronhas.’ ‘O que farão com as velhas fronhas?’ ‘Faremos tapetes com elas.’ ‘O que farão com os velhos tapetes?’ ‘Usá-los-emos como toalhas de pés.’ ‘O que farão com as velhas toalhas de pés?’ ‘Usá-las-emos como panos de chão.’ ‘O que farão com os velhos panos de chão?’ ‘Sua alteza, nós os cortaremos em pedaços, misturá-los com o barro e usaremos esta massa para rebocar as paredes das casas.’ Devemos usar, com cuidado e proveitosamente, todo artigo que a nós for confiado, pois não é ‘nosso’ e nos foi confiado apenas temporariamente (GAUTAMA, 2012, p. 74).

O excerto acima mostra que não é uma prática atual o reaproveitamento e a reciclagem. É, sim, um exercício universal e que faz parte da história do homem. Neste mergulho pela fundamentação do tema vimos a necessidade de conhecer o ambiente do qual falamos e as diversas leis que contemplam aquele espaço, além de constituir, para esta pesquisa, o lugar, o ofício e as relações de trabalho que compõem, historicamente, o sujeito “catador” no universo da educação ambiental.

4.1 Pelotas e a Legislação de Resíduos

A história de Pelotas, no que tange a gestão dos resíduos, aponta que, de certo modo, este município não se difere de tantas outras cidades do Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E

RESÍDUOS ESPECIAIS, 2017). De acordo com os dados apresentados no PMGIRS (PELOTAS, 2014), antes do ano de 1995 a cidade contava apenas com um lixão, transformado em uma área remediada, em que os resíduos eram destinados, ao longo de 6 anos.

No ano de 1996 foi elaborado um Estudo preliminar de áreas para implantação de aterro sanitário com vistas à aquisição de um espaço definitivo para esta finalidade. No ano seguinte, 1997, uma empresa de consultoria foi contratada para verificar áreas e definir local de instalação do Complexo de Destinação Final de Resíduos (CORSOL) (PELOTAS, 2014).

No período que compreende os anos de 1997 a 2005 foram realizados dois Estudos de Impacto Ambiental (EIA), gerando dois Relatórios de Impacto Ambiental – (RIMA) que deram subsídios para o estabelecimento de diretrizes e metodologias a serem adotadas, para a construção de um aterro sanitário. Estes documentos impulsionaram o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP) para realizar o terceiro EIA/RIMA, mediante autorização para utilização do já existente Aterro Controlado Colina do Sol, por tempo determinado (PELOTAS, 2014). Neste interstício foi discutida a criação de um aterro regional que contemplaria não somente a cidade de Pelotas, mas também outros municípios. O referido aterro seria instalado na cidade de Capão do Leão. Todavia, essa alternativa não evoluiu, destacando-se como fatores impeditivos as limitações técnicas e a falta de anuência do município vizinho (PELOTAS, 2014).

No ano de 2012 iniciou-se a construção de uma nova Unidade de Transbordo. Ao passo que em junho do mesmo ano o aterro municipal “Colina do Sol” encerrou suas atividades de recepção de resíduos, sendo esses encaminhados, então, para o aterro sanitário particular em Candiota/RS (PELOTAS, 2014). O Quadro 1, a seguir, apresenta um demonstrativo da geração diária de resíduos sólidos em Pelotas.

Quadro 1: Resumo da geração diária de resíduos sólidos em Pelotas/RS.

Tipo de resíduo sólido	Quantidade em kg/dia	Quantidade per capita ²³
Resíduo Doméstico	104586	0,319
Resíduo Seletivo	5627	0,017
Resíduo Domiciliar Rural	2471	0,008
Resíduo de Container	47600	0,145
Entulho, limpeza urbana e outros	123359	0,376
Resíduos de serviço de saúde	233	0,001
Resíduo Sólido Industrial	48359	-
TOTAL	332235	0,865

Fonte: Adaptação do quadro 3.11 do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – Pelotas/RS, 2014.

A média nacional de geração de resíduo, calculada a partir de 78,4 milhões de toneladas de resíduos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS, 2017) e uma população de 209,3 milhões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017), é de 374,6 gramas. Se somarmos todo o resíduo domiciliar (conforme Quadro 1) – doméstico, seletivo, contêiner e rural – temos uma média de 488 gramas per capita/dia, acima da média nacional. Usando uma projeção do PMGIRS (PELOTAS, 2014) para 2019, a geração por dia é de 241.500 quilogramas com uma população de 342.313, retornando uma média per capita/dia de 705 gramas.

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico, prevendo a universalização do acesso, a integralidade, o abastecimento, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de forma que sejam apropriadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, e adoção de meios que considerem as características locais e regionais. Nesse contexto são elaborados os Planos Municipais que devem levar em conta as peculiaridades locais.

Em consonância ao saneamento básico acrescenta-se a Lei Federal nº 12.305/2010, que instaurou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa legislação procura estabelecer a forma com que o país lida com os seus resíduos, e possibilitou uma virada na compreensão acerca do tema, por tratar de todos os materiais que podem ser reciclados, reaproveitados ou não, sejam de origem doméstica, industrial, eletroeletrônica, entre outros. Essa lei foi sancionada em 2010, sendo regulamentada, ainda, pelo Decreto 7.404/10.

Quanto à legislação municipal, destacamos a Lei nº 4.354, de 11 de março de 1999, que dispõe sobre o Código Municipal de Limpeza Urbana de

²³ Cálculo autoral da quantidade per capita de lixo produzido, calculado a partir dos dados obtidos pelo Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Pelotas de 2014 e os dados quantitativos da população desta cidade, segundo os dados do IBGE disponibilizados em 2014.

Pelotas. Essa legislação define a tipificação dos resíduos, a saber: a) Lixo público: resíduos sólidos advindos de serviços de limpeza realizados nas vias públicas; b) Lixo domiciliar: resíduos sólidos que foram produzidos em locais, residenciais ou não, mas que podem ser acondicionados em saco plástico; c) Lixo especial: resíduos sólidos que, por sua composição, peso ou volume, necessitem de tratamento especial.

De forma complementar, foi adotada no município de Pelotas a separação e a coleta seletiva de materiais, como uma forma de processamento de resíduos sólidos. Em caso de presença de material residual, a destinação deve atender a legislação vigente que prevê o deslocamento do lixo para área apropriada, minimizando o impacto ambiental.

Para a destinação final, o local deve estar em conformidade com o disposto nos planos de desenvolvimento urbano, de saneamento básico e de proteção ambiental e “[...] os métodos e instrumentos devem ser determinados pelo Poder Público competente, pelos Conselhos Municipais de Saúde e de Proteção Ambiental, sem prejuízo, nos termos da lei, de ações de órgãos públicos ambientais” (PELOTAS, 1999).

A legislação aponta o que o usuário do sistema de coleta de resíduos deverá providenciar para o descarte: recipientes adequados para conservação dos resíduos sólidos gerados por meios próprios, sendo estes com observância às especificações determinadas pelo órgão municipal competente. Os recipientes que não estiverem de acordo com essa norma serão apreendidos e o usuário será sujeito a multa de 0,5 a 05 Unidades de Referência Municipal (URM)²⁴, que atualmente perfaz a quantia de R\$ 113,92. Serão recolhidos pelo serviço de coleta regular os recipientes que estejam em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (PELOTAS, 1999).

O resíduo, advindo de residências, deverá ser disposto em via pública junto ao alinhamento de cada imóvel ou em local determinado pelo Poder Público, para sua devida coleta, com uma hora de antecedência no máximo de seu recolhimento, porém nunca junto ao escoamento pluvial. O não cumprimento desta orientação sujeitará o indivíduo a uma multa de 02 a 05 URM. O volume dos sacos e

²⁴ Esta Unidade de Referência Municipal é um valor estipulado por cada Município anualmente, que permite calcular tributos, utilizando índices de cálculos disponibilizados pelas instituições de análises atuariais.

recipiente não poderá ultrapassar 100 litros, e deverão estar devidamente fechados, em condições de higiene e sem líquidos. Os materiais cortantes e/ou pontiagudos deverão ser devidamente embalados. O não cumprimento destas orientações sujeitará, igualmente, ao indivíduo a uma multa de 0,5 a 10 URM (PELOTAS, 1999).

A cidade de Pelotas tem, ainda, o Decreto nº 4.538, de 16 de julho de 2003, que obriga os condomínios residenciais a dispor seus resíduos de forma a facilitar a coleta seletiva da cidade. Os resíduos sólidos devem ser dispostos em latões ou bombonas, nas cores verde-lima, identificado com a frase lixo limpo, ou laranja, com a frase lixo orgânico, não sendo permitida a mistura de resíduos. Essa norma prevê, em seu teor, que no descumprimento das orientações pelos condomínios será aplicada multa e o custo da adequação (PELOTAS, 2003). Acrescenta-se, ainda, o Decreto nº 5.841, de 30 de junho de 2015, que instituiu o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e criou o Comitê Diretor (CD) para sua instrumentalização.

Em uma verificação atualizada, temos a Lei Municipal nº 6.618, de 04 de setembro de 2018, que instituiu a Semana Municipal de Conscientização do descarte responsável do Lixo em Pelotas. A iniciativa propõe uma discussão sobre os resíduos sólidos gerados na cidade. Essa ação deve ser realizada anualmente, na última semana de junho.

Levando em conta a legislação infraconstitucional em torno do saneamento básico e da gestão de resíduos sólidos da PNRS, bem como de iniciativas legislativas que buscam mudar a relação humano e meio ambiente, considera-se que Pelotas, formalmente, tem atendido ao que propõem as legislações federais regulamentadoras. Posto isto, passa-se a discutir, a partir de um caráter crítico, a presença ou não da Educação Ambiental na legislação municipal, mapeando assim iniciativas desenvolvidas nesta temática.

Segundo Layrargues (2002) a Educação Ambiental consiste em um:

[...] processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (p. 165).

Ao passo que numa proposta de leitura da realidade a partir de premissas teóricas politizadas, ou seja, que trabalham numa perspectiva contra-hegemônica,

se enxerga o meio ambiente, através da alteridade e com uma intencionalidade epistemológica que possibilita a transformação da realidade dos sujeitos de pesquisa.

Na contemporaneidade muitas vezes nos deparamos com a ausência da análise estrutural dos problemas, o que coloca a EA a serviço da perpetuação de um sistema hegemônico (LOUREIRO, 2006). Sendo assim, temos a adoção da perspectiva crítica (LAYRARGUES, 2012b, p. 403). Tal perspectiva encara a educação como um processo coletivo, constante e habitual, buscando modificar a forma como nos relacionamos com o planeta, com os humanos e com os não humanos, ou seja, que trabalha a Educação Ambiental em um espectro em que se considera a relação sociedade e natureza (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2010).

Em consonância com as Leis nº 11.445/2007 do Saneamento Nacional, a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e o Decreto Regulamentador da PNRS nº 7.404/2010, o SANEP instituiu no dia 27 de julho de 2011 o Núcleo de Educação Ambiental em Saneamento – NEAS. Formado por uma equipe multidisciplinar, o grupo ocupa-se da conscientização da comunidade, ao desenvolver ações educativas que permitem uma aproximação com a população do município de Pelotas e usuários internos, para explicar e dialogar sobre os diferentes aspectos e os processos ecológicos que envolvem a questão do saneamento ambiental, tais como o uso coerente dos recursos naturais, o não desperdício da água potável, a correta destinação dos resíduos sólidos e do esgotamento sanitário, a importância da reciclagem, o reaproveitamento e a comercialização dos resíduos e a diminuição de efluentes (PELOTAS, 2014).

Atualmente existem quatro projetos em andamento neste núcleo, a saber: a) Projeto “adote uma escola”: As empresas adotam uma escola doando seu resíduo reciclável para ela, o SANEP realiza a pesagem e encaminha às cooperativas subsidiadas pela Prefeitura Municipal. Tendo por base o controle do material coletado em cada escola, as cooperativas repassam o valor às escolas participantes; b) Programas educacionais para preservação da água: programas permanentes implantados pelo SANEP, através de folders e materiais impressos; c) Programas permanentes de orientação sobre a coleta: Orientação à população sobre a forma de acondicionamento, separação dos resíduos, frequência e horários da coleta, elaborados pelo Departamento de Processamento de Resíduos Sólidos –

DEPL e o NEAS, através de folders e materiais impressos; d) Programa de inclusão social, geração de trabalho e renda para famílias de catadores – Cooperativas de catadores: atendendo à PNRS, o programa foi instituído com a intenção de melhorar a vida da população dos catadores de resíduos sólidos que invadiam o aterro sanitário do município e catavam em condições insalubres. Foi firmado um convênio entre a Prefeitura de Pelotas e o SANEP com as Cooperativas de Catadores do município, com o propósito de beneficiar 20 (vinte) catadores por galpão. Cada convênio estabelece um limite de repasse financeiro de até R\$ 15.000,00, que além de beneficiar os catadores com uma bolsa auxílio, custeia aquisição de equipamentos, despesas administrativas e operacionais para manutenção dos galpões. Estima-se que 120 famílias sobrevivem de forma direta da renda obtida nas cooperativas. Estimativas apontam que outras 300 famílias sobrevivem indiretamente, incluindo, assim, os catadores da informalidade que não estão ligados diretamente às cooperativas que realizam a coleta de forma individual, não estruturada (PELOTAS, 2014).

Podemos observar que as iniciativas previstas são todas de viés preservacionista, ou seja, não visam a discussão mais profunda do tema, como se verifica na proposta da Educação Ambiental Crítica e Transformadora, anteriormente mencionada. As ações realizadas correspondem a uma abordagem da Educação Ambiental nas macrotendências conservadora e pragmática. É dizer, sem um aprofundamento necessário entorno das relações constituídas e dos problemas vivenciados no cotidiano, tanto por parte dos catadores, como dos usuários do sistema público de saneamento.

Para subsidiar o entendimento do leitor apresentamos o que significa cada uma das macrotendências. Segundo Layrargues e Lima (2014) a conservacionista pode ser:

[...] expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo. (p.30)

Ou seja, é baseada no amor pela natureza (dimensão afetiva), está ligada a ações de ecologia e que relativizem a centralidade do homem nos processos. É uma tendência bem consolidada historicamente, porém tem suas limitações,

principalmente no que tange a transformação social, pois estão alheias das dinâmicas políticas e sociais e seus respectivos conflitos.

A macrotendência pragmática abrange, especialmente, “[...] as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado” (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p.30).

Esta macrotendência tem sua gênese na forma de produção e no consumo do pós-guerra, apresentando um potencial de uma leitura crítica da realidade, se aproveitasse a possível articulação das diversas dimensões na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo de produção. Corresponde ao que chamamos de “pauta marrom” por ser fundamentalmente urbano-industrial baseado no Consumo Sustentável, relacionado com a economia de energia ou de água, diminuição da emissão de carbono, a diminuição da pegada ecológica e demais expressões do que Layarargues e Lima (2014, p. 31) chamaram de “conservadorismo dinâmico” que atuam com mudanças superficiais e tecnológicas. Esse ponto de vista adota que o meio ambiente é destituído de componentes humanos, é apenas uma coleção de recursos naturais que vão se esgotar.

Por sua vez, a macrotendência crítica, junta as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora. Pode-se dizer que essas correntes se colocam, com algumas pequenas modificações, contrárias às tendências conservadoras, contextualizando e politizando o debate ambiental. Coloca-se enfatizando os fundamentos críticos que proporcionam a dominação do ser humano e acumulação capitalista, procurando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (LAYRARGUES e LIMA, 2014).

Segundo Layrargues e Lima (2014) há uma tendência do ambientalismo em absorver/agregar:

[...] um forte viés sociológico e político na macrotendência crítica da Educação Ambiental, e em decorrência dessa perspectiva, conceitos-chave como Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social são introduzidos no debate. Não por acaso, o surgimento e consolidação dessa macrotendência coincidem com o movimento ocorrido na Ecologia Política como possibilidade de interpretação do ambientalismo. Além dessa preocupação política, a Educação Ambiental Crítica tende a conjugar-se com o pensamento da complexidade ao perceber que as questões contemporâneas, como é o caso da questão ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. Daí seu potencial para ressignificar falsas dualidades que o paradigma cartesiano inseriu nas relações entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto do conhecimento, saber e poder, natureza e cultura, ética e técnica, entre outras dualidades. (p.33)

Uma discussão crítica a ser tida em Pelotas é a obrigatoriedade da segregação de resíduos por instrumentos legais *versus* a falta de coleta seletiva em todas as zonas da cidade, conforme pode ser averiguado no PMGIRS. Isso gera uma indignação na população, pois logo após a chegada do caminhão é possível ver o resíduo separado sendo misturado dentro do caminhão da coleta, sendo, então, um motivo para o não cumprimento da norma.

Neste sentido propomos como ação diálogos com a comunidade pelotense, em forma de círculos de cultura²⁵, para entender a demanda de todo o saneamento da cidade, visto que essa é difusa e, assim, entender como funciona de fato a gestão de resíduos no município. Sugerimos também alargar o diálogo com os catadores de materiais recicláveis, visto que são um importante elo na cadeia produtiva de resíduos.

Ao final desta reflexão, em que se passou por todo o plano de resíduos, a legislação vigente e as ações de EA propostas, acreditamos que ainda temos um longo caminho a percorrer em busca de uma Educação Ambiental Crítica e Transformadora. As ações propostas na cidade ainda são pontuais e de cunho conservacionista.

O trabalho do “Programa de inclusão social, geração de trabalho e renda para famílias de catadores” poderia ser mais enfatizado, visto que é um dos mais complexos realizados pela prefeitura, mesmo assim, ainda existem barreiras a serem superadas, haja visto que nem todas as cooperativas da cidade são atendidas com o projeto. Assim como nem todas recebem incentivo e os resíduos advindos da coleta seletiva do município, os catadores também não fazem parte de um diálogo horizontal com os órgãos da cidade, possibilitando um melhor entendimento e uma prática ambiental voltada para o social, como preconiza a Educação Ambiental Crítica e Transformadora. Também poderiam existir diálogos com a comunidade, pensando na melhoria de todo o sistema de saneamento; o SANEP ainda está preso a ações educativas com folders, uma linguagem pouco atual e assertiva.

²⁵ Tem como princípios metodológicos o respeito pelo educando, a conquista da autonomia e a dialogicidade, é uma metodologia freiriana na qual propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto.

4.2 Miséria e catação

A primeira informação que devemos ter ao discutir o tema reciclagem é que esta prática é bastante antiga e remonta às épocas mais longínquas da humanidade (BOSI, 2016). Uma das primeiras referências dessa atividade está registrada no Antigo Testamento, no livro de Isaías: “[...]converterão as suas espadas em relhas de arados e suas lanças, em podadeiras; uma nação não levantará a espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra” (BÍBLIA, ISAÍAS, 2004, 2:4). Ainda o profeta Miquéias, contemporâneo de Isaías, traz que se deve “[...] converter as espadas em relhas de arados, e as suas lanças em enxadões” (BÍBLIA, MIQUEIAS, 2004,4:3).

Bosi (2016), ao analisar as citações de Isaías e de Miqueias, aponta que a reciclagem, naquela época, sinaliza pobreza e escassez. A simples conversão de materiais de guerra em ferramentas de trabalho transforma um símbolo de conversão espiritual. E o que Bosi (2016, n.p.) nos relembra é que “[...] os sentidos históricos da prática da reciclagem distantes no tempo são diferentes”. Enquanto uma empresa recolhe de catadores subsídios para produzir um material reciclado, ecologicamente correto e cobrando mais caro por isso, no reino de Judá não havia indústrias da reciclagem. Em outras palavras, no passado “[...] a razão que impunha o reaproveitamento de utensílios e de materiais nunca esteve voltada para a preservação ambiental” (BOSI, 2016, n.p.).

Segundo Bosi (2016), como apontado no parágrafo anterior, o reaproveitamento de materiais, naquele momento histórico, não tinha o objetivo da preservação ambiental, mas sim, a “[...] uma economia de escassez, comum às classes trabalhadoras ao longo da história” (BOSI, 2016, n.p.).

No Oriente antigo, também se encontram evidências relativas à reciclagem, nas histórias de Buda. No trecho em que Gautama (2012) discorre que “Devemos usar, com cuidado e **proveitosamente**, todo artigo que nos for confiado, pois não é ‘nosso’ e nos foi confiado apenas temporariamente”, o autor atesta a antiguidade e universalidade da reciclagem (p. 74, grifo do autor).

Bosi (2016) discorre que além da reciclagem, o lixo coletivo, nas cidades, também não é um tema de discussão recente. Cita que na cidade de Troia, em meados de 1200 a.C., os habitantes despejavam seu lixo doméstico no chão de suas casas ou nas ruas.

Medina (2007) aponta, também, que no ano 500 a. C., a cidade de Atenas criou o primeiro lixão²⁶ que se tem conhecimento no mundo Ocidental. O lixo retirado das ruas era depositado em um espaço que distava cerca de um quilômetro e meio da cidade. O sujeito que realizava esse serviço era encarregado apenas desta tarefa e, por conta do ofício, possuía uma fama ruim.

Mumford (1982) assinala que na Roma antiga, apesar de possuir inúmeros aquedutos e esgotos subterrâneos, a cidade não possuía lixão ou aterro sanitário. Diante desta realidade, o resíduo gerado nas casas era descartado em buracos abertos, ao pé das escadas das residências. Esses buracos eram periodicamente esvaziados por “estercoreiros” e “rapinantes”, normalmente escravos, e descartados fora da cidade. Este sujeito, igualmente como apontado por Medina (2007), pelo seu ofício, que o colocava em contato com o lixo, percebia consequências sociais graves, era tratado de forma humilhante.

Embora, pelo tempo histórico, as cidades de Tróia, Roma e Atenas não dispensavam muita atenção aos resíduos gerados, podemos contrapor que, balizados por Schwarst (2006), a “sociedade antiga não era uma sociedade ‘produtora de lixo’.” (p. 151).

Ariès (2012) aponta outro fato interessante que diz respeito à sociedade antiga e medieval e seus costumes. Nos funerais enterrava-se o corpo nu, envolto numa manta mortuária de pouco valor. Era incomum, diante da morte, livrar-se das roupas deixadas pelo morto. De certa forma, ainda mais para os cidadãos mais pobres, descartar não era uma alternativa plausível.

Na morte do camponês, como aponta o autor, é que se mensurava o seu saldo (na atualidade a herança) aos seus descendentes e/ou devedores, calculando o valor em cima das suas vestes e das ferramentas com as quais trabalhava. Mas o fato é que existiam camponeses tão pobres que não deixavam nem este pequeno legado ao morrer. Há evidências, pelos costumes da época e pelas condições sociais, que apontam para o reaproveitamento das coisas naquele tempo. Pode-se inferir que as “coisas” eram transferidas de geração a geração, mudando apenas a posse, e que de muitas formas marca a prática, mesmo que pela necessidade, da (re)utilização.

Bosi (2016) descreve, também, que os açougueiros, no período moderno,

²⁶ Ver conceito na página 20.

constituíam um exemplo de ofício que não praticava desperdício. Diferentemente da atividade de manufatura, o trabalhador utilizava poucos instrumentos. A faca é (re)utilizada em vários cortes e operações, assim como serrotes e lâminas. Este profissional, ao desmontar um porco, por exemplo, o fazia de forma que nada se perdesse, encontrando uso para cada parte do animal.

Corbin (1987) discorre que do ofício do açougueiro, o pouco que sobrava, além de inservível, exalava odor ruim. Tomamos este exemplo para inferir que o mau cheiro, naquela época, assim como atualmente, incomodava a todos. Em síntese, tais fatores, ao longo da história, levaram as pessoas a ter maiores cuidados com o lixo (resíduos) e a limpeza das ruas.

Historicamente, a questão dos resíduos reúne miséria e reciclagem. Ao percorrer essa linha histórica, para tentar entender o sentido da reutilização das coisas, identificamos uma outra lógica de reaproveitamento, a ser somada, em nossas análises: a mercantilização.

Para discorrer sobre a mercantilização verificamos o exemplo da produção de papel através de trapos de pano, como linho e algodão. O manejo de trapos, como aponta Bosi (2016), no século XIX, era economicamente mais viável, em comparação à utilização de árvores como matéria prima. O efeito mais rápido desse processo deflagra o aumento na demanda por refugos. Com o cuidado que devemos ter aos fatos históricos, podemos arriscar em datar este período como o limiar da atividade de captura de material reciclável como prática laboral, ocupando a jornada de trabalho de pessoas miseráveis, como aponta o autor.

Esses trabalhadores, ao dedicarem suas vidas (ou parte delas) no entorno da cata de refugos de pano, anteciparam em mais de 100 anos o trabalho típico na lucrativa indústria moderna da reciclagem. Foi nos Estados Unidos que a força de trabalho, que saía expulsa dos campos ou era considerada como excedente nas fábricas, encontrava ocupação, também, nas fábricas de papel. Trabalhavam na separação dos trapos, e para essa tarefa empregava-se principalmente mulheres imigrantes, desqualificadas profissionalmente, com péssimo domínio da língua Inglesa (BOSI, 2016).

Strasser (2000) descreve que em meados de 1880 já haviam empresas especializadas no comércio de recicláveis, em especial papel, ossos e borracha. A autora faz referência ao negociante de Underhill, Morillo Noyes, como comprador de matéria prima reciclável em grande quantidade para abastecer as fábricas. Aponta

este negociante como alguém que tinha muitos empregados que se ocupavam de procurar e recolher (catar em meio aos descartes) o que ele comercializava com as fábricas. Os “catadores”, que trabalhavam para ele, eram mascates pobres que, pelo ofício, constituíram um estereótipo de pessoas trapaceiras e desonestas. Ocupavam-se de espaços como os lixões das cidades do porte de Chicago pagando uma taxa para acessarem o lixo.

Sobreviver do lixo era uma atividade relativamente comum, por volta dos anos de 1910. Regulamentada e dominada por mulheres estrangeiras e crianças pobres era considerada como uma atividade suja e sem prestígio. Nesses locais haviam muitas crianças. Com a intervenção de reformadores e assistentes sociais, no início do século XX, essa permanência passou a ser vista como um problema e diminuiu (STRASSER, 2000).

Apesar de todos os esforços, não foi possível conter a participação da força de trabalho infantil antes do pós-guerra. Na depressão e durante a Segunda Guerra os lixões e aterros sanitários contavam com meninos e meninas catando sua sobrevivência e muitas vezes de sua família em montes de detritos (BOSI, 2016).

Mesmo o cenário sendo de terror, havia uma naturalização do trabalho infantil nos lixões em geral. Os reformadores não cessaram o combate àquela devassidão, mas não compreendiam que ela se dava da interação com o capitalismo. Foi nessas circunstâncias que a cata e a comercialização de trapos anteciparam o processo de transformação do lixo em mercadoria (BOSI, 2016).

Retomando as décadas de 1840 e 1850, surgiram as primeiras indústrias de fabricação de papel, partindo de panos refugados, bem como o uso de ferro descartado na usinagem e confecção de novas mercadorias. Sucedia-se o reaproveitamento de garrafas e outros recipientes de vidro, que eram comprados e reintroduzidos no mercado. Já na base desse comércio existiam muitos trabalhadores desempregados que sobreviviam da renda obtida no recolhimento e na venda desses materiais (BOSI, 2016).

Entretanto, não demorou para a celulose tomar conta do processo produtivo do papel e os catadores de trapos não serem mais tão necessários quanto antes. Dessa forma, mais uma vez, refletimos sobre o ofício do catador. Podemos inferir, pelos fatos, que a escolha nunca foi pelo trabalho dessas pessoas, mas sim pelos menores custos envolvidos no processo de industrialização (BOSI, 2016).

Bosi (2016) enfatiza que ao se olhar para esses trabalhadores, catadores,

enxerga-se pessoas destituídas de prestígio e integradas à imundície. A sua aparência suja referente ao seu trabalho e à perambulação pelas ruas constituem uma das forças que movimenta o preconceito contra esses profissionais. Da mesma forma, a classe dominante, naquele tempo até os dias atuais, manifesta um paradoxo singular, ao mesmo tempo em que precisa de seu trabalho, não os quer por perto.

Podemos construir, balizados por Bosi (2016), três ideias sobre a catação até agora. A primeira é que a reciclagem e a catação nunca foram motivadas pela preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, mas sim pela pobreza (pelo menos até o século XIX). A segunda, é que essas atividades só se tornaram comerciais a partir do capitalismo, nos séculos XVIII e XIX. A terceira trata sobre a marca negativa impressas nas pessoas que trabalham com os rejeitos.

Bosi (2016) enfatiza que, no cenário brasileiro, não há evidências históricas tão antigas dos catadores. Havia um mercado de reciclável, bastante incipiente, no começo de século XIX, o que também não acusava sua presença. Estes profissionais, possivelmente, eram diluídos em meio aos mendigos e aos vagabundos (como denominado pelo autor) nas grandes cidades da época.

4.3 Caminhos da exclusão

Exclusão é uma palavra, de acordo com o Dicionário Houaiss (2009), oriunda do latim, *exclusio*, que significa a ação e/ou efeito de excluir. Pode significar deixar alguém ou algo de lado, descartar, afastar, negar possibilidades. Esse conceito é bastante habitual na esfera das ciências sociais ou da política para fazer menção à situação social desfavorável de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos.

Segundo Sawaia (2016):

[...] a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação a inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatido como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (p. 10).

Desta forma, a exclusão existe, nas relações humanas, antagônica ao significado de inclusão. Pode se manifestar de diversas formas. Para Wanderley

(2016):

[...] a noção de exclusão social tornou-se familiar no cotidiano das mais diferentes sociedades. Não é apenas um fenômeno que atinge os países mais pobres. Ao contrário, ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida (p.15).

Como destacado pelos autores, a exclusão é um processo bastante complexo, não sendo inerente apenas a países pobres, como podemos pensar. É, sim, reflexo de um sistema baseado no capital, seja ele material ou cultural, em que as posses são indicadores da posição que se ocupará. Dessa forma, os excluídos são pessoas difusas em diversos grupos, conforme retrata Wanderley (2016):

Fazendo um recorte “ocidental” poder-se-ia dizer que “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” [...] Na verdade, existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas, de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural (p. 16).

Guareschi (2016) remonta aos primórdios da exclusão à “liberdade” alcançada pós-revolução industrial, em que o trabalhador poderia ou não trabalhar, não mais sendo forçado como no feudalismo. Reforça, ainda, que essa liberdade é algo duvidoso, visto que são retiradas as possibilidades das pessoas de terem um meio de produção (exceto pela venda da sua força de trabalho) para sua sobrevivência.

Para demonstrar a multidimensionalidade do termo exclusão, Costa (1998) propõe uma tipologia da exclusão. Nesta tipologia está inserida a exclusão social, econômica, patológica, cultural ou, ainda, exclusão autodestrutiva ou auto exclusão (que deriva da toxicodependência, alcoolismo, prostituição etc.). De acordo com o autor, não há uma exclusão absoluta, mas sim dialéticas de exclusão e de inclusão, na medida em que existem diferentes níveis de organização social, como família, trabalho, nação. Neste mesmo raciocínio, Ramalho (2011) enfatiza que o indivíduo pode estar incluído em uma esfera e excluído em outra, sem que isso derive, de fato, uma situação de exclusão.

Wanderley (2016), por sua vez, ressalta que pobreza e exclusão não podem ser tomadas como sinônimos de um mesmo fenômeno, entretanto possuem uma correlação forte. A autora apresenta que a pobreza contemporânea é algo

multidimensional, atingindo o que ela chama de “clássicos pobres” (indigentes, subnutridos, analfabetos etc.) e os segmentos pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (por exemplo migrantes), não sendo resultado apenas da renda, mas sim do acesso a serviços públicos e ausência de poder. Afirma, ainda, que nessa ótica, o conceito de pobreza se vincula ao conceito de exclusão, visando as desigualdades existentes, principalmente no que tange a falta de poder e representação (WANDERLEY, 2016).

Paugam (2016) discorre que a pobreza é um processo, muito mais que uma situação imutável do indivíduo. Para melhor agrupar os sujeitos, que vêm de classes heterogêneas, criou o conceito de desqualificação social, que vem a ser “o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo” (p. 64). Essa expressão tem como finalidade mostrar o caráter dinâmico e multifacetado da pobreza atual.

4.4 Trabalho, Alienação e Ideologia

Alves (2010) baliza que, com a evolução do conhecimento, o homem começou a questionar o que o autor denomina de “explicação mágica do mundo”.

A crescente sofisticação do conhecimento levou o homem a duvidar da milenar explicação mágica do mundo e a tentar compreendê-lo com teorias que, baseadas na experiência objetiva, abrangessem desde a natureza e a origem da vida e do universo até a relação do próprio ser humano com essa realidade. Essas teorias dividiram-se de modo esquemático em duas grandes tendências: materialismo e idealismo (ALVES, 2010, p. 1).

A partir desse fato é possível tentar compreender o mundo baseado em teorias que abarquem a natureza, a origem da vida e do universo, bem como a relação do ser humano com essas realidades. Tais teorias se subdividem em duas grandes correntes: o materialismo e o idealismo.

Nos prenderemos, mais especificamente, no materialismo. Esta corrente se caracteriza por assinalar a matéria como “substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo” (ALVES, 2010, p.1). Dessa forma, para os materialistas, a realidade se baseia na matéria em movimento, que pode estar presente em todas as coisas e fenômenos. Já no idealismo, o elemento

primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito (ALVES, 2010).

A corrente que baliza as discussões dessa dissertação é o materialismo histórico. Karl Marx foi o grande representante desta linha de pensamento que defende as transformações econômicas e sociais, pautadas pela evolução dos meios de produção. Marx constitui uma dialética materialista, que se opõe à dialética idealista hegeliana. Esse materialismo dialético é compreendido como o corpo teórico do materialismo histórico. É possível definir quatro princípios fundamentais do materialismo dialético:

[1] a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; [2] o ser determina a consciência e não inversamente; [3] toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; [4] a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas.” (ALVES, 2010, p.1).

O autor apresenta, ainda, que para Marx o mais relevante na pesquisa é desvelar a lei que rege os fenômenos, sua transformação, seu desenvolvimento. De posse dessa lei, investiga profundamente os efeitos dos fenômenos manifestados na vida social, observa o movimento social como um processo histórico-natural, “governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência, as intenções” (ALVES, 2010, p. 2).

Marx (2011a) compreendia o homem com um ser social e histórico, como podemos observar nessa histórica citação:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (p. 25).

Assumir essa visão como premissa é de suma importância para a análise de dados desse trabalho. Para perceber a atual conjuntura social, política, cultural e econômica global precisamos compreender que somos o nosso próprio passado, assim como seus frutos. Alves (2010) complementa esta visão ao destacar que o “[...] homem marxiano se recusa como um ser apenas determinado na/pela história, mas como transformador da história, sendo a práxis, a forma por excelência desta

relação.” (p. 2).

Já nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Marx se preocupa em definir que a natureza e o homem são interdependentes (MARX, 2017), o que significa que, desta forma, não há como discutir ambiente sem relacionar a questão humana e sua influência. Não há como apartar o homem do meio ambiente em que se encontra inserido. O fato é que havia um balanço, mais equalizado nos primórdios da humanidade, em que o homem e a natureza assumiam um ritmo próximo, e a degradação não era tão acentuada. Quando assumimos o contexto do modo de produção capitalista, com sua celeridade de produção, o ambiente passa a ser um meio do qual o capital se favorece.

Em *O Capital*, Marx (2011b, p. 326) define que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, ou seja, é o trabalho a forma que o homem tem de produzir meios para sua subsistência e não há como pensar em formas de labor em que se excluem relações e impactos com o ambiente. Para ele, a consciência e a corporeidade humana os diferem dos outros animais. Segundo Marx (2008, p. 28-29),

[...] na produção social de sua existência, a humanidade estabelece relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que corresponde, a um determinado grau das forças produtivas materiais (MARX, 2008, p. 28-29).

As relações econômicas constituem a estrutura econômica da sociedade, a base concreta na qual a sociedade se forma. Dessa forma, esse modo de produção vai condicionar a vida política, social e intelectual da coletividade (SILVA *et al.*, 2016 p. 228).

O trabalho é uma categoria universal fundante no materialismo histórico dialético de Marx, uma vez que a

[...] adesão teórico-metodológica ao materialismo histórico dialético exige a compreensão do historicismo concreto presente na obra de Marx e Engels, para os quais a produção material da vida engendra todas as formas de relações humanas e assim sendo, a categoria ontológica do trabalho torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica. O que os homens são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto também com o como produzem (ALVES, 2017, p. 6).

Segundo Marx (2017), todo trabalho é um consumo de força de trabalho humana e é nessa qualidade que se constitui o valor das mercadorias. O trabalho concreto produz valor de uso e o trabalho abstrato valor de troca. Vale ressaltar que o trabalho concreto e o trabalho abstrato não são atividades diferentes, mas sim a mesma considerada em seus aspectos distintos. O que o autor quis explicitar é que apenas pela troca de mercadorias, o trabalho privado que as produziu se torna social. Para Alves (2017) “[...] a equalização do trabalho como trabalho abstrato só ocorre por meio da troca dos produtos desse trabalho” (p. 6).

Entretanto, este trabalho pode se tornar alienado, tal como Marx (2017) explicita em sua obra *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. O autor questiona nesta obra o pressuposto da propriedade privada da economia nacional. Aponta-a como um indicador das formas de alienação do trabalho sob condições históricas. Nessa mesma obra, qualifica a alienação do trabalho em quatro categorias: a) alienação do produto; b) alienação da atividade; c) alienação do ser genérico; e d) alienação do homem pelo homem.

A alienação do produto ocorre quando o fruto do trabalho deste operário não o pertence, mas sim a outrem. Há uma cisão profunda entre o que o homem produz, que não é mais para sua subsistência, mas sim para acumulação de Capital. Embora o trabalhador faça a troca da sua força de trabalho pela moeda e acumule mercadorias, ele acaba se “desrealizando”, pois não tem acesso aos meios de produção e o meio de vida do trabalho. E, para o autor, a economia nacional oculta esta alienação quando não considera a relação entre a produção e o trabalhador (MARX, 2017).

A alienação da atividade é sinônimo de trabalho mecânico e abstrato. Para Marx, a alienação do produto é apenas uma consequência da alienação do próprio trabalho. Aqui retratamos uma atividade não-livre, mecanicista, que não proporciona “energia física e mental livre” (MARX, 2017 p. 196) ao trabalhador. Uma atividade também se torna abstrata quando é apenas um meio de remuneração, não lhe sendo atrativa em outros aspectos. Por fim, Marx diz que por não haver realização de sua força de trabalho, há precarização e o homem vive a alienação (MARX, 2017).

Lacerda (2015) propõe a revisitar a obra *O Capital* e os conceitos de trabalho na gênese da mercadoria capitalista. A mercadoria é formada por um valor a partir do trabalho concreto, que é o dispêndio de faculdades físicas, psíquicas e mentais para produzir a forma e o valor da mercadoria (Marx, 2011b, p. 185-189). Para Lacerda (2015), trabalho abstrato representa a nossa “moeda de troca”, ou seja, o tempo de trabalho social contido nas mercadorias, o labor empregado no corpo dos artigos produzidos.

Como decorrência das duas outras formas de alienação, Marx analisa a alienação do homem do seu ser genérico. Para Marx, o trabalho, na sua essência, só pode ser realizado por um “ser universal e, portanto, livre” (MARX, 2017, p. 197). É válido ressaltar, ainda, que para o autor o ser genérico é um fato antropológico, caracterizando todas as atividades humanas, até as alienadas. Quando se fala em “livre”, recobra-se o estado não instintivo, a capacidade de desenvolvimento crítico e histórico, ao planejamento racional, a criatividade, saindo do que chamamos anteriormente de “trabalho abstrato”. Com a alienação do ser genérico, passa-se a considerar apenas as questões mais instintivas de sobrevivência - como comer, beber e procriar – rebaixando uma atividade nobre como o trabalho, livre, a um mero meio de sobrevivência (MARX, 2017).

Marx (2017) vê a alienação do homem pelo homem como consequência das outras três alienações já citadas, ele observa que o trabalho conjunto não é uma autodeterminação dos trabalhadores, mas sim uma oportunidade de servir ao Capital. Além disso, o autor diz que individualmente o homem só possui suas qualidades humanas na medida que existirem para o Capital que lhe é estranho (MARX, 2017, p. 309). Como resultado do trabalho, temos as mercadorias. Analisando em Marx (2011b p. 157), o conceito de valor de mercadoria:

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. [...] (a mercadoria) é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. [...]. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, as múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico (MARX, 2011b, p. 157).

Sob este primeiro prisma podemos vislumbrar que Marx quis introduzir um conceito muito difundido que é o de fetichismo. Para Marx (2011b, p. 205), “o caráter

místico da mercadoria não provém, portanto, do seu valor de uso”, ou seja, ele vai além e diz que as coisas que compramos, usamos e consumimos não possuem um valor real de venda determinado pelo trabalho e insumos empregados em sua confecção, mas sim baseia-se no poder que os produtos têm de preencher nossas mais diversas necessidades, que gera uma mistificação (que n’O *Capital* ele chama de caráter duplo). Para Lacerda (2015), é importante lembrar que para a lógica do capital, para que algo seja uma mercadoria nos conceitos marxistas, carece-lhe um corpo externo que lhe signifique o uso e lhe confira valor.

A utilização de bens de consumo vem em uma constante crescente a cada ano. Em O Capital, Marx aponta que “a riqueza das sociedades onde reina a produção capitalista configura-se em imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria isoladamente considerada é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2011b, p. 93).

Entendemos que o modo de produção capitalista tem como primazia o lucro e podemos salientar que o valor de troca das mercadorias conota papel decisivo na dinâmica da produção, ficando desvinculado do seu valor de utilização. Segundo Lefebvre (1991), a ideologia da mercadoria é a publicidade que ao mesmo tempo constrói uma identidade para o consumidor e encobre as relações de produção, uma vez que os indivíduos passam a se reconhecer em seus produtos.

A produção das necessidades humanas através do consumo não é o único artifício do capitalismo, onde vemos que o valor de troca se eleva ao valor de uso. Outra tática é a subutilização da mercadoria, denominada por Mészáros (2011) de taxa de utilização decrescente (ou Taxa de Uso Decrescente - TUD).

De fato, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e (re)usada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital, já que tal subutilização torna vendável outra peça de mercadoria (MÉSZÁROS, 2011, p. 661). Desse modo, a descartabilidade destes produtos, para a entrada de novas mercadorias em um curto período, vem se tornando mais frequentes, ocasionando um acúmulo intenso de resíduos neste sistema.

Quando pensamos em Ideologia, no pensamento Marxista (materialismo

histórico dialético), traduz-se em um conjunto de proposições elaboradas na sociedade burguesa com a finalidade de instituir os interesses da classe dominante em detrimento do interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe. Dessa forma, a manutenção da ordem social requer um menor uso da violência.

Alves (2017) assevera que não se encontra a expressão ideologia nos primeiros escritos de Marx, sendo posteriormente introduzida como um conceito negativo e restrito. Negativo por representar uma distorção, uma representação errônea das contradições, e restrito porque não abrange todos os tipos de erros e distorções. A ideologia pode ser considerada como uma falsa consciência. Enfatiza, ainda, que ao implementar o método marxiano, pressupõe-se como ponto de partida, a apreensão do real imediato (a representação inicial do todo) que deve ser convertido em objeto de análise por meio de processos de abstração e que resulta numa apreensão de tipo superior, expressa no concreto pensado.

Entretanto, esta é a etapa final do processo, uma vez que as categorias interpretativas, as estruturas analíticas constitutivas do concreto pensado serão contestadas em face do objeto inicial, agora apreendido não mais de forma imediata, mas em sua totalidade concreta. Parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua interpretação analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento.

Foi na ideologia alemã, nos escritos de 1845-1846, que Marx e Engels desenvolveram o conceito de ideologia. Para eles, a ideologia consiste em uma representação invertida da realidade. No dicionário do pensamento marxista, é apresentado que na segunda fase de Marx e Engels, a partir do rompimento com Feuerbach, na construção do materialismo histórico, o conceito de ideologia é introduzido pela primeira vez.

A ideia de uma inversão é conservada, mas Marx a amplia para abranger a crítica da religião e da filosofia de Hegel. E que os jovens hegelianos vinham desenvolvendo. Marx compreende que esta crítica depende das próprias premissas hegelianas, pois os jovens hegelianos acreditam que a tarefa é libertar o homem das ideias errôneas. “Mas eles esquecem – diz Marx – que estas frases estão apenas opondo-se a outras frases e não estão de modo algum combatendo o mundo real que de fato existe.” (A ideologia alemã, vol. I, I). Assim a inversão que Marx passa a chamar de ideologia subsume tanto os velhos como os novos hegelianos e consiste em partir da consciência em vez de partir da realidade

material. Marx afirma pelo contrário que os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que aquelas são consequências destas (BOTTOMORE, 2012, p. 270-271).

Partindo desta visão, a ideologia não é algo que se limite a quem pensa: há motivos de cunho social para que seja possível que a consciência dos homens se engane em relação a si mesma, e estas razões não são ignoradas por Marx e Engels. Para os autores, a razão primordial para a mistificação ideológica é a divisão social do trabalho e a cisão da sociedade em classes antagônicas. Em outras palavras a divisão do trabalho:

[...] só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual e a partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’. Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 35-36).

Na seção que introduz a ideologia em geral advertem que, no que tange aos pressupostos que a constitui,

[...] não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. [...] O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...] Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 2007, p. 86 – 87).

Desta forma, os homens não se enxergam como produtores das suas próprias condições de existência, mas sim, como produtos desta existência, portanto tudo aquilo que é humanamente produzido parece ter uma essência exterior ao

homem. Não adotados pelos homens como produção sua, esses fenômenos passam a exercer “[...] um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Até o momento, os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que eles são ou devem ser. Eles organizaram suas relações de acordo com suas representações de Deus, do homem normal e assim por diante. Os produtos de sua cabeça tornaram-se independentes. Eles, os criadores, curvaram-se diante de suas criaturas. Libertemo-los de suas quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles definham. Rebelemo-nos contra esse império dos pensamentos (MARX; ENGELS, p. 523).

Retomando a categoria trabalho, Birbeck (1978 *apud* MEDEIROS E MACEDO, 2006) nomeia os catadores de “*self-employed proletarians*”. Segundo o autor, o auto emprego que o trabalhador se submete é uma ilusão, visto que eles vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem. Além disso, não têm acesso a direitos trabalhistas e seguridade social do mundo do trabalho.

Esta pesquisa, ao intentar perceber os sujeitos – catadores de materiais recicláveis – e a sua visão sócio crítica sobre seu papel na cadeia produtiva da reciclagem, se depara com uma relação complexa constituída entre o lixo descartável, aquilo que não se quer mais na sociedade do consumo, ao resíduo que se transforma em produto do seu trabalho e o seu valor intrínseco.

Além disso, a conscientização em relação à destinação dos resíduos não é uma característica comum à maioria dos integrantes das sociedades. Assim, o resíduo, após seu descarte pelos consumidores, passa a ser exclusivamente objeto de ação dos responsáveis pela sua coleta e destinação a aterros, caso haja algum controle ou, na ausência destes, aos chamados lixões²⁷.

Para Burgos (2008), o catador “ressuscita” valor naquele objeto antes descartado para estimular sua troca. Resgatamos esse pensamento com o que trouxemos de Marx (2011b, p. 157) no início deste tópico, “uso das coisas é um ato histórico”. Burgos (2008) acredita que como resultado da atividade final do trabalho do catador há um fluxo inverso ao praticado no mercado. Resumindo, ao recuperar algum valor de algo antes “sem valor”, por um custo menor (baseado no valor das propriedades dos materiais), possibilita seu retorno como matéria prima mais barata

²⁷ Ver definição na página 20.

à indústria (contém uma parcela de trabalho não pago), reduzindo o custo, aumentando os lucros. Se não bastasse, os produtos que declaram ser de materiais reciclados, “ecologicamente corretos”, “com responsabilidade (sócio) ambiental”, “selo verde” etc., adquirem valor agregado e são vendidos mais caro, gerando, assim, a possibilidade de um preço final ainda mais alto.

Gonçalves (2006, p. 290) afirma que “o trabalho vivo [do catador] dispensado buscando o trabalho morto descartado para continuar a dar vida ao sistema que os execra”. Desta forma, para o autor, a transação do bem sem valor, lixo, para mercadoria, material reciclável, é algo sensível ao catador. Mas como dito anteriormente, o valor de troca que o catador conseguiu “barganhar”²⁸ neste cenário não inclui o dispêndio da própria força de trabalho, ou seja, não é remunerado, conforme a leitura de Burgos (2008), apesar de prestar um serviço à sociedade e ao meio ambiente.

O valor ínfimo praticado por quilo ou unidade, normalmente na casa de centavos, é correspondente aos constituintes físico-químicos dos materiais e o grande número de catadores pulveriza a quantidade que cada um individualmente consegue acumular. Esse fator deu margem à organização de cooperativas e associações, no intuito de unir a força de trabalho de catadores autônomos²⁹ para tentar aumentar seu valor de venda no mercado e melhorar os ganhos dos catadores.

Quando o material chega nos galpões de reciclagem começa o trabalho efetivo dos catadores, que se inicia na triagem, feita, em geral, por mulheres que ficam nessa posição, conforme Wirth (2010) e Grecco (2015), as quais separam o material para venda.

Conforme Wirth (2010), a venda dos materiais é feita a atravessadores e sucateiros devido à pequena quantidade de cada variedade de um dado reciclável, sendo esse atravessador, juntamente com a pré-indústria, que determinam os preços dos materiais recicláveis. Após esta fase os resíduos são levados por estes atravessadores até a pré-indústria, em maiores volumes do que as cooperativas

²⁸ Negociar por meio de troca; trocar favor e/ou privilégio de forma pouco ética.

²⁹ Catadores não cooperados.

entregam, para, finalmente, serem transformados. Dessa forma, os catadores estão sujeitos a diversas incertezas, além de ficarem com a maior parcela de trabalho e a menor remuneração de toda a cadeia produtiva da reciclagem.

Essa relação aproximamos com a descrita por Marx como “relação de exploração da mão de obra” ou “mais-valia”. Apesar de muitas vezes descrevermos o trabalho dos catadores como autônomo, por estarem com muitas atividades inseridas no setor do comércio, devemos nos atentar para outras sutilezas. Para Marx (2011b, p.294), mais-valia (ou mais-valor) é o “[...] incremento ou excedente sobre o valor original” de mercadorias, e pode ser dado por diversos mecanismos. Nas relações de trabalho, o mesmo autor entende que

O possuidor de dinheiro compra no mercado todas as coisas necessárias a esse processo, como matérias-primas etc., e por elas paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor (MARX, 2011b, p. 322).

Então, apesar de não estarem submetidos a uma situação patronal comum, ainda não são trabalhadores totalmente autônomos, pois há uma sujeição aos atravessadores, sucateiros, que determinam seu lucro em cima do trabalho realizado pelos catadores. Com a conformação atual da nossa cadeia de gestão de resíduos, as cooperativas e as associações formadas são as que menos ganham, e arriscamos a ir mais longe, afirmando que são as que mais perdem, do ponto de vista do capital, em todo processo.

A Educação Ambiental, como ela se constitui, como se constrói a Justiça ambiental, são pontos importantes que passamos a desenvolver a seguir.

4.5 Educação e Justiça Ambiental

Os primeiros pontos a serem elucidados nesse texto são: o que é a Educação Ambiental (EA), adotada nesta dissertação, e quais são seus fundamentos? Pode parecer uma discussão conceitual bastante gasta, mas necessária para situar as perspectivas nas quais iremos atuar.

Segundo Loureiro (2012), a EA, apesar de estar na discussão desde a década de 70, “[...] certos conceitos e categorias teóricos-metodológicas passaram a ser tão comuns e recorrentes na fundamentação dos projetos, programas e ações

que se esvaziaram de sentido.” (p. 23). Dessa forma, para uma compreensão densa do que caracteriza a EA, necessitamos de uma capacidade de refletir e de se posicionar diante do processo de consolidação dessa. Há uma falsa ideia de consenso produzido por essa baixa problematização (LOUREIRO, 2012).

Na área do debate ambiental, Loureiro (2012), afirma que também há o senso comum sobre considerações acerca da EA, ocasionando obscuridades sobre o que se é e o que se pretendeu “do fazer educativo ecológico³⁰, cidadão e crítico.” (p. 24). Dessa forma, compreendemos que a EA é negação da homogeneização e a afirmação do respeito à pluralidade, enquanto complexidade do mundo.

Em termos relativos ao alcance político da Educação Ambiental, num momento em que o pós-modernismo decreta o fim da história e em que o neoliberalismo reduz tudo à economia de mercado, educar sem clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade, de sua responsabilidade social e sem a devida problematização da realidade, é se acomodar na posição conservadora de produtor e transmissor de conhecimentos e de valores vistos como ecologicamente corretos, sem o entendimento preciso de que são mediados social e culturalmente (LOUREIRO, 2012, p. 27).

Layrargues (2012) destaca que a EA pode ser dividida em três subcategorias: conservadora, pragmática e crítica. A de caráter conservacionista se situou face a sensibilidade humana diante da crise ambiental e a destruição da natureza, momento em que as ciências ambientais não se atinham a questões sociais.

Essa vertente tem uma forte relação com crianças em idade escolar e apresenta como objetivo trabalhar o amor pela natureza, contudo devemos entender suas limitações. Além de restringir os problemas ambientais aos aspectos ecológicos, o ser humano é tratado apenas como o destruidor da natureza, sem qualquer conotação social.

Esta macrotendência se relaciona com as correntes denominadas por Sauv  (2005) de conservacionista e naturalista, dominante até a década de 1990, quando surgiu a vertente pragmática. No entanto, apesar de não ser mais dominante, é uma tendência consolidada e forte historicamente (SAUVÉ, 2005; LAYRARGUES, 2012).

³⁰ Loureiro referencia como ecológico tudo que se relaciona   discussão ambiental e ambientalista, de forma genérica, não apenas conteúdos de Ecologia.

A EA hegemônica, presentemente é subsidiada por um referencial pragmático, busca uma solução para a crise socioambiental nos próprios referenciais causadores e, além disso, não supera o cientificismo cartesiano e o antropocentrismo, apresentando uma visão fragmentada do mundo, característica da modernidade (GUIMARÃES, 2004).

Layrargues e Lima (2011) designam essa vertente dominante de pragmática. Por ser hegemônica, está presente na mídia e é amplamente divulgada em empresas e ao consumidor, passando-lhes a responsabilidade de cuidar do meio ambiente. É permeada pela ideia de “cada um deve fazer a sua parte” (LAYRARGUES, 2012, p. 399-400).

Layrargues já trabalhou com os problemas relacionados a resíduos sólidos, em seguida passou a se preocupar com o “Consumo Sustentável” e, atualmente, se concentra na “Mudança Climática e Economia Verde”, que pode ser entendida como ambientalismo de resultados, pois crê que a força do Mercado pode resolver a crise e espera a conscientização de consumidores a fim de que sacrifiquem um pouco de seu conforto em favor da preservação do meio ambiente, mas não consideram que o Estado possa intervir na economia (LAYRARGUES, 2012).

Layrargues (2012) traz que EA, acima de tudo, é educação, e fruto de uma pedagogia progressista histórico-crítica libertária. Portanto, a base da Educação Ambiental Crítica e Transformadora também está intrinsecamente relacionada às ideias marxianas, salientando uma necessidade de mudança de caráter urgente no que tange o atual modelo civilizatório. Loureiro (2007) afirma que

[...] a educação ambiental crítica se insere no mesmo bloco ou é vista como sinônimo de outras denominações que aparecem com frequência em textos e discursos (transformadora, popular, emancipatória e dialógica), estando muito próxima também de certas abordagens da denominada ecopedagogia. A sua marca principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza. Reconhece, portanto, que nos relacionamos na natureza por mediações que são sociais, ou seja, por meio de dimensões que criamos na própria dinâmica de nossa espécie e que nos formam ao longo da vida (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero, etnia, nacionalidade etc.). Somos sínteses singulares de relações, unidade complexa que envolve estrutura biológica, criação simbólica e ação transformadora da natureza (p. 65).

Layrargues (2006) especifica tal hipótese, ao referir-se ao valor de uma

mudança social e cultural, no intuito de edificar uma sociedade ecologicamente prudente e socialmente justa. Dessa forma, utilizaremos desta ferramenta para propor a compreensão mais ampla do papel da catação dentro da cadeia produtiva na visão do catador e a sua função ambiental.

Loureiro e Layrargues (2013) buscam uma relação entre a educação ambiental crítica e a justiça ambiental, devido a forma em que interpretam as causas da crise atual, estabelecem estratégias de luta social e defendem o projeto societário que supere o capitalismo (ACSELRAD *et al.*, 2009; RIOS, 2011 *apud* LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

A questão do conflito ambiental é muito importante para entender este cenário, pois agrega a ação constituída em alegação da justiça social e do direito à vida sustentável, uma vez que trata de processos estabelecidos entre agentes que disputam recursos e buscam legitimar seus modos de vida (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013). Uma ocasião de injustiça ambiental distingue-se quando a maior parcela de danos ambientais está destinada a grupos sociais ou étnicos específicos, dentre outros grupos, mas sempre em estado de vulnerabilidade social e econômica, “ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social” (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013 p. 63). Ainda segundo Acsehrad *et al.* (2009):

“[...] é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente.” (p. 12).

Para garantir a justiça ambiental, Loureiro e Layrargues (2013) propõem um conjunto práticas, que versam sobre a igualdade na repartição dos efeitos ambientais negativos, de forma que nenhum grupo suporte uma parcela desproporcional dessas consequências, o acesso equitativo aos bens ambientais, o acesso amplo e fácil a informações sobre as atividades poluidoras, e o fortalecimento de movimentos sociais aptos a intervirem no processo de decisão política e econômica. Sendo assim, por justiça ambiental:

[...] designou-se o conjunto de princípios e práticas que: - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; -

asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais, a destinação de rejeitos e a localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas, e projetos que lhes dizem respeito; - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (ACSELRAD *et al.*, 2009, p.41).

O autor enfatiza que a justiça ambiental é *a priori* um coletivo de princípios e práticas, que prezam pela extinção da distribuição desigual dos impactos ambientais negativos sobre uma parcela da população, também asseguram direitos aos recursos ambientais a tais populações, democratizando o acesso ao mesmo. Isso é um conceito muito importante para compreender a situação dos catadores de materiais recicláveis, expostos a todo o lixo de uma sociedade para prover seu sustento.

4.6 Humanização x Desumanização, Autonomia x Heteronomia

Ao aproximar Paulo Freire, o qual apresenta sua crítica ao modelo civilizatório capitalista, nos deparamos com o conceito de humanização. Para o autor, a opressão desumaniza, mas em sua condição ontológica, todo o indivíduo precisa humanizar-se, ou seja, tomar consciência de ser um sujeito social, histórico, crítico e inacabado. Para Freire, os seres humanos são aqueles que vivem as “situações-limites” e por não estarem prontos, estão sempre escrevendo sua história.

Streck *et al.* (2010) enfatizam que a obra freiriana tem uma perspectiva humanizadora, visto que Freire se classifica como um educador humanista, direcionando seu trabalho de forma a comprometer-se com a resistência a todas as formas de “não humanização”, mas o que seria esse estado de humanização/desumanização?

[...] Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores (FREIRE, 1987, p. 30).

Em Freire, a humanização é uma ontologia do ser, e a desumanização é

distorção dessa vocação. Para que se possa pensar em relações melhores e mais humanas, as pessoas precisam tomar consciência da sua condição enquanto seres desumanizados e, a partir disso, buscar sua humanização. Nesse sentido é essencial que os sujeitos envolvidos na relação sejam participativos e críticos no processo de construção de sua humanidade. Em Freire, estamos vocacionados a ser mais (STRECK *et al.*, 2010).

Neste processo de conscientização e diálogo, por meio de uma Educação Problematizadora, os seres humanos poderão deixar de serem tratados como coisas, para se transformarem plenamente em pessoas conscientes de si e de seu papel histórico no mundo. Entendemos que esse projeto não seja algo dado, mas sim algo a ser construído de forma conjunta entre educadores e educandos (MELLO JÚNIOR & NOGUEIRA, 2011).

Ao falarmos da humanização, do ser mais do homem – objetivo básico de sua busca permanente – reconhecemos o seu contrário, a desumanização, ou o ser menos. Ambas, humanização e desumanização são possibilidades históricas do homem como um ser incompleto e consciente de sua incompletitude. Para Freire (1969), tão somente a humanização, contudo, constitui a sua verdadeira vocação. A desumanização, pelo contrário, é a distorção da vocação.

Ao percebermos que os seres humanos se encontram em processo constante de (trans)formação e humanização e que em decorrência de processos específicos, o indivíduo vai contra a sua vocação e ‘desumaniza-se’, apontamos que a ação de tomada de consciência de sua condição desumanizada é o caminho para ir ao encontro de sua humanização. Em outras palavras, o processo de tomada de consciência é interno ao ser e só ele pode tomar a atitude de humanizar-se.

Lee (1996) cita a existência da imposição da ideologia dominante e, em consequência, a reprodução pelos indivíduos. A propagação da ideologia dominante tem por objetivo destituir as pessoas de uma consciência crítica, que os permita observar e analisar a sua realidade e os fatos em seu entorno. A estes indivíduos Freire denomina de oprimidos, acreditando que essa situação possa ser superada por meio de uma educação transformadora.

Nessas condições, questionamos: Qual a realidade do catador? Esse

profissional identifica o valor do seu trabalho? Há ideologia acerca do lixo? Como são vistos os profissionais que trabalham com o lixo? Como é difundida a ideologia dominante dentro do contexto da cadeia de resíduos em que o humano catador faz parte?

Estas e outras inquietações surgem quando se pensa nos processos que envolvem o mercado produtivo da reciclagem, o descarte acelerado do mundo contemporâneo e a exploração do homem sobre o homem. Apontamos, então, mais uma questão: Como se dá o processo de humanização nestes espaços?

Atingir a humanização nas relações entre os indivíduos, para Freire (1987), implica em alcançar uma educação Libertadora, que possibilite aos sujeitos a passagem de uma consciência ingênua a uma consciência crítica. Desta forma, é possibilitar que as pessoas, envolvidas nos processos ativos de sua própria história, constituam-se como sujeitos conscientes de si e do mundo, capazes de pensar, tomar decisões e agir conforme sua consciência, refletindo não somente para si mesmo, mas em acordo com as necessidades do contexto em que vivem.

A palavra autonomia constitui-se a partir do prefixo *autós* que significa, no grego, “por si próprio” ou “de si mesmo”. Vem a ser uma capacidade que o indivíduo adquire de se reger; atributo no qual o ser pode escolher o que rege sua conduta (PITANO e GHIGGI, 2009).

Freire (2018) pondera que a autonomia é a capacidade e a liberdade de construir e reconstruir o que lhe é ensinado. E afirma que o educador deve respeito à autonomia, à identidade e à dignidade do educando. Ainda, autonomia é o ponto de equilíbrio entre autoridade e de liberdade, de modo a legitimá-las.

Quando se retrata o princípio da autonomia, fala-se de como o homem dialogicamente descobre a possibilidade de direcionar a orientação de sua própria vida, adotando para si um caráter crítico. Segundo Kira *et al.* (2017), “essa prática dá a passagem da heteronomia para a autonomia, conceitos-chave para a emancipação do homem.” (p. 20651).

Chegar à autonomia é uma busca permanente. Freire (2018) adverte sobre o inacabamento dos seres como algo que subordina essa autonomia, estando

sempre dependentes do conhecimento que não se limita de forma alguma:

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão. [...] Saber que devo respeito à autonomia e à identidade [...] exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber (Freire, 2018, p. 66-67).

O diálogo é intrínseco à condição humana e o ato de comunicação é uma das necessidades primeiras dos homens, essencial à sobrevivência. Dessa forma, outra categoria importante em Freire é o diálogo. Para o autor é necessário enunciar uma palavra e interagir com o outro, mediados pelas situações cotidianas, que vão neste movimento transformando sua realidade. Sendo assim, pelo olhar de Freire (1980) o diálogo é:

[...] o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (p.42).

Segundo Loureiro (2019) o diálogo potencializa os saberes, organiza sua prática e possibilita a criação do conhecimento. Também ressalta que é consensual entre os educadores sua importância, como pressuposto e meio pedagógico. Porém, para que o diálogo se estabeleça coloca que deve haver a interação entre pessoas que falam e escutam na mesma proporção, pois um diálogo não participativo é um monólogo, uma imposição. E, ainda segundo o autor, “[...] qualquer forma de imposição é negação da educação.” (p. 52)

Ainda, de acordo com Loureiro (2019), o diálogo por si só é um fator que “[...] não emancipa, mas sim [um] processo social que toma o diálogo como pressuposto e exigência prática, instituído pelos agentes sociais em seus movimentos transformadores na sociedade, materializando as mudanças sonhadas.” (p. 54)

Nesse sentido Freire (1987) apresenta os círculos de cultura. Consiste em um espaço educativo em que emergem diferentes subjetividades e saberes, onde os expropriados e oprimidos assumem um diálogo coletivo, gerando um conhecimento coletivo. Porém devemos assumir que o diálogo não se resume a um instrumento

metodológico (LOUREIRO, 2019).

4.7 Qual o lugar do catador?

Os vocábulos “espaço” e “lugar” representam significados complexos no olhar das diversas áreas do conhecimento humano. Nosso objetivo, portanto, nesta subseção, não é concluir esta temática, mas ampliar a discussão.

Heidegger (2002), em seus estudos sobre o espaço e o lugar, utiliza o termo *Dasein* para nomear o ser humano atribuindo-lhe o seu modo de ser. Para o autor, *Dasein* representa a relação com o próprio ser, cujas características constituem os seus atributos existenciais. *Dasein*, descrito em sua cotidianidade, projeta as suas possibilidades de ser-no-mundo constituintes de sua existência. O *Dasein* não compõe um sujeito individualizado, ao contrário, impessoal em um mundo compartilhado com os outros. Trata com os fatos que emergem em seu entorno de modo prático.

Heidegger (2002) investiga o ser enquanto conceito universal e indefinível, vinculado à existência e ao seu próprio acontecimento. O conhecimento do ser parte do homem balizado por seus questionamentos e reflexões. Ao diferenciar ser e ente (coisa), o autor enfatiza que o homem é um “ente inacabado”, que se reconstrói constantemente e tem a morte como horizonte e limite do futuro. Desta forma, ao refletir sobre si deve retomar-se a cada momento, unindo, assim, presente e passado. Nesse viés, segundo o autor, a existência está vinculada à temporalidade.

Por outro lado, o espaço em Heidegger consiste em uma descoberta humana, porém o homem só conhece o espaço quando o toma a presença como seu constitutivo enquanto estrutura ser-no-mundo. Em outras palavras, o homem não percebe o mundo numa dimensão espacial, uma vez que ele (o mundo) não está contido no espaço, porém sendo o homem ser-no-mundo, o espaço é descoberto.

[...] o espaço só pode ser concebido recorrendo-se ao mundo. Não se tem acesso ao espaço, de modo exclusivo ou primordial, através da desmundanização do mundo circundante. A espacialidade só pode ser

descoberta a partir do mundo e isso de tal maneira que o próprio espaço se mostra também um constitutivo do mundo, de acordo com a espacialidade essencial da presença, no que respeita à sua constituição fundamental de ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2002, p. 168).

Heidegger (2002) se utiliza de uma ponte para delinear, de acordo com seu pensamento, em que consiste “o lugar”. Uma ponte sobre um rio não liga apenas as margens, somente na travessia sobre a ponte as margens são reveladas enquanto tal. É por meio da ponte que se vislumbra, em partes vizinhas, a margem e o terreno. É a ponte, ainda, que permite a manutenção do curso do rio e simultaneamente preserva, aos homens, um caminho que permite a sua caminhada além terra. A ponte admite a passagem de veículos por suas margens. Para Heidegger, a ponte é uma coisa, não como um objeto, seja de produção ou de simples representação, mas a medida e enquanto coisifica, no sentido de reunir e recolher, numa unidade, as diferenças.

A ponte é, para o autor, uma coisa com características próprias. E assim é o lugar. Na representação da ponte, o lugar não está simplesmente disposto antes da ponte, porquanto antes da ponte existir, existem ao longo do rio muitas posições que podem ser ocupadas por alguma coisa. Dentre essas muitas posições, uma pode se tornar um lugar. No entanto, a ponte não se situa num lugar, mas é da própria ponte que surge um lugar. Por esta vertente, o lugar ocupado pelo catador não é o circunscrito no espaço da cooperativa, mas aquele em que ele se constitui.

Em uma outra ótica, Oliveira (2014) evoca uma questão muito pertinente sobre o “Qual o sentido do lugar?”, visto que o “lugar” acompanha o homem e assume diversas definições. Uma característica muito importante a destacar é a dimensão subjetiva que o “lugar” assume e não, meramente, objetiva.

Quando, muito didaticamente, a autora dispõe as definições de lugar e sentido, construindo o que essa gostaria de significar como sentido de lugar, delimita então uma esfera muito interessante, em que podemos iniciar a vislumbrar o terreno que essa traçava para a inserção das três dimensões, conforme Muntañola (1973 *apud* Oliveira, 2014): o habitar e falar, o figurar e conceitualizar e o meio físico e meio social. Estas dimensões se entrecruzam de forma diferente no espaço e no tempo, em constante dinâmica entre razões/concreticidades e emoção, em meio social e físico.

Para Muntañola (1973 *apud* Oliveira, 2014), o que transforma um espaço em lugar é a experiência tida. Então, traça cisão entre o espaço onde transitamos e o lugar ao qual pertencemos, o “nosso lugar”, pois “cada um tem seu lugar”.

Oliveira (2014), concorrendo à mesma ideia, apresenta que ao conhecer um lugar, desenvolvem-se sentimentos topofílicos, ou seja, que tem afinidade com o lugar, ou topofóbicos, que desenvolvem aversão ao lugar.

Em fevereiro de 2018 ocorreu um marco para a implementação da Lei nº 12.305 de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Ocorreu o fechamento do Aterro do Jóquei, mais conhecido como Lixão da Estrutural, após aproximadamente 60 anos de funcionamento. Para situar melhor ainda esta discussão, no capítulo 3, Art. 8º § IV da referida legislação, afirma-se que um dos instrumentos para a sua implementação é “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010).

Dessa forma, para o fechamento do lixão, que contava com cerca de 2000 catadores informais, foram construídos galpões de reciclagem e os trabalhadores foram cadastrados, relocados, tal que iriam receber uma bolsa temporária para “compensar” as perdas, devidas à menor quantidade de material que chega aos galpões, e até mesmo à limitação de tempo diário de catação, resultado da regulamentação de seu labor.

Insurgiram, nesse contexto, diversas reações de resistência à nova realidade, projetada por alguém que não era catador, para suprir as necessidades que não foram conversadas com esse indivíduo. Criaram um universo controlado, ao qual planejaram que seria o ideal para este ser estar inserido e o imputaram a data de transferência. O que aconteceu pode ser observado em algumas reportagens e vídeos na internet. A experiência com os galpões foi decepcionante, se sentiram “deslocados”, sem condições de se sustentarem, e transferiram essa experiência ruim para o ambiente. Logo, estar no galpão era muito ruim, pois lembravam apenas que quando estavam no Lixão “faziam mais dinheiro”, “conseguiram sustentar a família”, “todos podiam trabalhar juntos”, não tinham “tantas regras” que eles não entendem o motivo de existirem. Então, pelo sentimento de pertencimento e

reconhecimento, nada além do que chamamos anteriormente de topofilia, eles resistem e querem voltar a residir e catar no lixão. E muitos o fazem clandestinamente.

Também comparamos esta questão da topofilia e topofobia da maneira como Oliveira (2014) traz. Talvez nunca tenhamos estado em lixões e/ou cooperativas, mas temos uma ideia/conceito do que são estes lugares, pois para a autora, a valorização do lugar se dá a partir de experiências, sentimentos, símbolos, imaginação. Tem-se aversão-topofobia, atração-topofilia, por lugares desde que tenhamos algum contato, mesmo que imaginário com ele. Forma-se nossa opinião, expectativas e olhares, enfim, desenha-se conforme a nossa ótica aquele local.

Isso significou muito quando se pensa na importância de entender o ponto de vista do indivíduo, neste caso o catador, quando se faz uma política de inclusão. Como incluir, se não se entende quem incluir? Muitas vezes as políticas, programas, projetos, apresentam maniqueísmo de “verdade” e não percebemos como seres passíveis de aprender mais, e quem sabe construir as respostas que nos faltam para um mundo mais justo. Então, fica premente que estamos longe de uma política inclusiva, que saiba ver sob a ótica do outro, que saiba perguntar-ouvir, dialogar, construir. Ao que parece, é muito mais importante cumprir números para os relatórios do que fazer com que famílias possam se sustentar no que for consenso traçado de justo.

Ferreira (2002) assume que Relph define lugar como um fenômeno, partindo de sua essência e de suas fontes de significado, tendo as seguintes propriedades: localização, paisagem e envolvimento pessoal. Como a abordagem do autor é fenomenológica, a característica mais importante para ele vem a ser o envolvimento pessoal. Para Relph, o lugar ser o “centro profundo da existência humana” (RELPH, 1980, p. 43 *apud* FERREIRA, 2002).

Relph (2014) apresenta diversos conceitos que nos situam nas possibilidades que podemos transitar dentro dos aspectos de lugar. Um dos que mais chamou atenção foi a “construção do lugar”, em que o autor afirma que “planejadores e arquitetos não podem fazer lugar, mas se forem sensíveis às condições locais, podem prover de infraestrutura e construir ambientes quem

facilitem a criação de lugares por aqueles que vivem neles”.

Ainda relacionado com o tema que tratamos acima, reafirmamos que é possível um grupo transpor e re-construir um lugar, como é o caso de transpor a significação da catação no lixão para os galpões, mas é necessário conhecer as condições para constituição desse lugar, e não apenas uma criação aleatória. Ao final, assemelha o lugar como um microcosmos, que seria então o resumo da nossa interação individual com o mundo e vice-versa, sendo este um processo ontológico, econômico e social.

Mello (2014) reflete sobre as peculiaridades do lar, do reconhecimento a partir de fazer parte de um mesmo espaço (“pátria amada”, “planeta Terra”, “meu bairro”, “minha cidade” etc.) e outras características desse movimento que estudamos. Ainda, atendendo ao contexto de Brasília, local em que, como apontado por Mello (2014), cerca de 2 mil pessoas por dia sobrevivem da catação, foi criada uma estrutura cidadina ao redor do lixão. A Cidade Estrutural compõe o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, que se originou do alojamento de catadores de lixo próximo ao lixão agora desativado. Milhares de pessoas foram atraídas em busca de sobrevivências em meio aos detritos do segundo maior lixão da América Latina.

O autor destaca que muitas pessoas fizeram muito mais que um “ganha-pão”, transformaram a sua vida “em volta do lixo”. Outras profissões se formaram, escolas, padarias, comércios, motoboys, toda uma estrutura de cidade, que também sente o impacto da desativação do lixão. E essas pessoas se mobilizaram em prol da não desapropriação das casas, visto que é um local que já criou uma vivência, história, identidade, pra gerações. Gera-se aqui, a nosso ver, importantes conflitos de interesse: a vivência social/história/dignidade dos indivíduos x Preservação de uma Reserva x Contexto Econômico/Internacional.

Por outro lado, Mello (2014) defende que há possibilidade de reconstruções de espaços, com um acordo orquestrado entre o mundo interno e externo, uma possível ressignificação, de construção de novos lares. E o contexto de “lar”, “onde a alma descansa”, vai ganhar significados múltiplos para cada indivíduo a que esta interrogação for feita. O lugar como se faz o “espaço vivido” é

uma objetividade, formada de ruas, casas, matérias, mas permeado de subjetividade, que é a visão/relação que temos com essas objetividades. E elas se relacionam, se transformam, se constroem, destroem e (re)constroem. Dessa forma, podemos ver o significado da catação, do galpão, do lixo/resíduo (a linguagem com “externalização” de uma ideia/causa que agora o catador entende/defende enquanto movimento organizado, o Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis).

Entender o sentido e o significado do lugar destes sujeitos é uma tarefa árdua a ser realizada. Cada detalhe se faz importante! Porém é impossível compreender os sujeitos sem compreender os espaços em que estão inseridos, além das múltiplas relações que ocorrem dentro dele.

Oliveira (2014) resume que o lugar é um signo constante em que reconciliamos razão e emoção, o palpável com o sentimento. É a familiaridade com determinado espaço que o transforma em lugar, e cada um tem o seu lugar. Reconhecer um lugar é admitir um sentimento de topofobia ou topofilia. Só se liga ao lugar se tiver um sentimento mais profundo.

Nesse sentido, abrimos mais uma vez a discussão do lugar do catador, visto que esses profissionais possuem uma relação forte com seu ambiente de trabalho. E é difícil delimitar alguns comportamentos inerentes a isso, como por exemplo, uma cooperada grávida que volta nas suas férias para o galpão de reciclagem.

Ao se observar, ainda, o cenário recente das políticas neoliberais, pós anos 70, identifica-se trabalhadores urbanos pobres, sobrantes dos mais diversos setores, constituindo uma massa produtiva como catadores de materiais recicláveis, realizando atividades inscritas na base da indústria da reciclagem.

O conjunto de atividades realizadas apresenta uma contradição: o catador concretiza/não concretiza um processo de trabalho que possa ser entendido como produto, visto que sua experiência de (re)inserção produtiva não faz dele nem um “trabalhador autônomo”, nem tão pouco um “assalariado”. As atividades que o catador realiza podem parecer separadas do processo produtivo da indústria da reciclagem, mas podem ser percebidas como um trabalho que participa da formação

de capital. Podemos inferir que essa indústria parece não somente economizar capital constante na aquisição de matéria-prima mais barata – os reciclados, que temos que considerar que tal matéria-prima é barata devido ao trabalho não pago ao catador –, bem como na contratação de operários, visto que o catador não o é, mas sob determinada perspectiva ele o corresponde, substituindo-o (BOSI, 2008).

A expressão *trabalhador sobranete* é utilizada a fim de referirmo-nos aos trabalhadores pobres urbanos que são (re)inseridos produtivamente, sem, contudo, se emanciparem da condição de sobrantes. Estes normalmente representam operários que perderam seu posto de trabalho no setor formal ou, ainda, nunca conseguiram nele ingressar. Além disso, são pessoas que sequer participam da denominada classe-que-vive-do-trabalho, uma noção alargada de classe trabalhadora, formulada por Antunes (1999). Essa tem como característica o assalariamento, que abrange os trabalhadores informais assalariados, mas este não é o caso dos catadores.

O catador também se insere na interpretação feita por Singer (2000) sobre o trabalho informal, o autor considera este trabalhador como integrante da categoria marxista de população relativamente excedente, em sua parte estagnada. Ainda que esta categoria seja parte do exército ativo, e não do exército industrial de reserva (interpretação feita por Singer), aqui ainda se trata de relações assalariadas (Segundo Marx, máximo de tempo de serviço e mínimo de salário). Será esse o lugar do catador?

Existem variados tipos de catadores. Catadores de rua, catadores em cooperativas, catadores particulares/avulsos. Os catadores de rua parecem corresponder à categoria de lumpemproletariado³¹. Já os catadores avulsos correspondem a diversos níveis de pobreza, estariam na “esfera do pauperismo” (BURGOS, 2008). Segundo Marx (2011b, p. 874),

O segmento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo [...] em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as

³¹ O termo lumpen proletariat (do alemão *Lumpenproletariat*: “seção degradada e desprezível do proletariado”, de *lump* “pessoa desprezível” e *lumpen* “trapo, farrapo” + *proletariat* “proletariado”) é um vocábulo marxista que designa a camada flutuante do proletariado, destituída de recursos econômicos e caracterizada pela ausência da consciência de classe.

estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. [...] Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos faux frais [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média.

Para Burgos (2008), os catadores cooperados estariam deixando a “esfera da pobreza” e o setor informal, porém não se pode tirar de vista que as cooperativas ainda são uma estratégia de sobrevivência, já que os rendimentos dos cooperados raramente atingem o patamar do salário mínimo, além das condições de trabalho permanecem duvidosas.

Ainda de acordo com Burgos (2008), os catadores são (re)inseridos produtivamente sob a condição de trabalhadores sobrantes e nesta ótica estão sempre na iminência de serem novamente excluídos do processo produtivo. De certa forma parece ser esta a perspectiva para a grande maioria dos catadores, que antevê aumento de produtividade, sem resolver a conseqüente redução do número de postos de catadores necessários à produção da matéria-prima pelas cooperativas (que dá lugar apenas para os melhor capacitados, sob a mesma ótica da institucionalização).

5 Caminho metodológico da pesquisa

Configuramos a pesquisa como um estudo do tipo etnográfico, utilizando como metodologia o acompanhamento da rotina de trabalho dos sujeitos-catadores colaboradores de uma cooperativa de reciclagem de lixo, em Pelotas, RS. A coleta de dados se deu por meio de observação-participante e registro em caderno de campo. Pela natureza de abordagem e tratamento de dados, tem caráter qualitativo.

A escolha por um estudo do tipo etnográfico, com acompanhamento das atividades laborais, por meio observação-participante e registro em caderno de campo, baseia-se em Geertz (1989). O autor destaca que:

Se a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece, então divorciá-la do que acontece — do que, nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a partir de todo o vasto negócio do mundo — é divorciá-la das suas aplicações e torná-la vazia. Uma boa interpretação de qualquer coisa — um poema, uma pessoa, uma estória, um ritual, uma instituição, uma sociedade — leva-nos ao cerne do que nos propomos interpretar. Quando isso não ocorre e nos conduz, ao contrário, a outra coisa — a uma admiração da sua própria elegância, da inteligência do seu autor ou das belezas da ordem euclidiana —, isso pode ter encantos intrínsecos, mas é algo muito diferente do que a tarefa que temos [...] (GEERTZ, 1989, p. 13).

O caminho da pesquisa intentou, de fato, à construção da leitura da realidade deste sujeito catador a partir da imersão no cotidiano deste sujeito aliado aos apontamentos feitos no caderno de campo. Para fundamentar melhor o cotidiano do sujeito servimo-nos de entrevistas que subsidiaram as análises.

Como o trabalho assume esta proposta de interpretação, utilizaremos como referencial teórico metodológico e de análise o materialismo histórico dialético, apoiado em Marx (2011b, 2017), Freire (1987, 2018), Loureiro (2007), Layrargues (2012), dentre outros autores.

Silveira e Córdova (2009) enfatizam que a “[...] pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31), portanto a pesquisa qualitativa pode nos permitir compreender como se constitui este sujeito “o catador” e as relações que produz com a Cooperativa. Essa ideia vai ao encontro com o que defende Minayo (2015, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Considerando este sujeito um ser histórico que se diferencia dos animais não só pelo fato de raciocinar, mas quando produzem seus próprios meios de vida, faz emergir a necessidade de iniciar a pesquisa a partir do cotidiano deste sujeito. Neste viés é necessário estudar a historicidade do sujeito

[...] naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Tomando por base o ideário de Marx e Engels, esta pesquisa parte do real do próprio homem e do seu trabalho para compreender o que querem transformar em suas práticas cotidianas e, dialeticamente, pensando em suas “transform(a)ções”. Segundo Gadotti (2012, p. 19), a “[...] condição para que o homem se torne homem (porque ele *não é*, ele *se torna*) é o trabalho, a construção da sua história. A mediação entre ele e o mundo é a atividade material”.

A pesquisa de campo está separada em dois momentos. Primeiramente, após conversa com o grupo de trabalhadores, expondo o projeto e a intenção de trabalho, foi solicitada a anuência, através de termo de consentimento livre e esclarecido, dos sujeitos, dando-lhes a liberdade de aderir ou não à pesquisa.

O critério de inclusão/exclusão como informante na pesquisa foi trabalhar naquele espaço há, pelo menos, 1 ano, ser a única fonte de renda daquele trabalhador a atividade no galpão, não ter idade superior a 60 anos (não se trabalhou com idosos), e aceitar fazer parte do grupo de informantes. O informante que desejasse deixar o grupo poderia fazê-lo, independentemente de tempo, e sem necessidade de informação anterior. Foram constituídos como informantes somente aqueles que autorizaram a participação no estudo e nas atividades. Desta forma tivemos 7 (sete) informantes: 4 (quatro) da triagem e 3 (três) de outros setores,

sendo este número calculado tendo por base 1/3 dos sujeitos que trabalham naquele ambiente.

No segundo momento, foi proposta uma vivência, para o estudo do tipo etnográfico, em que se conviveu durante uma semana no posto de trabalho da triagem dentro da cooperativa, acompanhando a rotina de trabalho dos sujeitos-catadores por meio de observação-participante e registro em caderno de campo. As experiências vividas e as análises realizadas são, nesta pesquisa, descritas à luz da teoria marxista.

Durante a intervenção pretendemos, utilizando instrumento com perguntas semiestruturada (Apêndice 2), conhecer a vida do sujeito catador, sua relação com o lugar e com a catação, buscando desvelar a história deste indivíduo com a catação. Os informantes foram convidados à entrevista, não sendo utilizado nenhum instrumento de gravação, e os indivíduos puderam recusar a participação ou até mesmo desistir de continuar na pesquisa ao se sentirem desconfortáveis. O risco previsto foi de o participante se sentir desconfortável durante a aplicação do instrumento, podendo parar a qualquer momento sua entrevista caso isso ocorresse.

O instrumento utilizado foi organizado em dois blocos de perguntas. No primeiro, doze perguntas, que versavam sobre renda, hábitos de consumo, tempo de catação, família, dentre outros. No segundo, perguntas categorizadas em três linhas, sendo elas a) Segurança do trabalho; b) Consciência ambiental; e c) Autonomia.

A primeira categoria, segurança do trabalho, tem sua importância nos diversos acidentes já documentados na bibliografia que aborda a reciclagem e a catação de lixo e, mais especificamente nesta comunidade, dentro dos galpões de reciclagem. Fato de acidentes citados informalmente, durante a visita inicial à presidência da cooperativa visando a autorização da pesquisa. Nesta categoria buscamos entender de onde surgem essas inseguranças que geram acidentes e tentamos, juntamente com a comunidade, buscar uma conscientização e possíveis soluções.

A segunda categoria, consciência ambiental, teve como base entender como o catador se enxerga enquanto profissional envolvido na temática ambiental, quais as suas principais preocupações, como acredita contribuir para um

desenvolvimento ambiental justo e, ainda, como ele enxerga a cadeia de reciclagem.

Por fim, na terceira categoria, autonomia, buscamos avaliar o quanto estes profissionais estão aptos, e se estão praticando atitudes autônomas, procurando observar quais são suas opiniões acerca do seu ambiente de trabalho, das suas relações laborativas e da sua rotina de trabalho.

Prevemos, enquanto benefícios, junto a esta comunidade, levantar a discussão da importância do profissional catador em seu ambiente de trabalho e dentro da cadeia produtiva na qual está envolto. Discutindo seus conceitos de ambiente para que possam, futuramente, trabalhar com uma educação ambiental crítica.

Adotamos como enfoque o materialismo histórico, tendo em vista que não é possível considerar os fatos fora do contexto sócio histórico e deve-se observar as contradições existentes nas relações produzidas dentro do ambiente laboral do sujeito catador. Sendo assim, pretendemos, a partir da coleta, parametrizar os dados em categorias analíticas considerando os fenômenos existentes naquele ambiente que envolvam a relação homem x natureza, homem x sociedade e homem x economia.

5.1 Vivência de caráter etnográfico

A opção por utilizar uma abordagem etnográfica, neste estudo, reflete a busca pela perspectiva do sujeito catador e a compreensão da relação entre a etnografia, o pesquisador e o campo. Analisamos, além dos sujeitos pesquisados, neste estudo, a condição de pessoa, que produz resíduo, faz descartes e vivencia, enquanto pesquisador, diferentes abordagens sobre a E.A.

Consideramos importante, inspirados na Etnografia, o deslocamento ao ambiente como uma ação promovida no trabalho de campo que, além do contato com os sujeitos, dispõe de uma tentativa de vivência em uma cultura diferente do pesquisador, propiciando-lhe acessar o “lugar” do outro.

Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para

estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (MATTOS, 2011, p. 51).

Durante a primeira visita à cooperativa para iniciar o contato, o sentimento que imperava era de desconfiança. O primeiro questionamento levantado pelo grupo foi o de que “mais um pesquisador teria interesse na cooperativa e não resolveria nada?”. Que eles tinham problemas práticos a serem resolvidos para pararem a produção, para responder algumas perguntas e que “não serviriam para nada”. Ambas as citações foram retiradas da informante Rosa, que será analisada sua fala a seguir.

Entretanto, ao balizar-se nas ideias de Freire e Nogueira (1993, p. 19), entendemos que a educação popular como um “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares”, um instrumento de emancipação política poderosíssimo. Então, mais uma vez insistimos junto à cooperativa e argumentando a proximidade do galpão, que a pesquisadora fazia parte da comunidade, e, portanto, apresentava interesse em conhecer a rotina, conviver com as pessoas que também fazem parte do “seu lugar”, e gostaria de aprender com suas dificuldades e soluções de problemas e finalizar os estudos com devolutivas àquele espaço.

Freire (2018) adverte que é essencial respeitar o conhecimento prévio e o conhecimento popular. Trazer para o grupo da cooperativa o respeito e o reconhecimento pelo trabalho dentro da comunidade emergiu uma conexão importante para o andamento da pesquisa. Este reconhecimento trouxe algumas responsabilidades. Fomos convidados a participar do Fórum de Cooperativas, lugar em que mensalmente se reúnem para discutir as problemáticas daquele coletivo. O primeiro aconteceu no dia 21 de março de 2019, próximo. Neste encontro foram discutidos, dentre outros assuntos, a necessidade de envolver outros agentes da coleta seletiva no processo educativo, tais como moradores do entorno e coletores dos resíduos que entregam nas cooperativas.

Após alguns fóruns, foi realizado o acompanhamento das atividades da cooperativa por uma semana. Neste espaço, ocupamos um posto de trabalhador da triagem. Em cada encontro foram realizados apontamentos no caderno de campo, referentes à realidade local, diálogos, ambiente, dentre outros aspectos. O caderno de campo será transcrito no item 6.1 e no Apêndice.

6 Dos dados à análise – o percurso da pesquisa

Este trabalho foi realizado com os sujeitos da cooperativa COOTAFRA que se localiza no bairro Fragata, na cidade de Pelotas, RS. Pelotas é uma cidade com população estimada, conforme IBGE (2018), de 341 648 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa do estado. A cooperativa atende demandas da coleta seletiva da cidade de vários bairros (que chegam através de convênio com o poder público), ecopontos, projetos e empresas.

Houve três visitas na cooperativa para firmar a parceria com a pesquisa, até que em vinte e um de março de 2019 iniciamos o primeiro contato oficial, por meio do primeiro Fórum de Cooperativas do ano. Esse fórum teve por objetivo reunir as cooperativas de reciclagem, a universidade e o órgão de gerenciamento, o SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas). As reuniões acontecem mensalmente no salão da Associação das Vilas Reunidas FRAGET, para tratar assuntos de interesse coletivo, trocar experiências e dividir dificuldades. As datas foram as segundas quintas-feiras de cada mês, às 10h30 da manhã.

Essa reunião iniciou com uma breve apresentação individual. Na oportunidade, percebemos que todas as cooperativas ali presentes procuram manter um diálogo aberto e saudável para melhor andamento dos trabalhos. Não foi percebido, à primeira impressão, competitividade entre os presentes, contudo haviam apenas quatro cooperativas representadas nesse encontro.

O grupo convidou a falar brevemente sobre a pesquisa a ser realizada e qual o interesse pelo tema e pela Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais Fraget (COOTAFRA). Expomos que há uma grande afinidade pela temática, a cooperativa referenciada se encontra em local próximo à moradia da pesquisadora, que compõe, desta forma, a comunidade que agrega aquele espaço. E, além desse fato, constitui-se em um ambiente que importa uma problemática de relevância socioambiental imensa.

Como já mencionado no item 4.2, a reutilização das coisas historicamente, no sentido da reciclagem, traz consigo a lógica da mercantilização. Dessa forma, as discussões nos fóruns versam sobre a venda das mercadorias e as dificuldades oriundas dessas relações comerciais.

As cooperativas iniciaram relatando seu problema sobre a venda de latas de tinta seca. Uma das cooperadas relatou que havia um fornecedor que se propunha em receber o material como sucata, desde que fosse vendido, junto, o aço e o alumínio. Outra queixa é o valor praticado que oscila bastante, fazendo com que eles tenham que decidir entre vender por qualquer preço ou acumular os resíduos nos galpões, o que se torna inviável tanto do ponto de vista legal quanto espacial das cooperativas.

Retomamos aqui a descrição feita por Strasser (2000), na seção Miséria e Catação, ao se reportar ao negociante Morillo Noyes, comprador de matéria prima reciclável, que terceirizava a tarefa de procurar e recolher em meio aos descartes, com mascates pobres, o que era possível comercializar com as fábricas. O que o negociante Morillo Noyes fazia? Baseando-nos em Marx (2011b) respondemos a este questionamento: Explorar a mão de obra dessas pessoas apropriando-se da mais-valia. De posse da mercadoria, abstendo-se do trabalho, negociava de forma robusta, possibilitando ter largos lucros. Da mesma forma, o comprador dos rejeitos, aproveitando-se da mão de obra desses trabalhadores, que não possuem espaço físico para armazenamento, coloca condição de compra da mercadoria excedente fixando preço abaixo do mercado, desconsiderando o pagamento da mão de obra do trabalhador.

Por outro lado, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, no artigo 36, § XVII observa que “ [...] subordinar a venda de um bem à aquisição de outro ou à utilização de um serviço ou subordinar a prestação de um serviço à utilização de outro ou à aquisição de um bem”. A partir da legislação afirma-se que esta prática constitui crime previsto na legislação e sujeito a pena (BRASIL, 2011).

A Cooperativa de Trabalho e Reciclagem (CORRECICLO) relatou que tem recebido pilhas, baterias e lâmpadas do SANEP, mas que estão acumulados por falta de destinação final. A COOTAFRA relatou receber móveis e restos de madeira da vizinhança, de forma não usual (é deixado na porta da cooperativa) e que conseguiram destinar ao ecoponto da prefeitura.

Todas as cooperativas presentes destacaram problemas com a

destinação do vidro. O material vem sendo doado a uma empresa em Porto Alegre – RS, visto que não conseguem vendê-lo. Os dias que eles relatam vir mais vidro são terças e sextas, e relacionam com o movimento dos bares. Como, dependendo do tamanho do estabelecimento, a destinação é feita na coleta seletiva da cidade, grande parte desse resíduo vai parar nas cooperativas.

A coleta é feita por uma empresa terceirizada, a Urban, porém as cooperativas apontam a ausência de cuidado, por parte da empresa, na coleta dos recicláveis uma vez que são recolhidos muitos resíduos não recicláveis e os vidros chegam quebrados. Foi aventado um possível treinamento para os trabalhadores desta empresa.

Outro ponto apontado pela COOTAFRA foi o de que não estavam abrindo as sacolas pequenas de lixo, devido ao grande tempo que se perde e o lucro mínimo que se tem, pois normalmente são resíduos misturados. Ou seja, grande parte de um material potencialmente reciclável vai direto para o transbordo. A perda de potenciais recicláveis foi apontada em Silva e Zanín (2017), como um mecanismo comum nas cooperativas, em detrimento de aspectos operacionais diversos. Também foi declarado pela COOTAFRA que o plástico tipo poliestireno (PS) estava sem mercado, indo então para o rejeito. A cooperativa COORECICLE disse estar vendendo a R\$ 0,10 o quilo a um comprador.

Após ouvir todas as colocações do grupo, e no intuito de conhecer a atividade vivenciada por eles e, ainda, aproximarmo-nos, questionamos quais os maiores problemas enfrentados por estas instituições. Os representantes das cooperativas elencaram os seguintes tópicos:

1. Grande quantidade de vidro;
2. Falta de espaço para recebimento e separação;
3. Conscientização dos moradores do entorno para não deixarem seus resíduos na porta da cooperativa;
4. Coleta insuficiente do Serviço de coleta seletiva urbana de Pelotas (Urban);
5. Problemas com o Sanep.

Finalizaram a reunião apontando a necessidade de transformar o

convênio firmado entre eles e a SANEP em contrato de prestação de serviço, visto que a verba recebida é insuficiente para as diversas finalidades como aluguel do galpão, maquinário, combustível etc.

Após o primeiro contato através do Fórum, nos reunimos com a direção da COOTAFRA no dia vinte e dois de março de 2019 com a finalidade de acertar detalhes da vivência de campo. Nesta ocasião apresentamos aos presentes que o objetivo da nossa atividade de pesquisa era o de conhecer a realidade local a partir da ótica dos catadores, detectando dificuldades, demandas e potencialidades. Para consolidar este intento era preciso analisar as formas e relações de trabalho, o cotidiano dos sujeitos, suas histórias e organizações, como se relacionam com o ambiente. E isso só poderia ocorrer estando presente no dia a dia daquela instituição. Marcamos então para o dia 01 de abril de 2019 o início deste processo de vivência, o qual passamos a relatar a seguir, utilizando o caderno de campo e seus registros como indicadores das ações cotidianas vivenciadas.

6.1 Caderno de Campo

Em primeiro de abril foi realizada a primeira intervenção dentro da observação participante. A primeira observação foi o predomínio de mulheres neste ambiente de trabalho, fato já mencionado anteriormente, conforme Wirth (2010) e Grecco (2015). Os homens se fazem presentes, mas em menor número e em funções predefinidas, como a prensagem de materiais.

Todo o processo de triagem, desde a colocação de resíduos na esteira que requer um pouco de esforço é realizado por mulheres. Conforme descrito no item 4.2, a predominância de mulheres pode ser observado desde o ano de 1910. O material, como é chamado, chega de diversas fontes, como de bairros da coleta seletiva, empresas, projetos. É disposto em um local coberto à frente da esteira, em pilhas, e à medida que é triado é colocado em cima da mesma. É válido destacar que a forma como elas puxam os sacos de resíduos para cima da esteira, subindo e puxando, gera risco de queda e riscos ergonômicos.

A separação é realizada por variados tipos de plástico, latas, sucata, alumínio, dentre outros. Mas dentro dos sacos, à medida em que os esses são abertos, se revela a podridão de uma sociedade que não sabe lidar com seu resíduo. Muito do que é potencialmente reciclável se perde devido a má segregação

na fonte e ao mal acondicionamento até chegar nas cooperativas. Pode-se encontrar desde animais mortos dentro dos sacos da coleta seletiva, vidros quebrados, seringas destampadas, calcinhas sujas, tetra pak podre com resto de conteúdo, papel higiênico sujo, fraldas.

Isso foi averiguado em uma semana de experiência. Diante deste cenário retomamos evidenciando que a educação ambiental é um instrumento necessário na sociedade em que vivemos, uma vez que se configura no único caminho para a construção de uma nova sociedade, com mais igualdade social e respeito ao meio ambiente e às pessoas.

Entretanto, muito mais que observar e experienciar as vivências da catação, a observação participante teve como importância a conexão com o grupo. Pudemos perceber algumas minúcias que não estavam no instrumento de pesquisa, como por exemplo a precarização dos diaristas.

Segundo Antunes (2011), a informalidade pode ser exposta de duas formas: a) trabalhadores informais tradicionais; e b) trabalhadores informais mais instáveis. O que os diferencia é a forma como acessam o trabalho informal, ou seja, se retornam ao trabalho formal assalariado em algum momento. Nas conversas com as diaristas nos foi relatado que não possuíam perspectivas de trabalho, portanto estavam pleiteando uma vaga de efetiva na cooperativa de reciclagem. Segundo elas, essa era a porta de entrada para algo mais fixo.

Antes da coleta de dados por meio da entrevista, foi possível perceber a existência de laços familiares dentro da cooperativa. Em menos de uma hora de conversa com as cooperadas, nos foi relatado que uma veio por intermédio do marido e a outra pela mãe. Também pudemos perceber facilmente que uma das cooperadas, mesmo grávida, está trabalhando em condições pouco saudáveis, fazendo força física igual às demais colegas.

Para a atividade de catação, o grupo se organiza em pares e em pequenos grupos mais experientes para ensinar as mais novas. Esta organização facilitou a nossa comunicação com as cooperadas. A média de tempo do grupo, excluindo as temporárias e as novatas, é de 2 (dois) anos de catação.

Além da má segregação já relatada anteriormente, as trabalhadoras relataram que havia muita oscilação do que era vendido no mercado da reciclagem, ou seja, alguns resíduos facilmente perdem mercado, virando rejeito. E algumas vezes um material volta a ter valor quando não há mais estoque. Segundo elas, é

um mercado que oscila muito, de produto e de valores.

Podemos ver também uma imensa quantidade de vidro quebrado, causa primeira de acidente entre elas, que além de perigoso, não possui destinação final exata. É hoje um produto que apenas gera custos a cooperativa. As cooperativas buscam alternativas, mas insipientes ainda.

As cooperadas relataram que a remuneração pela atividade naquele espaço é composta de uma 'bolsa' do SANEP de R\$ 400,00 somada à produção. Isto representa, em média, um valor entre R\$ 850,00 e R\$ 1200,00.

É válido ressaltar que esse valor sofre variações que incidem nas faltas, nas oscilações de valores pela venda de resíduos etc. Sem o auxílio da prefeitura, que é uma das grandes discussões nos fóruns das cooperativas, a remuneração diminui para um valor que varia entre R\$ 400,00 a R\$ 800,00, ou seja, o vencimento real está abaixo do salário mínimo, que é de R\$998,00 em 2019. Conforme Aquino (2015), os valores dos salários dos catadores variaram entre R\$200 e R\$650, apontando também valores abaixo do salário mínimo.

O salário mínimo é o menor salário que pode ser pago legalmente por uma empresa a um funcionário. A criação dele foi em 1940, pelo presidente Getúlio Vargas, e é uma das grandes conquistas do povo brasileiro, e é estabelecido por lei, sendo reavaliado anualmente com base no custo de vida da população. Sua base é o valor mínimo que uma pessoa gasta para garantir sua sobrevivência (BRASIL, 1936).

No artigo 1º da lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936 versa que:

Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País (*sic*) e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Na época de sua criação, de acordo com a legislação, o salário mínimo veio garantir um padrão básico de remuneração à nascente classe de trabalhadores urbanos. Foi aclamado pelos trabalhadores e setores progressistas da sociedade, mas contestado pela elite que vivia no alvorecer da industrialização do país (FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS (FISENGE), 2016).

Desde então, há uma contínua luta em torno do salário mínimo. Tanto os trabalhadores quanto os setores progressistas batalham por sua valorização, por compreenderem sua eficácia na distribuição de renda. Enquanto isso, os

conservadores defendem o arrocho do valor, alegando a inflação, a previdência, dentre outros. Dessa forma, o valor do salário mínimo vem oscilando. Em governos mais progressistas, seu valor sobe; governos mais conservadores, baixam. Um avanço efetivo se deu em 2006, quando as Centrais e o então presidente Lula firmaram a fórmula de reajuste que soma o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) anterior e o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes (FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS - FISENGE, 2016).

No Brasil, o salário mínimo corresponde (dados de 2018) a 228 dólares, deixando o Brasil em 15ª posição dos países com relação a valores de salário mínimo na América Latina. Os países com maiores salários mínimos são, respectivamente, Panamá (744 dólares), Costa Rica (452 dólares), Chile (422 dólares) e Uruguai (408 dólares) (FINANCIAL RED, 2018), ou seja, o Brasil já não possui um dos maiores salários mínimos, e estar abaixo dele significa estar com suas necessidades básicas, como alimentação, saúde, higiene e moradia não satisfeitas.

Outro fato que chamou a atenção foi o de que um dos cooperados possui formação universitária, na área de jornalismo. Ele trabalha no caminhão, oficialmente, mas por vezes atua na prensa também. Ele relata ter um programa de esportes na rádio cidade, estando na cooperativa por não conseguir se sustentar apenas como jornalista esportivo. Na opinião dele, deveriam haver mais espaços na mídia para falar de resíduos, trabalhar educação ambiental e a causa dos catadores de materiais recicláveis, pois são temáticas de suma importância para a comunidade. Acredita que com esses espaços conquistados seria mais fácil atingir a população informando-a e, desta forma, melhorando o trabalho nos galpões de reciclagem.

Durante a separação na esteira de triagem nos deparamos, em um dos sacos, com uma calcinha suja. Este fato nos deu oportunidade de perguntar a elas sobre a separação dos resíduos em suas casas. Iniciamos relatando que, diante da correria diária, sentia dificuldade em separar os resíduos para coleta. A partir desta revelação, das oito mulheres que estavam na esteira, apenas duas manifestaram fazer a separação em casa. Apesar disso, relataram que é muito importante, a exemplo da calcinha, era “uma questão de respeito”, descreveu uma delas.

Como é comum, conforme as coisas foram acontecendo, durante a

atividade na esteira de triagem, os assuntos foram surgindo nas conversas entre as trabalhadoras. O vidro, com seus eminentes acidentes, era tema que voltava sempre à roda de conversa, uma vez que havia uma quantidade enorme de vidro naquele ambiente. Questionamos, então, qual o procedimento que se tomaria caso houvesse um corte por vidro naquele momento. Prontamente responderam que iriam no posto de saúde, na frente do galpão, e voltariam para o trabalho normalmente, sem nenhum prejuízo. Ao se conversar mais, percebemos que como a remuneração é por hora, elas querem ficar o mínimo de horas fora da esteira, mesmo machucadas.

Outro fato interessante é o de que, apesar da latinha de alumínio ter um valor médio maior (R\$3,80/kg), o material que possui maior valor agregado, para a cooperativa, apontado durante o estudo, é o papelão, porém este é um dado variável.

Em linhas gerais, todos se mostraram preocupados com a questão ambiental. Por vezes aparentavam estar alinhados a um discurso de classe, pois era bastante uniforme. Ao questionarmos a questão da valorização profissional, em resposta informaram que não são valorizados pela prefeitura, mesmo recebendo um incentivo financeiro, que muitas outras cidades não recebem, e sendo alvo de um convênio que direciona a coleta seletiva da cidade para o galpão. Qual a valorização que estes trabalhadores buscam ter da prefeitura?

Freire, ao escrever a *Pedagogia do Oprimido*, foi movido, de alguma monta, a descrever o que se configura o processo de humanização/desumanização (ou, ainda, coisificação) que passa a sociedade hodierna, visto que as contradições existentes geram um realidade desumanizada e desumanizante.

Pois bem; se falamos da humanização, do ser mais do homem – objetivo básico de sua busca permanente – reconhecemos o seu contrário: a desumanização, o ser menos. Ambas, humanização e desumanização são possibilidades históricas do homem como um ser incompleto e consciente de sua incompleticidade. Tão somente a primeira, contudo, constitui a sua verdadeira vocação. A segunda, pelo contrário, é a distorção da vocação (FREIRE, 1987, p. 127).

Esta obra pode ser compreendida como uma Pedagogia Humanista, que luta pela humanização, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas. De acordo com Freire, a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos é buscar recuperar sua humanidade e sua libertação das contradições sociais. E esta libertação não chegará pelo acaso, mas sim pela práxis, pela necessidade de lutar por ela.

No conceito de humanização, devemos considerar que o ser humano é repleto de conhecimento, e em sua essência há saberes, vivências, experiências que precisam ser ouvidas, aprendidas, discutidas e valorizadas, para que a vida e o conhecimento tenham sentido. Dessa forma, ser ou se sentir desvalorizado é o contrário disso. Nesse sentido, quando trazemos para este grupo de catadores que não se sente valorizado, seja pela instituição da Prefeitura ou por qualquer outra, vemos a representação da desumanização, apontada por Freire (1987), em ação.

Quanto mais se trabalha na linha de produção de resíduos, mais é possível perceber o quão mecânico é o processo. Há pouco espaço para humanidades, para conversas, ou até para ir ao banheiro. O que vale mais é o tempo de produção na linha.

Ao serem questionadas sobre os valores dos resíduos, as cooperadas da triagem acham que os valores são muito baixos. Diferentemente do que se encontrou em outros momentos da intervenção, elas não falaram da oscilação, apenas dos baixos valores.

Ao conversar com outros informantes, dentro do galpão, foi informado que há uma problemática sazonal de venda dos resíduos. Segundo uma das trabalhadoras: “não sei se o preço para a indústria varia o valor para o atravessador também”, em todo caso, os valores para as cooperativas varia e muito. E aquilo que é comprado também.

Houve um “fardo contaminado” de papelão, que como já relatado é o ‘carro-chefe’ da cooperativa. Isso ocorre quando um material, que não é daquele fardo, o contamina. Isso gera um prejuízo imenso, pois é gasto tempo de esteira, tempo de prensa, material, óleo etc. Foi “contaminado” com pet e relacionou-se com o “corridão” – quando elas fazem a triagem rápida. Acreditamos, ainda, que foi fruto da mecanização do trabalho que por vez ou outra gera esse tipo de situação.

O fardo contaminado é dispensado, fazendo com que fique questionável a preocupação/consciência ambiental da cooperativa. Todo o material segregado, enfardado é jogado fora. Gasta-se horas de trabalho, óleo das máquinas, EPIs, para que tudo retorne ao aterro sanitário.

O dia estava muito quente, o calor fazia subir um cheiro mais forte dos resíduos dispostos. O posto de trabalho da triagem é um posto, em si, muito cansativo, o trabalhador fica em pé várias horas. Ainda neste ambiente quente, fétido, registramos animais como ratos, gatos e cachorros e, ainda, de pulgas. Os

gatos e cachorros trilham no meio dos resíduos, depois andam dentro do refeitório, junto com os trabalhadores, que os alimentam e os criam ali como animais de estimação.

Em um determinado momento da vivência, foi necessário retirar os rejeitos de dentro do galpão para coleta e destinação ao transbordo da prefeitura. Essa ação foi realizada em sacos de 100 litros pelas mulheres, por cima dos obstáculos de resíduos do chão da cooperativa. Foram, em média, 30 sacos de rejeito colocados no ponto de coleta nesse dia. Foi tomada a decisão de colocarem tudo de uma vez só pois os moradores locais estavam ateando fogo nos rejeitos colocados pela cooperativa que eram deixados à noite.

Na esteira eram separados sacos intermediários e bags maiores. São vários sacos intermediários que são despejados nos bags maiores para serem fechados, enfardados e/ou destinados. E a separação vai muito além de papel, vidro, plástico e metal, alguns exemplos de separação são: filme, filme misto, “mistão”, PP (polipropileno), PS (poliestireno), “estalante” (BOPP - *bi-axially oriented polypropylene*, que significa película de polipropileno biorientada), “ondulado” (papelão grosso com ondas dentro), papelão simples, jornal, papel branco etc.

O cheiro é tão forte que a cada spray que passa na esteira as trabalhadoras borrifam nos resíduos para tentar amenizar o mau cheiro. Mais um caso de sacola com papel higiênico usado, e mais peças íntimas (um sutiã) na coleta seletiva foram registrados, mas segundo as cooperadas, é o mais comum.

Indagamos às trabalhadoras o que elas achavam da cooperativa. Uma delas respondeu que era importante para o meio ambiente, outra que era importante para gerar trabalho para as pessoas. Todas concordaram.

Continuamos com as perguntas e questionamos como deveria ser o galpão na opinião delas. Algumas responderam que deveria melhorar a qualidade do resíduo que chega, outras que deveria haver mais verbas para contratar mais pessoas, todas concordaram que deveriam ter mais espaço físico. Acham que as cooperativas estão encolhendo, diminuindo o número de pessoas.

Remontando a Druck (2013), há uma tendência de “enxugamento” no quadro de pessoal das empresas, que caracteriza a precarização. Como descrito pelas trabalhadoras, isso pode ser observado no universo da catação também.

Interrogamos sobre os atravessadores diretamente e o preço que pagavam sobre os resíduos, e então as catadoras falaram que além de baixo, oscila

muito, o que afeta muito a vida delas. Segundo Almeida e Zaneti (2008, p. 4), “o preço dos resíduos oscila de acordo com a cotação do dólar e o barril de petróleo”.

A cooperada que está grávida entrou em férias, mas mesmo assim vem à cooperativa todos os dias, pois diz gostar do ambiente de trabalho. A mãe e a irmã também trabalham na cooperativa. Essa cooperada parece estar alheia às condições ambientais e laborais que o galpão oferece, desconsiderando os riscos à sua saúde enquanto gestante, permanecendo no lugar cotidianamente. Acreditamos também que há um fator de medo de perder o posto de trabalho, nominado como gosto do ambiente, que leva a trabalhadora a “tentar” demarcar seu espaço. A precarização e a alienação do trabalho se fazem presentes.

O último dia de trabalho na cooperativa fazia muito frio. Nos chama atenção que mesmo com a temperatura muito baixa as trabalhadoras usavam mangas curtas, com um pedaço do braço em contato direto com os resíduos. A primeira atividade do dia é a organização dos postos, que consiste no esvaziamento dos sacos intermediários nos bags maiores, organizar os sacos limpos para receber os resíduos, abrir o rejeito, fechar os bags cheios, rolar para fora da esteira e substituí-los. Sem isso a produção não inicia.

Neste dia o clima ficou muito tenso, pois durante a conferência houveram resíduos mal segregados, o que gerou uma necessidade de encontrar uma culpada pelo erro. Depois de muito tempo, resolveram generalizar e pedir mais atenção com a produção, haja visto que na mesma semana já havia tido um fardo contaminado.

A má separação dos resíduos, por parte dos moradores, e a coleta inadequada faz com que aconteçam acidentes e o aproveitamento errôneo dos recursos acarreta que os trabalhadores fiquem à mercê de diversas dificuldades. Foram levantadas, também, situações de opressão protagonizadas pelos compradores de resíduos, em que os catadores chegam a doar material para não ficar acumulados em seus pequenos galpões ou ainda são “obrigados” a vender um resíduo rentável por valor abaixo do praticado para que possam vender, junto, um resíduo com menor valor de mercado, caracterizando uma venda casada.

A semana de convivência, no ambiente da esteira, nos permitiu conhecer, além das mulheres, as suas necessidades, o cotidiano, as dificuldades, a luta pela sobrevivência, as extensas horas de trabalho, as formas vulneráveis que estes trabalhadores enfrentam na rotina diária de trabalho.

Como apontado por BOSI (2016), subsídio teórico desta pesquisa, ao longo da história, a catação consiste em uma atividade majoritariamente informal que acarreta para os trabalhadores a supressão de seus direitos trabalhistas, além de expô-los a condições de risco para a saúde. O autor reforça que há uma precariedade laboral, mesmo que o ofício destes trabalhadores seja importante para a comunidade, sofrem com o preconceito e falta de consciência ambiental da sociedade que misturam os resíduos recicláveis aos orgânicos gerando, por vezes infestação de vetores e, até, mau cheiro. Bosi (2016) discorre que a reciclagem e a catação são processos inerentes à situação de pobreza e necessidade que passam alguns indivíduos. Esta afirmação pode ser confirmada através dos relatos dos sujeitos da pesquisa ao afirmarem estar neste ofício por não terem alternativa de emprego.

Percebemos, então, que o processo de exclusão é inerente a essa população. Retomando o item 4.3 veremos que a exclusão pode ser provocada pelas transformações do mundo do trabalho ou por situações que gerem desigualdades de qualidade de vida (WANDERLEY, 2016). Os catadores são os que menos se beneficiam da dita sociedade de consumo, ou seja, algumas esferas consomem e eles vivem da reciclagem dos restos. Outro dado importante acerca da população pesquisada é o fato de que a maioria destes trabalhadores são negros e pardos e encontram-se desempregados.

Esta semana também foi importante pela aproximação com os sujeitos informantes. As entrevistas para coleta de dados mais pormenorizada foram facilitadas, visto que foram criados vínculos com a pesquisa e com a pesquisadora.

O processo de entrevistas ocorreu de forma tranquila e essas eram realizadas durante o expediente. Na transcrição dos dados, que faremos na seção a seguir, substituímos o nome dos informantes por nome de flores a fim de preservar a identidade destes personagens. Temos então sete entrevistados: Girassol, Begônia, Rosa, Jasmim, Violeta, Crisântemo e Orquídea.

6.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas durante o expediente de trabalho dos cooperados, enquanto realizavam suas tarefas cotidianas. Foram utilizados questionários semiestruturados com 35 (trinta e cinco) perguntas, separadas em duas fases e três categorias, sendo elas:

1. Fase 1 – Ambientação – história do sujeito: treze perguntas.

Importância: Desvelar comportamentos ambientais e gerar conexão com a pesquisadora.

Neste item se questiona: Início do trabalho na cooperativa, como se sente atuando na posição de catador, se há familiares que partilham o mesmo ofício e há quanto tempo está na catação. Dimensão familiar: se possui filhos e/ou outros parentes que moram com ele(a) e quantas pessoas dependem diretamente da sua renda.

2. Fase 2 – Categorias:

a) Categoria 1 – Segurança do trabalho: sete perguntas.

Neste item se questiona: se ocorrem acidentes no galpão e com que frequência, se utilizam EPIs, fatores de risco e procedimentos tomados em caso de acidentes. E, ainda, em qual local se alimentam durante a jornada de trabalho.

Importância: Retroalimentação da relação de cuidado e coletar dados importantes da coleta seletiva.

b) Categoria 2 – Consciência ambiental: dez perguntas.

Importância: Avaliar o grau de envolvimento dos cooperados com a temática ambiental. Entendemos por consciência ambiental a percepção que os sujeitos têm de meio ambiente a partir dos enunciados de fala.

Neste item se questiona: Se o indivíduo separava seu lixo em sua residência? Se percebe como alguém que se preocupa com o meio ambiente? Na concepção do sujeito ele contribui com o meio ambiente e de que forma? Como o sujeito se percebe na cadeia de reciclagem? Como vê o (re)conhecimento de seu trabalho? Existem ações que o sujeito possa fazer para melhorar o processo de reciclagem?

c) Categoria 3 – Autonomia: cinco perguntas.

Importância: Avaliar quanto os catadores estão aptos a praticar atitudes autônomas. Nesse contexto resgatamos que a autonomia é a capacidade e a

liberdade de construir e reconstruir o que lhe é ensinado. Então pretendemos entender qual a autonomia que estes sujeitos têm em relação à sua realidade e qual a interpretação que fazem a partir dela.

Neste item se questiona: Os preços dos resíduos estão a contento? Como seria o local “ideal” para o trabalho do catador? Se pudesse escolher, como seria o galpão? Descreva as suas atividades, dentro do galpão, diariamente?

6.2.1 Entrevista – Informante Girassol

O primeiro entrevistado foi Girassol. Iniciou seu trabalho na cooperativa há um ano e meio. Diz gostar de ser catador/cooperado, que sua rotina não é monótona, em contrapartida, informa que a ida para aquele espaço se deu em função do desemprego. Em suas palavras: “Fui pra cooperativa porque não encontrava trabalho de jeito nenhum. É um trabalho cansativo. Mas gosto. Aqui não tem monotonia.” (GIRASSOL)

Não possui familiares na catação. Ele, a esposa e os dois filhos dependem, unicamente, de sua renda. Nas horas vagas ele é radialista, comanda um programa de esportes na rádio cidade, entretanto, como jornalista, sua renda não é suficiente para a sua manutenção, nem de sua família. Relata que “Nos finais de semana eu apresento um programa de esportes na rádio Cidade, mas sabe como é, não dá pra contar muito com essa grana.” (GIRASSOL)

Retomamos, aqui, a questão da remuneração abaixo do salário mínimo, já tratada anteriormente, que não permite ao trabalhador arcar com o seu sustento por meio de um emprego, tendo que estar em duas rotinas laborais para manter a sua família. Esse trabalhador está em situação de alienação e precarização de seu trabalho, conforme conceitos já trabalhados em Marx (2017) e Druck (2013). Marx (2017) discorre que:

Segundo as leis da economia nacional, a alienação do trabalhador em seu objeto manifesta-se assim: quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem pra consumir; quanto mais valor ele cria, tanto mais ele se torna sem valor e indigno; quanto mais seu produto é elaborado, tanto mais ele se deforma; quanto mais o seu produto é civilizado, tanto mais bárbaro torna-se o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto menos poder tem o trabalhador; quanto mais engenhoso o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza torna-se o trabalhador (p.194-195).

Quanto à alimentação, atua naquele espaço durante 8 horas diárias, fazendo intervalos pela manhã de 15 minutos, e na hora do almoço de uma hora,

momento em que se alimenta. Informou que faz pequenos lanches e almoça na cozinha do galpão, porém, na observação indireta, verificamos que além do espaço da cozinha, informado por Girassol, os cooperados se alimentam em cima dos sacos de lixo, utilizando-os, inclusive, como suporte para cuia e térmica de chimarrão, ou mesmo, no improviso, substituindo bancos e/ou cadeiras.

Destaca-se aqui a normalização (acreditar que este local é igual a qualquer outro) do espaço do lixo. Por ser um espaço “igual a qualquer outro” o sujeito se utiliza de todos os ambientes imersos à sua rotina sem distinção. Utilizar o espaço de trabalho ao refeitório é algo natural ou naturalizado por ele. Como já trabalhado no referencial teórico, Bosi (2015) traz que historicamente as pessoas que trabalham com rejeitos possuem um estigma difícil de ser superado, que faz com que se sintam desvalorizadas. Questionamos aqui se este sentimento não se reflete nesta escolha entre os espaços.

Quando questionado sobre os acidentes de trabalho, Girassol relatou ter torcido o joelho e que aquele acidente se deu em função do acúmulo de resíduos no galpão dificultando o trânsito/acesso, sendo este um grande fator de risco para os trabalhadores, porém não procurou atendimento médico e não justificou o porquê. Informou, ainda, fazer uso de equipamentos de proteção como luvas e botas, o que não o protegeu do acidente de trabalho sofrido. Revela que “É muita coisa espalhada no galpão. Acabei quase caindo e machuquei o joelho. É muito perigoso pra todo mundo.” (GIRASSOL)

Neste relato é descrito um trabalho alienado, como prescrito por Marx (2017), em que a maior preocupação do indivíduo é de não perder as horas de trabalho, que são descontadas no final do mês.

Quando questionado sobre a separação do lixo em sua residência, informou fazê-la, às vezes, de forma simplificada. Acredita ser alguém preocupado com o meio ambiente e seu trabalho, com certeza, contribui nesta atuação. “Em casa às vezes eu separo o lixo, mas sem ser como as meninas fazem aqui. Me preocupo muito com o meio ambiente, acho muito importante e esse trabalho que a gente faz aqui ajuda muito.”(GIRASSOL)

Se considera uma pequena peça dentro da cadeia da reciclagem, porém, apesar de atuar neste espaço e acreditar estar fazendo o certo, não há reconhecimento deste trabalho principalmente pelos meios de comunicação. A melhoria da reciclagem, segundo Girassol, deveria vir por meio da atuação da

imprensa. Na sua opinião, “Acho que somos uma pequena peça dentro de uma coisa maior, mas mesmo fazendo o certo, os meios de comunicação não reconhecem a importância. A imprensa poderia melhorar muito as nossas condições.” (GIRASSOL)

Este sujeito articula sua percepção ambiental com algo superior, macro, envolvendo, neste relato, o poder dos meios de comunicação. A visão dele é alargada, pois se enxerga como peça de uma grande engrenagem. Ainda não é possível dizer que ele esteja praticando uma educação ambiental crítica, conforme o referencial utilizado neste trabalho, mas ele tensiona sua consciência ambiental para além do âmbito puramente conservacionista/pragmático (LOUREIRO, 2007).

Informou que o preço dos resíduos são baixos e oscilam muito. Segundo Marx (2011b):

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Isso vale também para o produto que reverte para nosso capitalista como resultado do processo de trabalho. A primeira tarefa é, portanto, calcular o trabalho objetivado nesse produto. (p. 338)

Entretanto, quando se fala do catador, esse trabalho materializado não é calculado, sendo os valores pagos oscilantes e referentes aos valores dos resíduos no mercado, que podem ter influência do dólar e do preço do petróleo conforme já trazido por Almeida & Zaneti (2008).

Marx (2011b) aponta, ainda, que “[...] o trabalho só importa na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário, o que implica diversos fatores.” (p. 350). Questionamos aqui: o labor do catador recebe o merecido valor, haja visto que a sociedade tende ao esquecimento deste trabalhador, tornando-o socialmente desnecessário?

Teixeira (2015) relata que no seu trabalho os profissionais catadores também não se sentiam valorizados pela sociedade de uma forma geral, demonstrando que esse sentimento de desvalorização é comum em diversos grupos.

O local para um trabalho melhor seria maior e com mais dinheiro para investir. O informante não citou dimensões, nem em que seria investido o dinheiro que ele sente falta, porém percebemos que o seu acidente ocorreu por falta de espaço, para trânsito no galpão. Descreveu que se pudesse escolher, o galpão teria

mais “espaço”. Sua maior queixa realmente é o espaço.

Observamos o espaço do galpão como um ambiente que comporta além dos trabalhadores, a esteira de separação, uma picotadeira, a prensa, os fardos feitos dos resíduos separados e ainda o material que chega dos caminhões acondicionados em sacos. Além de todos estes elementos tem um caminhão (da cooperativa) estacionado e animais de rua que são atraídos pelos rejeitos e, alimentados, adotam o lugar.

Quanto a autonomia, Girassol demonstra ter opiniões, mas não as aprofunda, não reconstruindo aquilo que foi proposto nos questionamentos. Por exemplo, não sabia onde investir o dinheiro que sentia falta na cooperativa, mas, ao mesmo tempo, tem uma consciência sobre o preço dos resíduos, não ficando apático ao sistema que o rodeia.

Quanto às atividades, as descreveu da seguinte forma: “Sou motorista, mas ajudo na prensagem também, quando não tem rota, por falta de combustível, me ocupo de outras funções”. Mais uma vez, a observação indireta naquele espaço nos fez perceber que aqueles trabalhadores executam multitarefas, em virtude da manutenção daquele ofício, o qual necessitam muito.

O que se percebe, retomando Druck (2013, p. 69), são sintomas explícitos de precarização do trabalho seja pela intensificação, pela polivalência na atuação por multitarefas/multifunções e, ainda, pela necessidade de um segundo emprego.

[...] um dos sintomas da precarização das condições de trabalho resultante dos processos de reestruturação produtiva e da implementação das práticas toyotistas de organização [...] é a intensificação do trabalho. Esta pode ser evidenciada pela extensão da jornada [...], pela aplicação da “polivalência”, [...] pela inserção num “segundo emprego” (por necessidade de complementar a renda), pelo acúmulo de tarefas ou mesmo de funções [...]

Ao retornar à cooperativa, meses depois, Girassol já não se encontrava mais trabalhando junto aos cooperados. Perguntamos sobre sua ausência, sendo afirmado pelos colegas que ele estava agora “numa firma mesmo”. Aparenta que os próprios trabalhadores não consideram aquele como um “trabalho real”, mas sim como algo temporário. Também alguns outros rostos novos chamaram a atenção durante esta visita, onde atentamos para a rotatividade deste trabalho.

6.2.2 Entrevista – Informante Begônia

A segunda entrevistada é a Begônia. Ela é a cooperada mais antiga,

atuando no galpão há 20 anos. Diz ser muito feliz com o que faz. Não há ninguém de sua família que partilhe o mesmo ofício e não informou a dimensão familiar, tampouco se outras pessoas dependem diretamente de sua renda. Sua omissão não nos deu oportunidade de aprofundar a história deste sujeito. Segundo ela, “Estou na cooperativa desde que o galpão era bem pequenininho e de madeira, uns 20 anos atrás, faz tempo, menina. Eu sou muito feliz com o que eu faço, me sinto cumprindo uma missão.” (BEGÔNIA)

Informou que durante todos estes anos trabalhando naquele ambiente nunca sofreu acidente de trabalho, porém relata que um gato, morador do galpão e cuidado por ela, perdeu uma pata em virtude de entrar em contato com uma máquina em funcionamento. Apesar de citar este fato tão “grave”, não aborda acidentes na rotina daquele lugar. Como não imputa a existência de acidentes, não declara procedimentos de emergência. Revelou: “Nunca sofri acidentes, mas meu gato entrou na picotadeira e perdeu uma patinha. Foi bem triste.” (BEGÔNIA)

Na entrevista, a informante assegura a utilização, em sua rotina de trabalho, de abafador, máscara, luva e bota. Quanto à alimentação, com rotina de trabalho semelhante a de Girassol, informa que faz as refeições na cozinha do galpão.

Quanto aos hábitos de separação do lixo em sua residência, Begônia informa que além de separar, rotineiramente, faz desta prática uma forma de renda vendendo os seus resíduos. Diz ser “uma missão cuidar do meio ambiente” e acha que seu trabalho contribui muito para a melhoria dele. Acredita que sua atuação, na cadeia de reciclagem, é muito importante. “Eu separo sempre e vendo meus resíduos, nem chamo eles de lixo, não. Como já te disse, acho que é uma missão cuidar do meio ambiente e meu papel é muito importante.” (BEGÔNIA)

Ao demonstrar sua visão de missionária ambiental, a informante revela um viés conservacionista em sua fala, conforme podemos resgatar em Layrargues (2012), quando apresenta como objetivo do mesmo trabalhar o amor pela natureza.

Acredita que a prefeitura deveria incentivar mais as cooperativas e não cortar as bolsas, porém, embora aponte a falta de incentivo na atuação do trabalho do catador, não informa ações que possam melhorar este processo, apenas a manutenção da remuneração. “Acho que a prefeitura deveria manter as bolsas de todo mundo, não ficar perigando cortar e até aumentar pra ter mais gente trabalhando no galpão. Tem muita gente precisando por aí!” (BEGÔNIA)

Informa, concordando com o já dito por Girassol, que os preços

praticados pelos resíduos são baixos e oscilam muito. O lugar ideal para o trabalho executado por eles é maior, pois o atual é muito pequeno e apertado.

O preço dos resíduos muda muito, cada dia que se vai vender é um preço diferente, um absurdo. Mas tem que ser vender igual, porque não se tem espaço no galpão pra nada. Precisamos de um galpão bem maior, porque o que temos é muito apertado, ficamos passando um por cima dos outros. (BEGÔNIA)

Ela relata estar trabalhando no galpão desde a instalação inicial, em um espaço bem menor, ainda de madeira. Já fez parte da triagem, mas por pouco tempo. Hoje e há muito tempo (não relatou quantos anos, só disse que muitos) trabalha operando uma picotadeira.

6.2.3 Entrevista – Informante Rosa

Rosa está há 10 anos na cooperativa. Iniciou catando na rua e vem de uma família de catadores. Não informou a dimensão familiar, tampouco se outras pessoas dependem, diretamente, de sua renda. Quanto à informação de dimensionamento familiar e financeira, tivemos a omissão deste sujeito.

Segundo ela, é comum haver acidentes com vidros. Quando isso ocorre, a pessoa é encaminhada ao Posto de Saúde, que fica em frente ao galpão, para procedimentos curativos. Após o atendimento retorna-se ao trabalho. Informou, ainda, que são fornecidos EPIs a todos os cooperados. À medida em que necessitem de substituição, a cooperativa o faz sem ônus para o trabalhador. Também reafirmou o dito pelos demais informantes, que a alimentação de todos “deve” ser realizada na cozinha, mas não informou se a dela era naquele espaço.

É bem normal vir vidro quebrado na coleta, né, então as meninas se machucam, o que se pode fazer? Tem o postinho aqui na frente, atravessamos e fazemos os curativos e elas mesmas resolvem voltar ao trabalho. Mesmo com as luvas que são compradas e dadas a todas ainda se cortam com os vidros. É um problemão, as pessoas não tem ideia do mal que fazem pra nós. E às vezes nem são as pessoas nas suas casas, mas as próprias pessoas da Urban que pegam de qualquer jeito e quebram os vidros. (ROSA)

Quando perguntada sobre a separação de lixo, Rosa afirma que faz a separação, pois “na minha casa, todos são recicladores” e vendem resíduos. Diz-se preocupada com o meio ambiente e que contribui para preservação quando recolhe e estoca resíduos, não vendáveis, com o intuito de não prejudicar a natureza. Acha que a segregação, separação do lixo pelos moradores de Pelotas, em suas

residências, é muito ruim, portanto, “precisa-se urgente de educação ambiental” (ROSA). Acredita que o resíduo que não é vendido tem um impacto negativo no meio ambiente, pois não há onde descartar. Diz se sentir importante dentro dessa cadeia, uma vez que “faz a sua parte” (ROSA). Sobre o reconhecimento a este trabalho, acredita que deveria ser mais valorizada pela indústria da reciclagem e atravessadores e que “aumentaria o número de cooperativas para aumentar o número de empregos”.

Informa que o preço dos resíduos é muito baixo e sazonal, e que gostaria de trabalhar em um “galpão bem maior” (ROSA). Descreve a COOTAFRA como “uma cooperativa que se preocupa com o meio ambiente” (ROSA). Discorreu sobre sua profunda indignação quanto ao preço dos resíduos em relação a todo o trabalho realizado na cooperativa. É válido lembrar que o preço pago ao catador corresponde ao material coletado e não ao trabalho dispensado na coleta, tratamento, enfardamento e transporte. Traz, também, a figura do atravessador que apenas compra os fardos prontos e o comercializa, sem ter trabalho em cima disso. Para ela, a valorização deveria vir do atravessador e da indústria, que lucram em cima do trabalho deles. “E lucram muito!” (ROSA).

Assim como em Alvarez (2013), emerge fortemente a figura do atravessador neste ambiente, principalmente pela falta de espaço físico da cooperativa para armazenar os resíduos. Esse atravessador compra o material já segregado e enfardado, como já descrito acima, vendendo-o para a indústria ou pré-indústria. Como consegue juntar uma grande quantidade de material de diversas fontes, seu ganho é bem maior que o do catador, que passou por todo o trabalho de triagem, enfardamento e transporte.

Demonstra uma grande preocupação ambiental, diz usar o caminhão para destinar corretamente resíduos que são largados na porta da cooperativa. Enfarda resíduos, como o filme misto³², que estão sem comprador, para, segundo Rosa, “não prejudicar o meio ambiente” (ROSA). Nas palavras dela: “aqui queremos o dinheiro, sim, mas nos preocupamos com o meio ambiente” (ROSA).

A preocupação de Rosa é questionável, afinal, não há planos para o que fazer com os resíduos enfardados que não tem destinação em um galpão que não

³² Tipo de resíduo plástico

tem espaço nem para os resíduos que são vendidos. Resumindo, mais dia, menos dia, esse espaço que está sendo ocupado por resíduos que não tem venda precisará ser utilizado. E o que será feito? Além disso, tem-se um limite de armazenagem no galpão. Uma hora precisará ser descartado esse material sem venda, sendo encaminhando para o transbordo e depois para o aterro sanitário, depois de ter passado por todo um pré-processo de reciclagem. A entrevistada demonstra uma visão pragmática de meio ambiente, em que “cada um faz a sua parte”, mas está desligada do “todo” (LAYRARGUES, 2012).

Reclamou bastante da comunidade do entorno da cooperativa pois, segundo ela, não compreende a reciclagem, deixam qualquer resíduo na porta da cooperativa, como restos de móveis, colchões velhos etc., ou até mesmo fazem fogueiras, com esses utensílios, em frente ao portão. Além disso, relatou o preconceito que tem sofrido pela comunidade que a cooperativa é foco de sujeira, vetor de doenças, ratos, baratas etc.

Se mostrou bastante engajada ao movimento de catadores regional, na luta social por mais direitos. Reconhece que o trabalho é massacrante, apesar de hoje estar desempenhando atividade no setor administrativo. Nesta função tem, conforme Rosa, buscado formas e equipamentos para melhorar a vida nos galpões.

Relata que gostaria de ter mais espaço para armazenar mais resíduos e organizar melhor os setores da cooperativa. Afirma que entrar na reciclagem “abriu minha mente” (ROSA) para muitas coisas, dentre elas para o cuidado com o meio ambiente.

6.2.4 Entrevista – Informante Jasmin

Jasmin é uma cooperada que está há um ano e dois meses na catação. Se sente satisfeita sendo cooperada/catadora. A mãe e a irmã são, igualmente, cooperadas/catadoras. Tem dois filhos e está grávida. Em sua casa são 3 pessoas, incluindo ela, dependentes de sua renda.

Já sofreu acidentes de trabalho, se cortou na perna com um vidro, foi ao posto de saúde, fazer um curativo, e voltou para o trabalho. Isso é um procedimento corriqueiro. Diz que acidentes são comuns, em especial com vidros, que vêm dentro dos sacos de lixo reciclado juntamente com outros rejeitos. Diz fazer uso de EPIs, mas na observação indireta verificamos que todos os cooperados, ao contrário da afirmação do uso de medidas protetivas, se expõem a riscos usando mangas curtas,

deixando parte do corpo desprotegido em contato direto com o rejeito, durante a triagem. Quanto às refeições diz fazê-las na cozinha do galpão. “Já cortei a perna com um vidro, quase todo mundo daqui tem um corte ou um furo pra contar. Mas não foi nada, deu pra voltar a trabalhar logo.” (JASMIN)

Jasmin não separa o lixo em casa, mas se diz preocupada com o meio ambiente. Acredita que seu papel é importante uma vez que, como catadora, contribui para o meio ambiente não deixando o lixo voltar para a rua. Dessa forma, também apresenta uma visão pragmática de educação ambiental e meio ambiente (LAYRARGUES, 2012). Desconhece o seu papel na cadeia da reciclagem, mas crê que deveria ser mais reconhecida pela prefeitura. Para melhorar a reciclagem, aumentaria as cooperativas. “Não, não separo meu lixo em casa. Mas sou ‘tri’ preocupada com o meio ambiente, já que trabalho como catadora meu papel é importante, de não deixar que todo esse lixo volte pra rua.” (JASMIN)

Acha que o preço pago pelos resíduos é baixo. Para melhorar o galpão, acredita que deveria ter “mais espaço, é muito apertado!” (JASMIN). Descreve suas atividades diárias da seguinte forma: “eu abro os sacos, separo o que não presta e ensaco nos bags os materiais” (JASMIN)

Jasmin é da triagem de resíduos, sendo o setor maior da cooperativa e sem o qual os outros não funcionariam. Trazendo Marx (2011b):

[...] se por um lado os produtos existentes são não apenas resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado, sua entrada nesse processo, seu contato com o trabalho vivo, é o único meio de conservar e realizar como valores de uso esses produtos de um trabalho anterior (p. 334).

Dessa forma, o lixo para o catador promove a existência do seu processo de trabalho, agregando valor através de seu labor, ressuscitando um valor neste perdido. Ao interpretar Marx (2011), quando do processo de acumulação capitalista, o desemprego controla salários, reserva mão-de-obra e aumenta a mais-valia. Dessa forma, na dinâmica do Capital, sempre haverá uma parcela de desempregados para “equilibrar”. Nesse processo, muitos trabalhadores aceitam trabalhos em outras áreas, quaisquer que sejam, por valores bem menores que o praticado do mercado, muitas vezes, para garantir seu sustento e de sua família. Violeta diz ter entrado no mundo da reciclagem devido à falta de oportunidade, gerada pela falta de emprego.

Esta trabalhadora está exposta às mais diversas incertezas, desde

acidentes de trabalho à pagamentos oscilantes que muitas vezes são inferiores a um salário mínimo. São sujeitos de diversas opressões, muitas delas veladas. O processo de tomada de consciência ainda é insipiente, mas ao mesmo tempo a organização social de movimentos regionais e nacionais de catadores vem trabalhando para que haja uma reviravolta nesse quadro, embora muitas informações não cheguem no “chão” das cooperativas, ficam entre os envolvidos politicamente nos movimentos sociais. Violeta, por exemplo, não tinha muita profundidade quando questionada sobre o Movimento Nacional do Catadores (MNCR), suas pautas, lutas e conquistas.

6.2.5 Entrevista – Informante Crisântemo

Crisântemo trabalha na prensagem de resíduos há 8 anos e iniciou com a irmã. Na família, ele e a irmã são catadores. Diz gostar do que faz. Mora com a esposa e o enteado e ambos dependem da renda do trabalhador.

Informou que nunca sofreu acidentes de trabalho. Não revelou se haviam outros acidentes no galpão e com qual frequência. Usa EPIs e faz suas refeições na cozinha do galpão.

Não separa o lixo em casa. Acredita contribuir para o meio ambiente. Em suas palavras: “imagina isso tudo aí na rua” (CRISÂNTEMO). Se percebe na cadeia de resíduos como alguém importante, que faz sua parte. Como também acredita no poder de cada um fazer a sua parte, possui uma visão pragmática (LAYRARGUES, 2012). Acha que deveria ser mais valorizado pelos “grandões” (CRISÂNTEMO), ou seja, pela indústria. Para melhorar a reciclagem, melhoraria os preços. Para melhorar o galpão, ele aponta que gostaria de ter mais espaço. Quanto ao preço dos resíduos, ele acredita que deveria aumentar. As atividades que realiza é de prensagem de materiais. “Acho uma barbaridade os preços que pagam pelos nossos resíduos. Muito baixos! Por todo o trabalho que temos aqui, de separação, prensagem, venda. Deviam valorizar mais e é os grandões.” (CRISÂNTEMO)

6.2.6 Entrevista – Informante Violeta

Violeta trabalha na cooperativa há 1 ano e 6 meses, no setor da triagem. Iniciou na catação em função do desemprego, pois antes trabalhava na cantina de

uma grande escola de Pelotas. Nunca havia tido contato com a catação antes. Se diz feliz com a atividade, mas acha a rotina cansativa. Duas pessoas dependem da sua renda: ela e o filho. “Trabalho aqui faz um ano e meio, separando o lixo que chega. Antes eu trabalhava em cantina de escola, de escola grande. Mas nunca tinha catado antes, foi uma experiência nova pra mim. É cansativo, mas me sinto feliz com o que faço” (VIOLETA).

É importante observar que esta cadeia não vem movimentando “trabalhadores com experiência” (Barelli, 2003), mas sim, “braços” disponíveis principalmente para as fases iniciais do processo de reciclagem. Estas exigem do trabalhador grande consumo de energia na atividade da catação e etapas contínuas, mesmo as que envolvem maior ou menor grau de conhecimentos técnicos e do uso de instrumentos, como é o caso da triagem, da prensagem e enfardamento. Sendo a triagem aquela que solicita maior experiência do trabalhador, pois demanda que esse distinga cada material com sua respectiva tipologia (por exemplo os diferentes tipos de plásticos).

Violeta já sofreu acidentes do trabalho, diz ser comum que eles ocorram em virtude da presença de pedaços de vidro que vem mal ou não embalados na coleta seletiva. O procedimento, segundo a cooperada, foi fazer um curativo no posto. Informou que “nem precisou de ponto” (VIOLETA) e, em seguida, voltou ao trabalho. Percebemos que mesmo que os cooperados façam uso de EPIs, esses acidentes irão ocorrer, pois as luvas utilizadas não protegem de cortes.

A cooperada relata não fazer a separação do resíduo em casa, apenas na cooperativa, mas acredita, sim, ser preocupada com o meio ambiente e com as consequências que o resíduo mal segregado pode gerar à natureza. Também confia que contribui para o meio ambiente por meio do seu trabalho. “Eu não separo o lixo em casa, mas acho preocupante tudo que causa esse lixo aí na rua, mal separado. E meu trabalho é importante para a natureza.” (VIOLETA)

Na sua concepção, a segregação é feita de uma forma muito ruim, que poderia ser melhorada. Pensa que aquilo que não pode ser vendido e acaba ficando nos galpões ou volta como rejeito prejudica o meio ambiente, mas não soube responder como. Quando questionada sobre como se percebia dentro da cadeia de

resíduos, onde estão inseridos setor público, privado e sociedade em geral, além das cooperativas, Violeta não soube se situar dentro deste lugar. Falando de reconhecimento, perguntamos de quem deveria vir o reconhecimento maior do papel do catador para a reciclagem e para o meio ambiente, na opinião da pesquisada, esse sentimento deveria vir da Prefeitura de Pelotas.

A separação nas casas é muito ruim, deveria ter uma forma de melhorar isso, as pessoas tinham que criar consciência que existem pessoas aqui por trás da coleta seletiva. [...] A prefeitura deveria valorizar mais o nosso trabalho, porque ralamos muito aqui todos os dias, no frio, no calor, na chuva, no sol. (VIOLETA)

Para a melhoria da reciclagem, sugeriu uma melhor separação do resíduo na fonte, diminuindo acidentes e retrabalhos. Acredita que o preço pago pelos atravessadores é muito baixo devido ao trabalho que eles têm durante a separação dos resíduos. Quando arguida sobre o lugar, a entrevistada diz gostar da COOTAFRA, ser “um bom lugar para trabalhar” (VIOLETA), mas que gostaria de ter mais espaço físico, com um galpão maior.

Quanto a questão ambiental, Violeta enuncia estar contribuindo para o meio ambiente com o seu trabalho, mas não consegue ainda observar isso de forma mais ampla, no âmbito que adotamos neste trabalho. O “compromisso ambiental” que assume se resume ao galpão de reciclagem e está intrinsecamente ligada com a troca pela moeda.

6.2.7 Entrevista – Informante Orquídea

Orquídea está há dois anos na cooperativa, sendo o principal motivo o desemprego. Diz que se sente feliz porque tem um emprego, mas que a rotina é cansativa. Tem o marido na catação. Possui 3 filhos e eles dependem de sua renda. “Estou fazendo dois anos na COOTAFRA, “Estou fazendo dois anos trabalhando aqui, por falta de emprego mesmo. Aqui sou feliz pois tenho um emprego de novo! E posso trabalhar com meu marido.” (ORQUÍDEA)

Diz que já se acidentou, que acidentes ocorrem comumente, gerados, principalmente, por vidros e seringas. O procedimento citado por ela é o mesmo dos demais informantes: ir ao posto, fazer um curativo e retornar para o trabalho. Diz fazer uso de EPIs e que se alimenta na cozinha do galpão ou, no horário do almoço, por morar bem perto, vai até a sua casa.

Relata que, às vezes, separa o lixo em casa, porém mesmo não sendo parte de sua rotina domiciliar, se diz preocupada com o meio ambiente. E, ainda, que contribui para o meio ambiente no seu trabalho. Expõe não saber seu papel de forma exata dentro da cadeia da reciclagem, mas crê que deveria ser mais reconhecida pela prefeitura. Para melhorar a reciclagem, apostaria na melhor qualidade dos resíduos.

Nem sempre consigo separar o lixo em casa, não sobra muito tempo, mas me preocupo bastante com o meio ambiente sim. Não sei o que quer dizer fazer parte da “cadeia da reciclagem”, mas acho que deve ser sobre o nosso trabalho. Não sei o meu tamanho nisso tudo. Só sei que envolve muita gente, gente grande e a prefeitura deveria reconhecer mais o nosso trabalho. (ORQUÍDEA)

Destaca que o preço dos resíduos é baixo e oscila muito. O lugar ideal para trabalhar, para Orquídea, era um galpão maior e mais ventilado. Se pudesse modificar o galpão, aumentaria seu espaço. Suas funções, segundo suas palavras: “sou da triagem, eu separo os resíduos do que não é bom. Mas muita coisa boa se perde porque as pessoas não sabem ou não querem separar nas suas casas” (ORQUÍDEA).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os catadores de materiais recicláveis são uma importante parcela da população trabalhadora, merecendo estudos cada vez mais aprofundados e críticos. É necessário entender todo o processo em que estão inseridos para daí então tentar auxiliá-los na tomada de decisão e consciência acerca do seu papel diante da cadeia produtiva da reciclagem, buscando a construção de um futuro mais justo.

A partir dos dados coletados observamos que naquele ambiente aparentam existir vários “mundos paralelos” dentro do mesmo universo da cooperativa. A título de exemplo, com relação aos acidentes, de forma isolada, o Girassol citou que teve uma entorse, Begônia informou sobre o acidente com o gato, os demais sobre acidentes com vidros na esteira citando casos pessoais, porém desconhecem que todas esses fatos ocorrem concomitantemente, no mesmo local do qual fazem parte. Ficam alheios ao universo e individualizam as suas percepções. Isso pode ser considerado resultado do processo de desumanização/coisificação na qual o indivíduo está imerso. Bosi (2008, p. 45) aponta que os catadores estão:

[...] fora do mercado formal de trabalho, mas plenamente, dramaticamente, perversamente incluídos no processo de produção de uma mercadoria, tão “*sui generis*” quanto o próprio catador, entendido como trabalhador sobrando. Ou seja, são sujeitos que têm a vida consumida num processo produtivo, industrial, cuja formação de capital se realiza em pleno setor formal, portanto distante destes “trabalhadores fora do mercado de trabalho.

Dessa forma questionamos: qual a realidade do catador? Não podemos deixar de lado que a catação e todas as atividades que a sucedem, tais como separar, enfardar, e transportar, tudo isso com consumo da força do próprio corpo, constituem processo de trabalho que não é remunerado como trabalho. Isso pode caracterizar, como apontado por Marx (2017), a alienação do trabalho deste sujeito. Não se pode considerar este profissional como excluído do mercado produtivo, mas como apontado anteriormente por Costa (1998), existem dialéticas de exclusão, na qual este faz parte.

Os catadores não conseguem vender sua força de trabalho numa relação formal como outros trabalhadores, sendo então (re)inseridos produtivamente. Não podem ser considerados trabalhadores autônomos, pois ainda que de forma indireta,

há um enquadramento ao capital produtivo que os mobiliza (a indústria da reciclagem), porém como algumas de suas atividades se realizam no âmbito do comércio, os catadores surgem como uma espécie de autônomo. Além disso, como sua atividade procede em benefícios diretos e indiretos para toda a sociedade, seja na limpeza urbana ou na gestão integrada dos resíduos sólidos, os catadores também aparecem como prestadores de serviço.

Assim sendo, os catadores continuam sob a condição de trabalhadores sobrantes, e o são, inclusive, da própria indústria de reciclagem, quando institucionaliza sua base. Inferimos, portanto, que o catador é um trabalhador pobre urbano, (re)inserido, de forma laboral, na qualidade de trabalhador sobrante na base da indústria da reciclagem.

Este profissional identifica o valor do seu trabalho? A partir das entrevistas, percebemos que os profissionais compreendem que seu trabalho é importante para a sociedade e meio ambiente, identificando o valor do seu trabalho, porém reclamam veementemente da falta de valorização, seja da mídia, da sociedade, da prefeitura, dos atravessadores ou da indústria.

Qual a ideologia acerca do lixo? Tratamos como lixo todos os refugos inservíveis da sociedade moderna, trazendo para a palavra um peso negativo, onde tudo que está associado a ela ganha uma conotação ruim. Entretanto, sabemos que muitas pessoas transformam esse dito “lixo” em mercadoria novamente através do processo de reciclagem.

Como são vistos os profissionais que trabalham com o lixo? Ainda segundo as entrevistas, a comunidade do entorno trata a cooperativa como um foco de sujeira e vetores. Descartam todo o tipo de lixo na porta da cooperativa, reciclável ou não, colocam fogo nos resíduos na porta do galpão, ou seja, a visão que a sociedade tem desses profissionais não se modificou ao longo da história.

Como é difundida a ideologia dominante dentro do contexto da cadeia de resíduos em que o humano catador faz parte? A ideologia dominante considera que os rejeitos possuem “pouco valor” e, conseqüentemente, as pessoas que trabalham com esses materiais também. Esse pensamento é difundido desde os primórdios da história, quando não lidamos com nossos resíduos e apenas os retiramos da nossa

vista, terceirizando o trato para pessoas com menores oportunidades. Atualmente há uma corrente de ambientalização mundial, que está em evidência a reciclagem, mas podemos ver na prática dos galpões que isso não é uma realidade que alcance a população majoritariamente, o que reflete na maioria do material advindo da coleta seletiva estar mal segregado e/ou contaminado.

Como a EA crítica pode contribuir com a atividade de catação? A EA crítica visa um processo de reflexão e ação, levando em conta além dos impactos ambientais, as questões sociais. Como traz Loureiro (2019), é uma EA pautada no referencial marxista, trazendo a historicidade, a dialética e outras características do materialismo histórico dialético. Dessa forma, o desenvolvimento de uma EA crítica junto aos cooperados poderia vir a trazer ponderações importantes quanto ao seu papel político e histórico no mundo, além de sedimentar/argumentar/aprofundar a proposta dos mesmos de serem “agentes ambientais”. É importante ter alguma visão de educação ambiental, sim. A maioria dos cooperados se revelou pragmático quanto a isso, com algumas exceções. Mas conseguir transpor essa barreira para algo mais ampliado como a EA crítica poderia trazer ganhos para o desenvolvimento socioambiental da cooperativa.

Em que espaço vemos a justiça/injustiça ambiental dentro da catação? Como já visto anteriormente, a injustiça ambiental versa, também, pela distribuição desigual dos riscos e impactos ambientais. Os catadores são alvo de diversas injustiças ambientais, quando, primeiramente, tem que sobreviver de resíduos advindos do capitalismo, depois, são submetidos a remunerações baixas e variáveis, não são valorizados por aquilo que fazem pela sociedade, a coletividade não segrega corretamente o lixo que chega até eles causando até mesmo acidentes, dentre outras coisas. Existem, também, movimentos como o Insol (regional) e o MNCR (nacional) que tentam assegurar direitos a este grupo de trabalhadores, garantindo, assim, rudimentos para uma justiça ambiental. Podemos acompanhar pela página do MNCR leis, projetos de lei em tramitação, resoluções, abaixo-assinados, dentre outros instrumentos que buscam a garantia de uma melhoria na vida destes trabalhadores.

Este trabalho se mostrou de suma importância para o desenvolvimento e transformação dos envolvidos, haja visto que observar a gestão de resíduos pela

ótica do catador nos fez refletir acerca das injustiças, das precariedades, das vivências desse indivíduo. Fez aflorar a sensibilidade pela causa. Mais ainda, nos fez pensar que mais além de um grupo de excluídos, são cidadãos, família, pais, filhos, irmãos, pessoas comuns, em busca da sua própria felicidade.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2013.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/download-panorama-2017/>>. Acesso em: 06 out. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. NBR 10004. Norma classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente. ABNT. 2004.
- ABREU, M. F. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2001.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Valéria Gentil; ZANETI, I. C. B. B. Resíduos Sólidos Urbanos: Uma Análise do Mercado de Recicláveis do Distrito Federal, DF. In: ANPPAS. Brasília. Congresso ANPPAS. 2008.
- ALVAREZ, G. A. C. **Reciclando a luta de classes: estudo do movimento dos catadores**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. 2013.
- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, 9(1), 1-13. 2010.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP Editora Papirus, 2000.
- ANDREOLI, C. V., ANDREOLI, F. N., TRINDADE, T. V., HOPPEN, C. Resíduos sólidos: origem, classificação e soluções para destinação final adequada. Complexidade: Redes e Conexões do Ser Sustentável. 1ªed. 2014
- ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. Cadernos de Psicologia social do trabalho, v. 2, p. 55-59, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. Serviço Social & Sociedade, n. 107, p. 405-419, 2011.
- AQUINO, Franciely Cristina; FONSECA, Alysson Rodrigo; SOUSA, Fabrício Furtado; RABELO, Denise Rover M. S. Aspectos socioeconômicos de catadores de recicláveis em uma associação em Santo Antônio do Monte-MG. InterfacEHS, v. 10, n. 1, 2015.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ASSAD, Leonor. Apresentação - lixo: uma resignificação necessária. Cienc. Cult., São Paulo, v. 68, n. 4, p. 22-24, Dec. 2016. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20/08/2019.

BANDEIRA, M. **Estrela da Vida Inteira**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARELLI, Walter. És o avesso do avesso In Revista Estudos Avançados. 17 (47), São Paulo: IEA, 2003. Pp. 07-19

BENVINDO, A. Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. Dissertação de Mestrado na Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2010.

BÍBLIA, português. João Ferreira de Almeida,(Trad.) Bíblia Sagrada. São Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

BORTOLI, M. A. **Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações**. Revista Katálysis, v. 16, n. 2, p. 248-257, 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. **A organização capitalista do trabalho “informal” a casa dos catadores de recicláveis**. Revista brasileira de ciências sociais, 23 (67):101-191, 2008.

BOSI, Antônio de Pádua. **História dos catadores no Brasil**. São Paulo: Verona, 2016. [versão digital]

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar: 2012.

BRAGA M. C.; DIAS C. N. **Gestão de Resíduos Sólidos Urbano** volume I. Curitiba, 2008.

BRASIL. **Lei nº 185** de 14 de janeiro de 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20/11/2019

BRASIL, **Lei Nº 12.305** de 02 de agosto de 2010 - **Política Nacional de Resíduos Sólidos** (PNRS). 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 02/06/2019

BRASIL, **Lei Nº 11.445** de 05 de janeiro de 2007. **Lei do Saneamento Básico**. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm Acesso em: 02/06/2019

BRASIL, **Decreto Nº 7.404** de 23 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm Acesso em: 02/06/2019

BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Versão Preliminar para Consulta Pública**. Brasília, setembro de 2011. Disponível em <www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/consulta/versao_Preliminar_PNRS_WM.pdf>. Acesso em: 14/11/2017.

BRASIL. BRASIL, **Resolução CONAMA nº275**, de 25 de abril de 2001. Publicada no DOU nº 117-E, de 19 de junho de 2001, Seção 1, página 80. 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.529**, de 30 de novembro de 2011. **Prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm Acesso em: 05/11/2019.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria - conheça o plano**. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/conheca-o-plano/>. Acesso em: 14/11/2017.

BURGOS, R. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CHERFEM, C. O. **A coleta seletiva e as contradições para a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis: construção de indicadores sociais**. Mercado de trabalho, v. 59. 2015.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. COOPAMARE. Cooperativa

COSTA, Alfredo B. **Exclusões sociais**, cadernos democráticos, coleção Fundação Mario Soares. Lisboa: Ed. Gradiva. 1998

CRISTINA AQUINO, Franciely et al. **Aspectos socioeconômicos de catadores de recicláveis em uma associação em Santo Antônio do Monte-MG**. InterfacEHS, v. 10, n. 1, 2015.

DIAS, S. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE**. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DIAS, S. M.; BESEN, G. R. **Gestão pública sustentável de resíduos sólidos: uso de bases de dados oficiais e indicadores de sustentabilidade**. Revista Pegada, p. 113-134, 2011.

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.) – 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

EUROPEAN UNION. **Being wise with waste: the EU's approach to waste management**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2010.

EIGENHEER, E. M. **Lixo. A limpeza urbana através dos tempos**. Brasília: Gráfica Palloci, 2009. [versão Digital]

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS (FISENGE). **50 anos do Salário Mínimo Profissional: lutas e desafios para sua implementação**. Rio de Janeiro: Fisenge / Npc, 2016. Disponível em: <<http://sengeba.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Fisenge-Cartilha-50-anos-do-Salario-Minimo-Profissional1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FERRAZ, L.; GOMES, M. H. de A.; BUSATO, M. A. **O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental**. Cadernos EBAPE. BR, v. 10, n. 3, 2012.

FERREIRA, L. F. **Iluminando o lugar: três abordagens** (Relph, Buttimer e Harvey). Boletim Goiano de Geografia 22 (1): 43-72. Jan./jun. 2002.

FINANCIAL RED (México). **Cuál es el salario mínimo de los países de América Latina en 2018?** 2018. Disponível em: <<http://salariominimo.com.mx/comparativa-salario-minimo-latinoamerica/>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

- FREIRE, P. R. N. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 56. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, P. R. N.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GADOTTI, M. **“A dialética: concepção e método”** *In: Concepção Dialética da Educação*. 7 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2012. Pp. 15-38.
- GAUTAMA, Siddharta . **A doutrina de Buda**. Trad. Jorge Anzai. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Tradução Fanny Wrobel. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOLDEBERG , S .**Os ganhos saídos do lixo: conjuntura econômica**. São Paulo, v.59 ,n.9,30-31 set, 2005.
- GOMES, Aline Pimentel et al. **Diagnóstico do processo de coleta e comercialização de recicláveis realizado por catadores na cidade de Passo Fundo/RS**. *Holos Environment*, v. 12, n. 2, p. 201-214, 2012.
- GONÇALVES, P. **Coleta seletiva e inclusão social**, 2001.
- GONÇALVES, R. **Catadores de materiais recicláveis: Trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país**. *Serviço Social e Sociedade*, 82 (65), 87-109, 2006.
- GRECCO, F. S. **Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. 2014.
- GROSSI, M. G.: VALENTE J. S. **Educação ambiental lixo domiciliar**. São Paulo , Universidade Estadual Paulista- UNESP/ Botucatu/FUNDACENTRO, 2005.
- GUARESCHI, P. A. **Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilidade**. *In: Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Bader Sawaia (org.) – Petrópolis, RJ. Vozes, 2016.
- GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental crítica. Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 25-34, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. volume I e II Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Relatório, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20986&Itemid=9 Acesso em: 30/04/2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT/CEMPRE. 1995. 278p.

KIRA, Luci Frare; MEDEIROS, Marcelo Lopes de; SANTOS, Jeanderson Silva dos. **Paulo Freire e a autonomia como emancipação do homem**. In: 8º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2017, Curitiba/PR. ANAIS EDUCERE 2017. Curitiba/PR: EDUCERE, 2017. p. 20649 - 20656.

LACERDA, L. M. de. **O lixo do capital: uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A crise ambiental e suas implicações na educação**. In: QUINTAS, José Silva. (Org.). Pensando e praticando a Educação Ambiental na gestão do meio ambiente. 2. ed. Brasília: Ibama, 2002. p. 161-198.

LAYRARGUES, P. P. **Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, P. P. **Prefácio**. In: LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. Cortez Editora. São Paulo, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Para onde vai a Educação Ambiental? O cenário político ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica**. Revista contemporânea de Educação, Brasília, v. 7, nº 14, p. 398- 421, ago./dez., 2012b.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, v. 6, p. 1-15, 2011.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell. 1991.

LIMA, M. R. P. **Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis**. Sociologia & Antropologia, 7(1), 209-238. 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios**. Conceitos e práticas em educação ambiental na escola, 2007, p. 65.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. Cortez Editora. São Paulo, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a Educação Ambiental em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica**. Trabalho, educação e saúde, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

- LEE, K. H. **Paulo Freire e a pedagogia crítica** In: **GADOTTI, Moacir (Org.). Paulo Freire. Uma Biobibliografia.** São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire - UNESCO, 1996. p. 642-645.
- LEITE, M. de P. **Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. Novas configurações do trabalho e economia solidária.** São Paulo: Annablume, p. 227-267, 2012.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
- LEONARD, A. **A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** Cortez Editora. São Paulo, 2012.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica.** Trabalho, educação e saúde, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.
- MARCOS, P. **Homens de papel.** São Paulo: Global, 1978
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2.ed. São. Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2017.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política, livro I. v. I (O processo de produção do capital).** Boitempo. 2011b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo. 2007.
- MATTOS, C. L. G. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, pp. 49-83. 2011.
- MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** Psicologia & Sociedade, v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.
- MEDINA, Martin. **The World's Scavengers.** New York: Altamira Press, 2007.
- MELO, J. A. de; SOUTO, J. A. **Interfaces no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: relações complexas com o Estado e o capital.** Temporalis, v. 11, n. 21, p. 49-70, 2011215we.
- MELLO, J. B. F. 2014. **O Triunfo do lugar sobre o espaço.** In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.) Qual o espaço do lugar: geografia, epistemologia, fenomenologia. Perspectiva, São Paulo, 2014.
- MELLO JR, E. da S.; NOGUEIRA, M. de O. **A humanização do ser humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”.** Revista Formação@Docente. Belo Horizonte – vol. 3, nº 1, dezembro 2011.
- MÉZSÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINAYO. Maria Cecília de Souza; GOMES. Romeu; DESLANDES. Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 34. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes,

2015.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação por escrito, v. 5, 2014. p. 154-164.

MOURA, A. C. M. **Reflexões Metodológicas como subsídio para Estudos Ambientais Baseados em Análise de Multicritérios**. In Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis, Brasil, 21-26 abril, 2007.

MOVIMENTO NACIONAL DE RECICLADORES DE CHILE. Disponível em <http://movimientorecicladoreschile.blogspot.com.br/p/inclusion-de-recicladores-en-ley.html>. Acesso em 14/11/2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Programa de luta e organização nas bases do Movimento**, Disponível em <http://www.mncr.org.br/>.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas**. Brasília: Edumb, 1982.

OLIVEIRA, Denise A. M. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, L. de. **O sentido de lugar**. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.) Qual o espaço do lugar: geografia, epistemologia, fenomenologia. Perspectiva, São Paulo, 2014.

PASSOS LIMA, M. R. **Plasticidades recriadas: conhecimento sensível, valor e indeterminação na atividade dos catadores de recicláveis**. Sociologia & Antropologia, v. 7, n. 1, 2017.

PICHTEL, J. (2005) **Waste management practices: municipal, hazardous, and industrial**. Boca Raton: Taylor & Francis. 649 p.

RELPH, E. **Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar**. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.) Qual o espaço do lugar: geografia, epistemologia, fenomenologia. Perspectiva, São Paulo, 2014.

PAIVA, Camila Capacle. **Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho**. Ideias, v. 7, n. 2, p. 151-174, 2016.

PAUGAM, S. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In: Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Bader Sawaia (org.) – Petrópolis, RJ. Vozes, 2016.

PELOTAS. **Lei nº 4.354** de 11 de março de 1999. **Código Municipal de Limpeza Urbana de Pelotas**. Pelotas, 1999. Disponível em: <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/490739/lei-4354-99> . Acesso em: 20.jun.2019.

PELOTAS. **Decreto nº 4.538**, de 16 de julho de 2003. Regulamenta o art. 53 da lei nº 4354, de 11 de março de 1999. Pelotas, 2003. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2003/453/4538/decreto-n-4538-2003-regulamenta-o-art-53-da-lei-n-4354-de-11-de-marco-de-1999-estabelecendo-a-obrigatoriedade-da-coleta-seletiva-domiciliar-de-residuos-solidos-nos-condominios-residenciais-do-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 12.jun.2019.

PELOTAS. **Decreto nº 5.841**, de 30 de junho de 2015. **Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Pelotas, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2015/585/5841/decreto-n-5841-2015-institui-o-plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-pmgirs-do-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20.jun.2019.

PELOTAS. **Lei 6.618** de 2018. **Institui a Semana Municipal de Conscientização do Descarte Responsável do Lixo**. Pelotas, 2018.

PELOTAS. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS**. Pelotas, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9894849-Plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-pmgirs-municipio-de-pelotas-rs.html> Acesso em: 31.jul.2019.

PITANO, Sandro de Castro; GHIGGI, Gomercindo. **Autoridade e liberdade na práxis educativa: Paulo Freire e o conceito de autonomia**. Revista Saberes, v. 2, n. 3, 2009.

RAMALHO, Vanda. **Desafiliação social: ambiguidades e multirealidades na contemporaneidade**. Lusiada. Intervenção Social, Lisboa, n.37. 2011

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. Coleção Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RODRIGUES, L. F.; CAVINATTO, V. M. **Lixo: de onde vem? Para onde vai?**. São Paulo: Moderna, 1997.

ROGERS, G. **What is special about social exclusion approach?** In: Rogers, C. Gore, & J. Figueiredo (Orgs.), *Social exclusion: rethoric, reality, responses* (pp. 43-55). Genebra: International Institute for Labor Studies. 1995

ROMANOWSKI, J. P. e ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo ‘Estado da Arte’ em educação**. In: Revista Diálogo Educacional, Set./Dez. 2006, n.º 19, v.6.

SAWAIA, B. Introdução: **Exclusão ou inclusão perversa?** In: *Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Bader Sawaia (org.) – Petrópolis, RJ. Vozes, 2016.

SCHWARTZ, Joshua. **Reduce, reuse and recycle**. Prolegomena on breakage and repair in Ancient Jewish society: broken beds and chairs in Mishnah Kelim. JSIJ, n. 5, p. 147-180, 2006. Disponível em: < <https://jewish-faculty.biu.ac.il/files/jewish-faculty/shared/JSIJ5/schwartz.pdf> >. Acesso em: 31 outubro de 2019.

SECRETARIA do Meio Ambiente / Coordenadoria de Educação Ambiental. **Guia Pedagógico do Lixo**. 6ª edição (revista e atualizada) São Paulo : SMA/CEA, 2011.

SILVA, G. R.; ZANIN, M. **Catadores e movimento social: uma pesquisa bibliométrica**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 15, n. 1, p. 7-13, 2017.

SILVA, A. A. R.; ALVES, L. M. O.; DA LUZ CARVALHO, G.; DE SOUSA, M. J. R.; DOS REMÉDIOS BESERRA, M. **Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho: transformações e desafios frente a informalidade**. Revista de Políticas Públicas, 20, 227-236. 2016.

SILVA, G. R. da; ZANIN, M. **Catadores e movimento social: uma pesquisa bibliométrica**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 15(1), 7-13.2017.

SILVA, A. A. R.; ALVES, L. M. O.; DA LUZ CARVALHO, G.; DE SOUSA, M. J. R.; REMÉDIOS BESERRA, M. **Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho**: transformações e desafios frente a informalidade. *Revista de Políticas Públicas*, 20, 227-236.2017.

SILVA, S. P.; GOES, F.; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

SILVA, M. do S. F; JOIA, P. R. **Situação socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Aquidauana/MS**. *Revista Terra Plural*, v. 2, p. 25-39, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

SOUTO, J. V.; DE MELO, J. A.; TAVARES, M. A. **Catadores de lixo: Trabalho Informal que nutre a Produção Formal**. *Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. 2009.

STRASSER, Susan. **Waste and Want. A Social History of Trash**. New York: Helt Paperback, 2000.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2.ed., 2010.

TEIXEIRA, K. M. D. **Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis**. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 1, 2015.

TRINDADE, Hiago. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017

VELLOSO, Marta Pimenta. **Criatividade e resíduos sólidos resultantes da atividade humana: da produção do lixo à nomeação do resto**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência de Saúde Pública) – Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/vellosompdf.pdf>>. Acesso em: 14/11/2017.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Pela dignidade dos catadores**. *Gaúcha ZH*. 16/08/2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2018/08/pela-dignidade-dos-catadores-cjkvjirb301qz01n0stat6mcr.html>

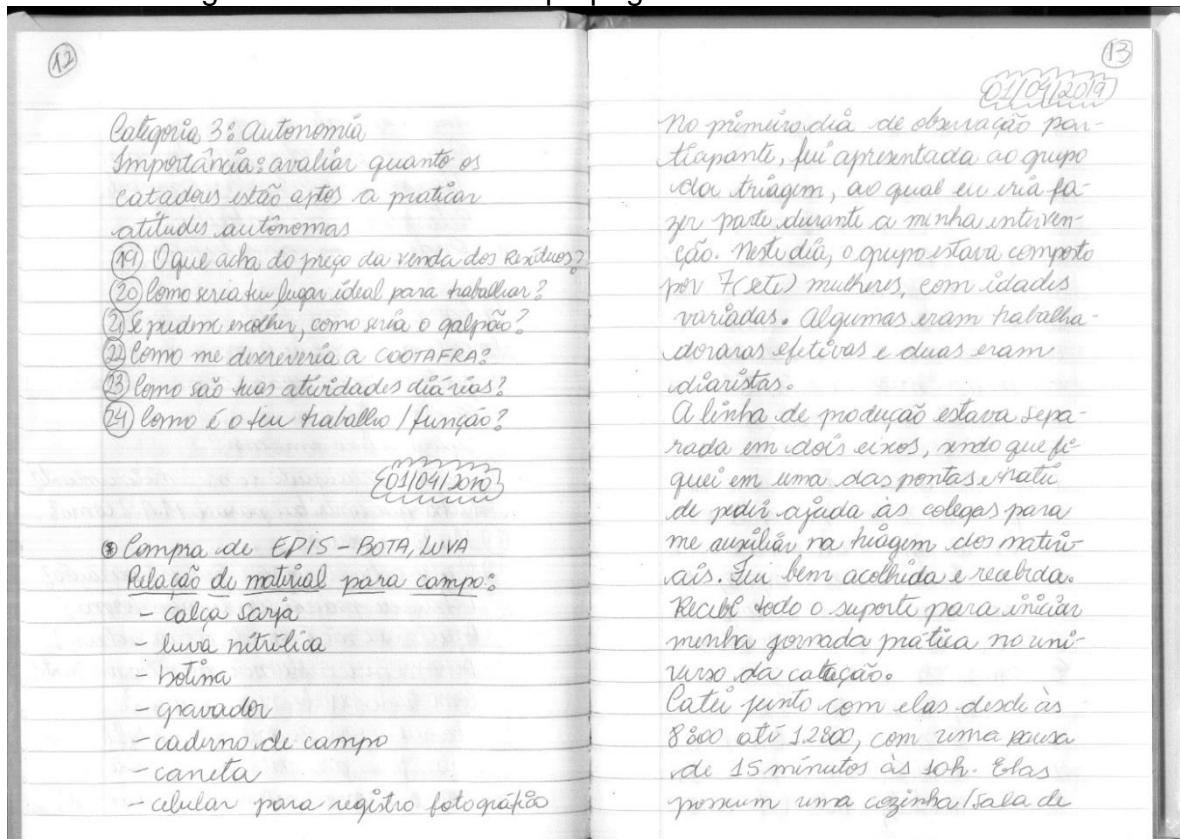
WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: *Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Bader Sawaia (org.) – Petrópolis, RJ. Vozes, 2016.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2010.

YIN, R. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

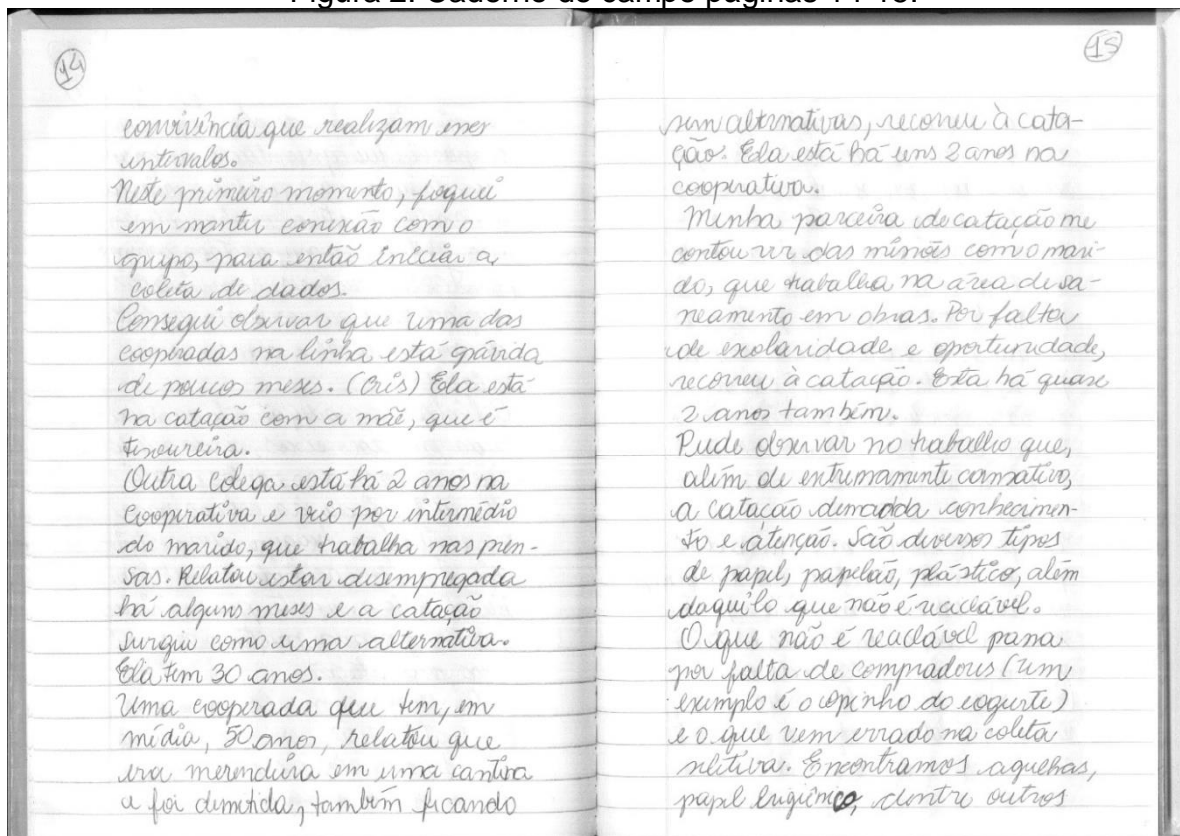
APÉNDICE

Figura 1: Caderno de campo página 12 - 13



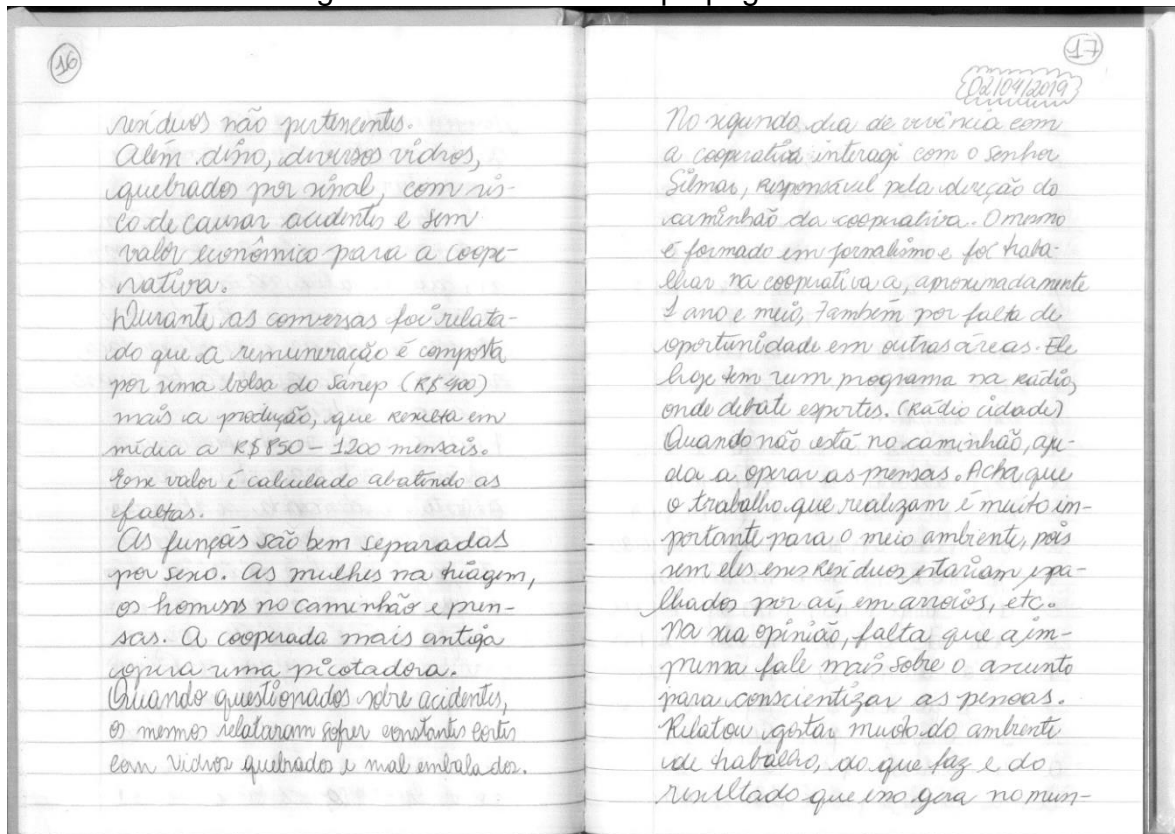
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 2: Caderno de campo páginas 14-15.



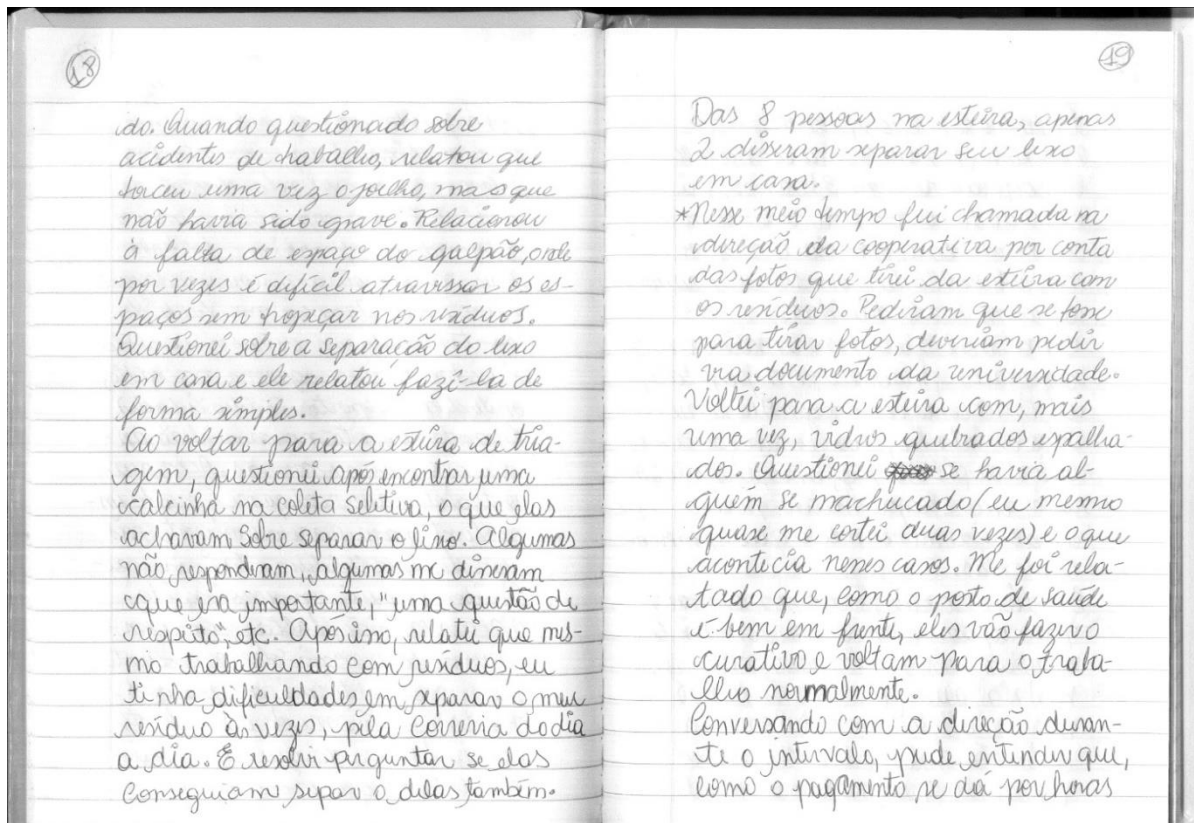
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 3: Caderno de campo páginas 16-17.



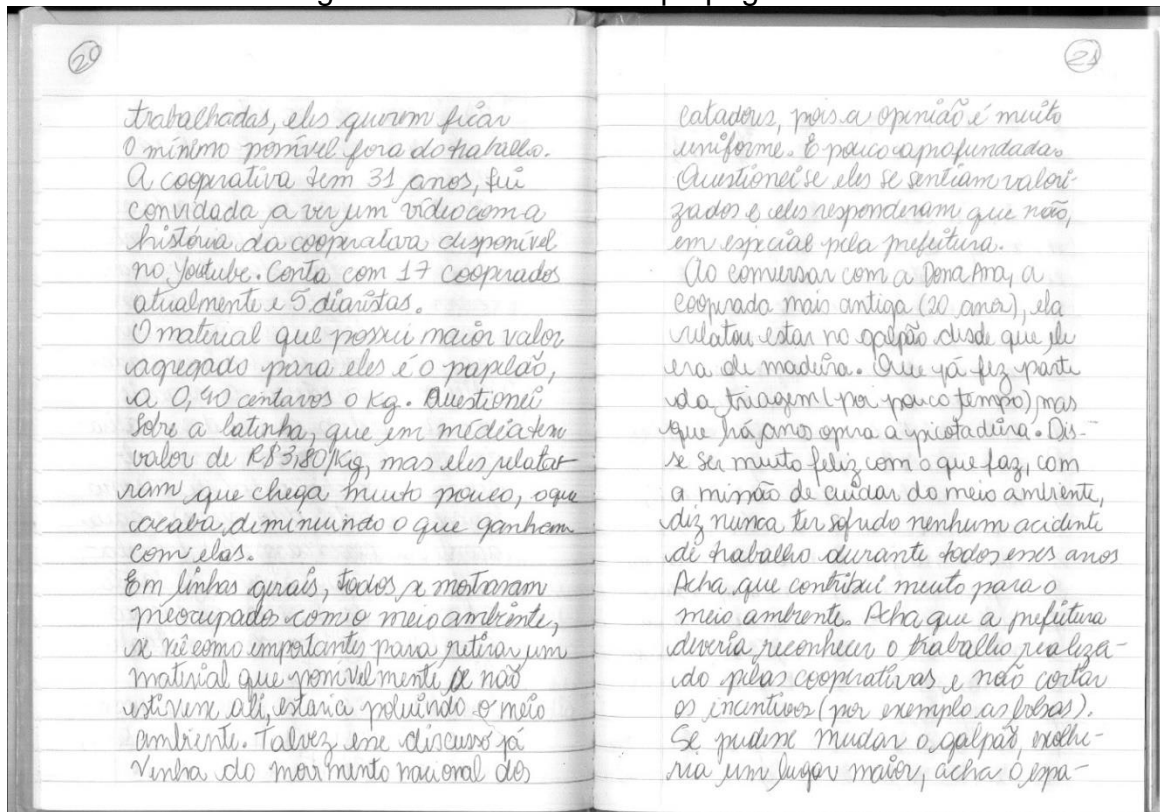
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 4: Caderno de campo páginas 18-19.



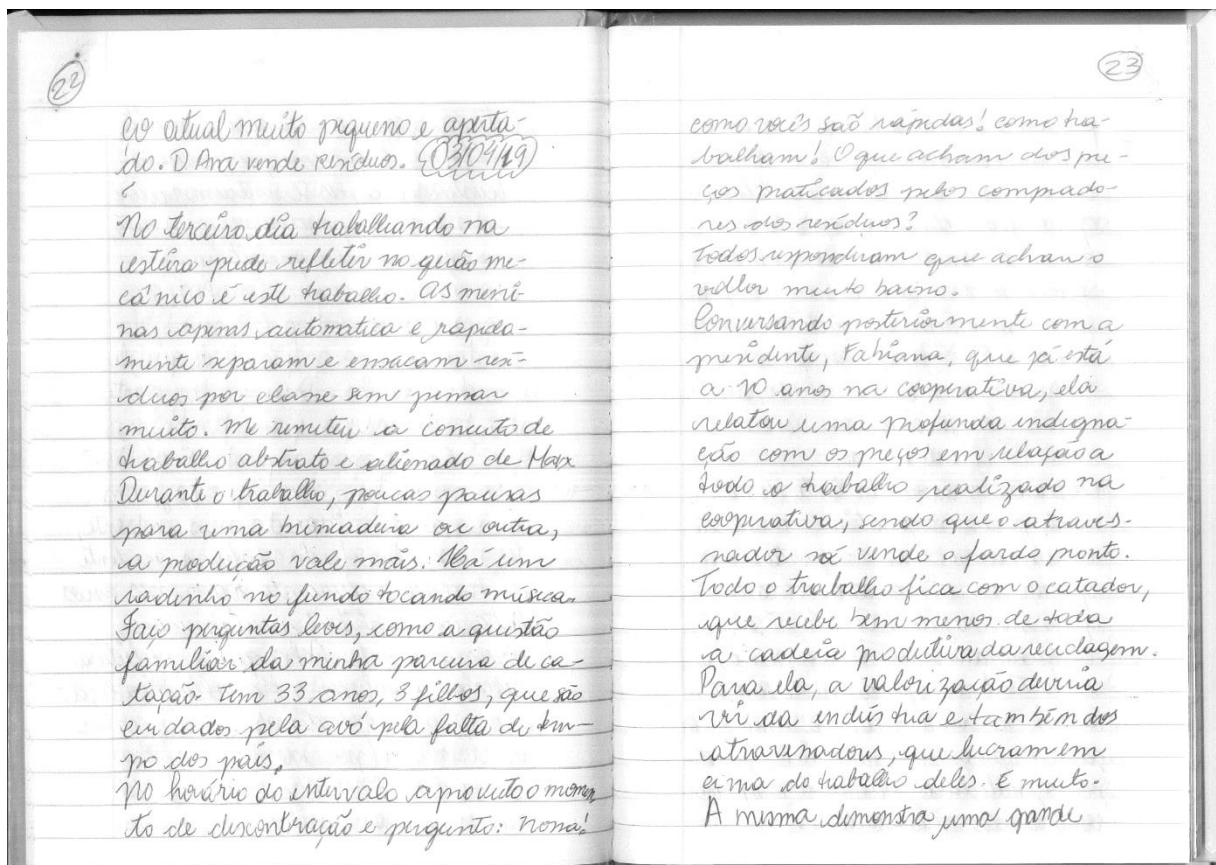
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 5: Caderno de campo páginas 20-21.



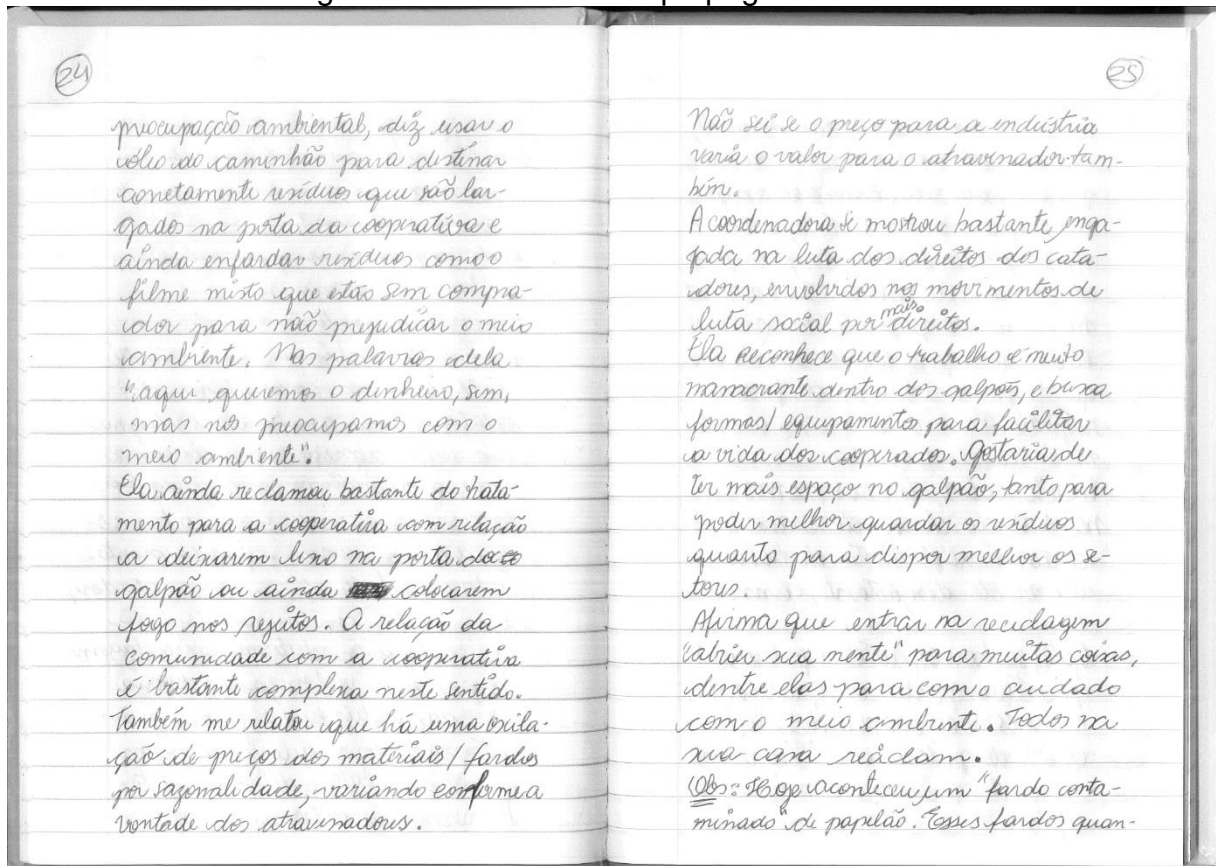
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 6: Caderno de campo páginas 22-23.



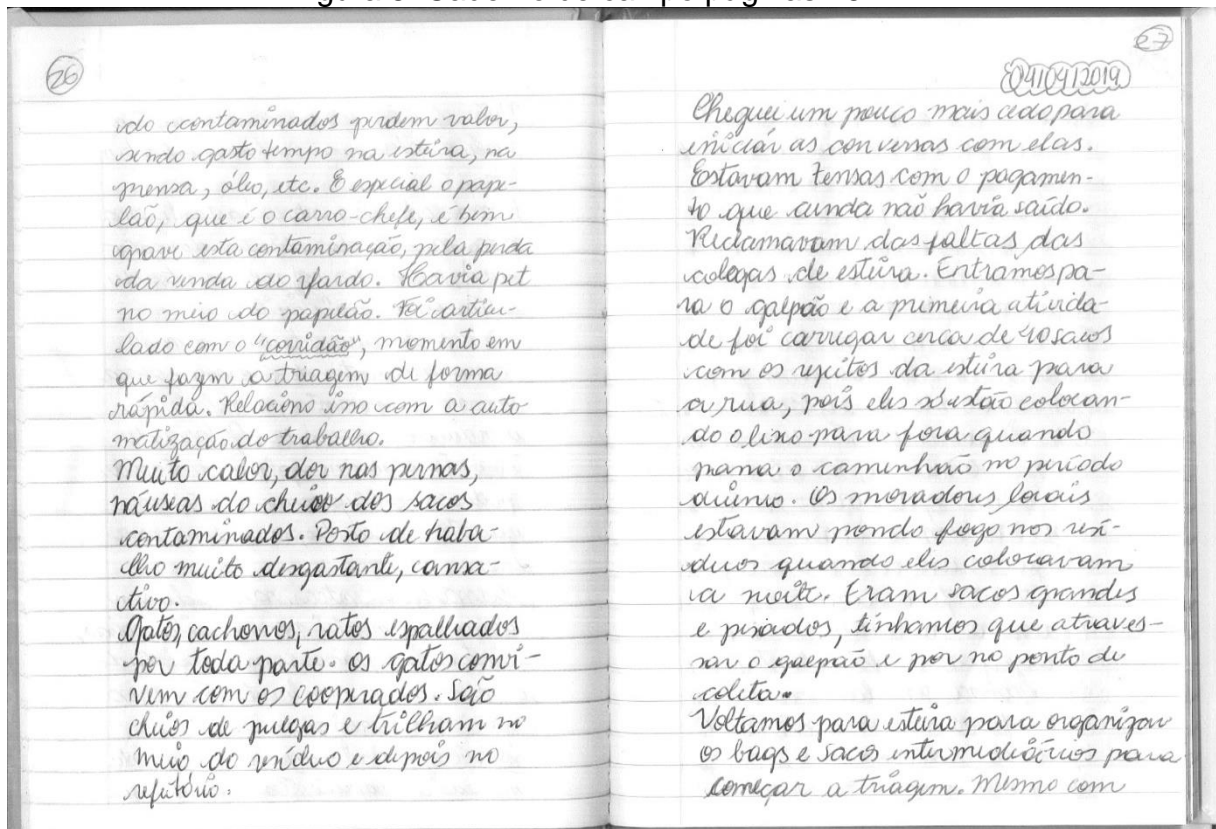
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 7: Caderno de campo páginas 24-25.



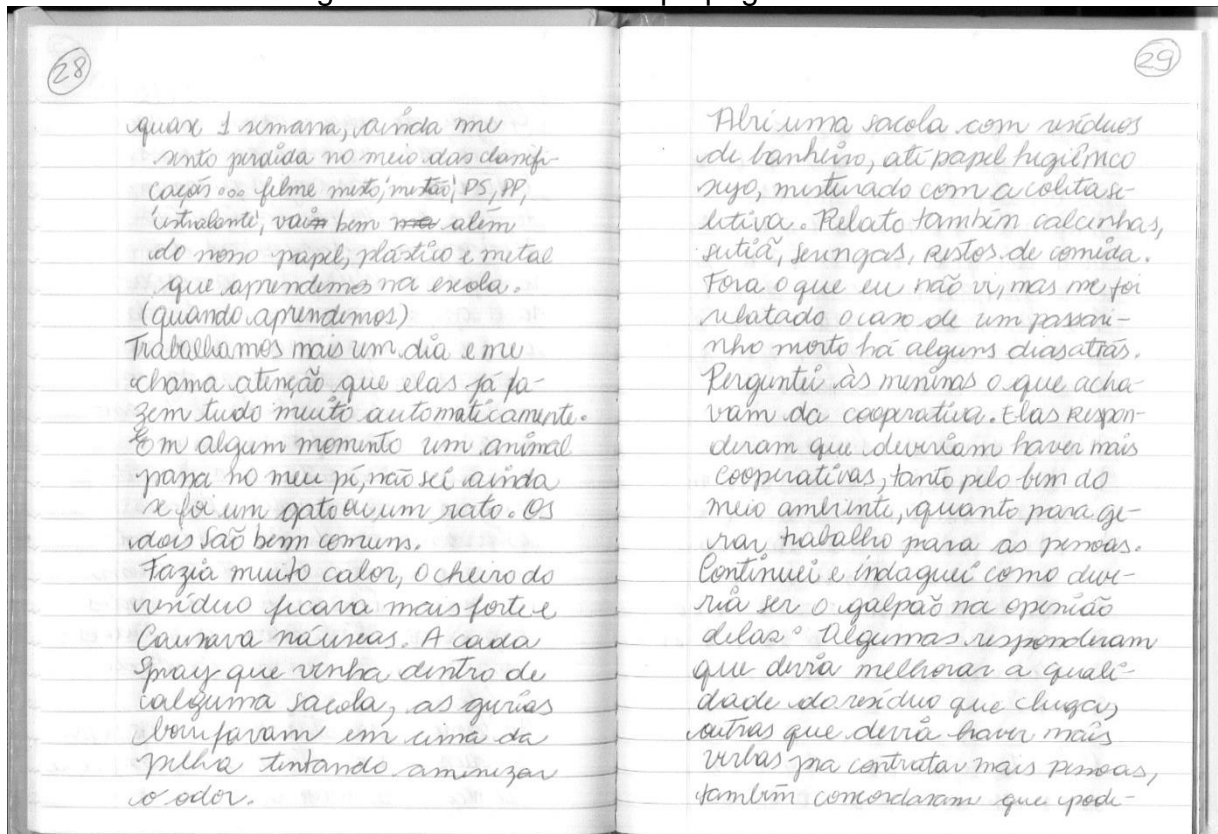
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 8: Caderno de campo páginas 26-27.



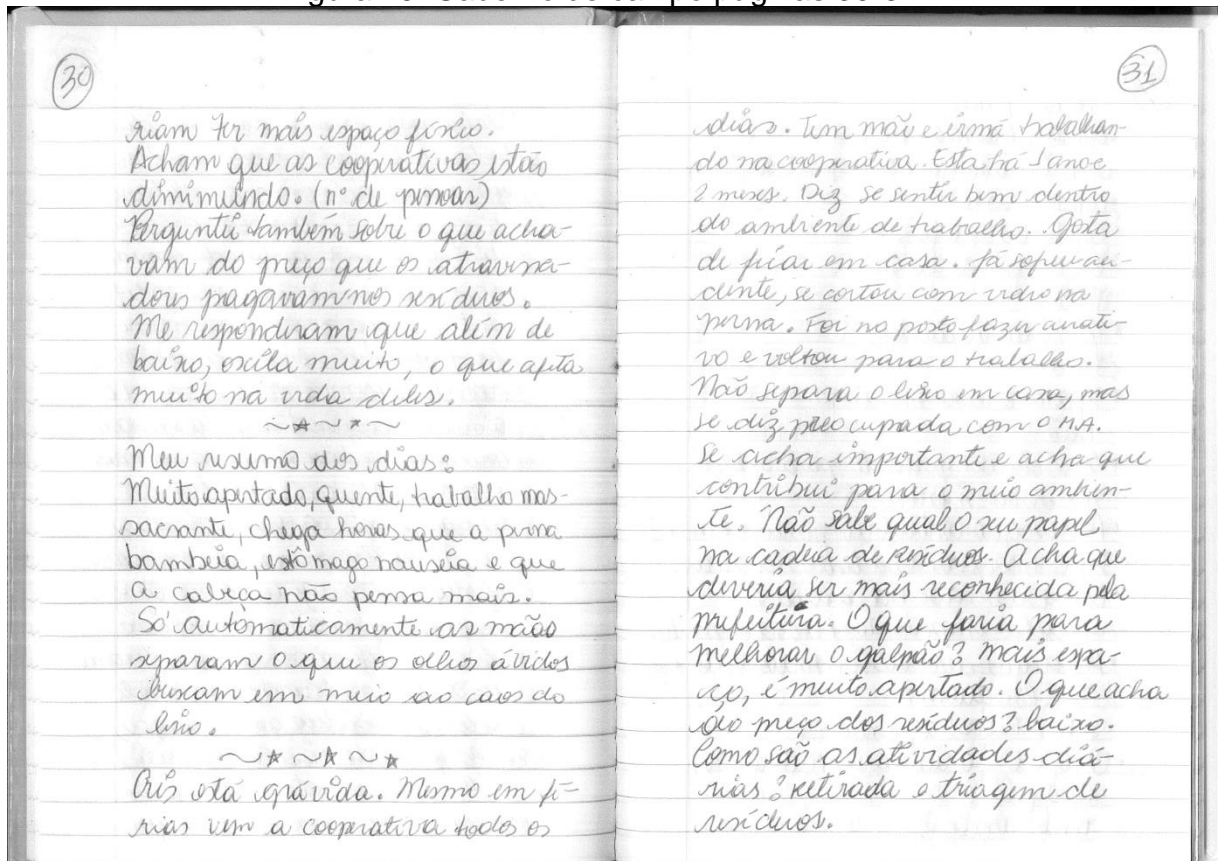
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 9: Caderno de campo páginas 28-29.



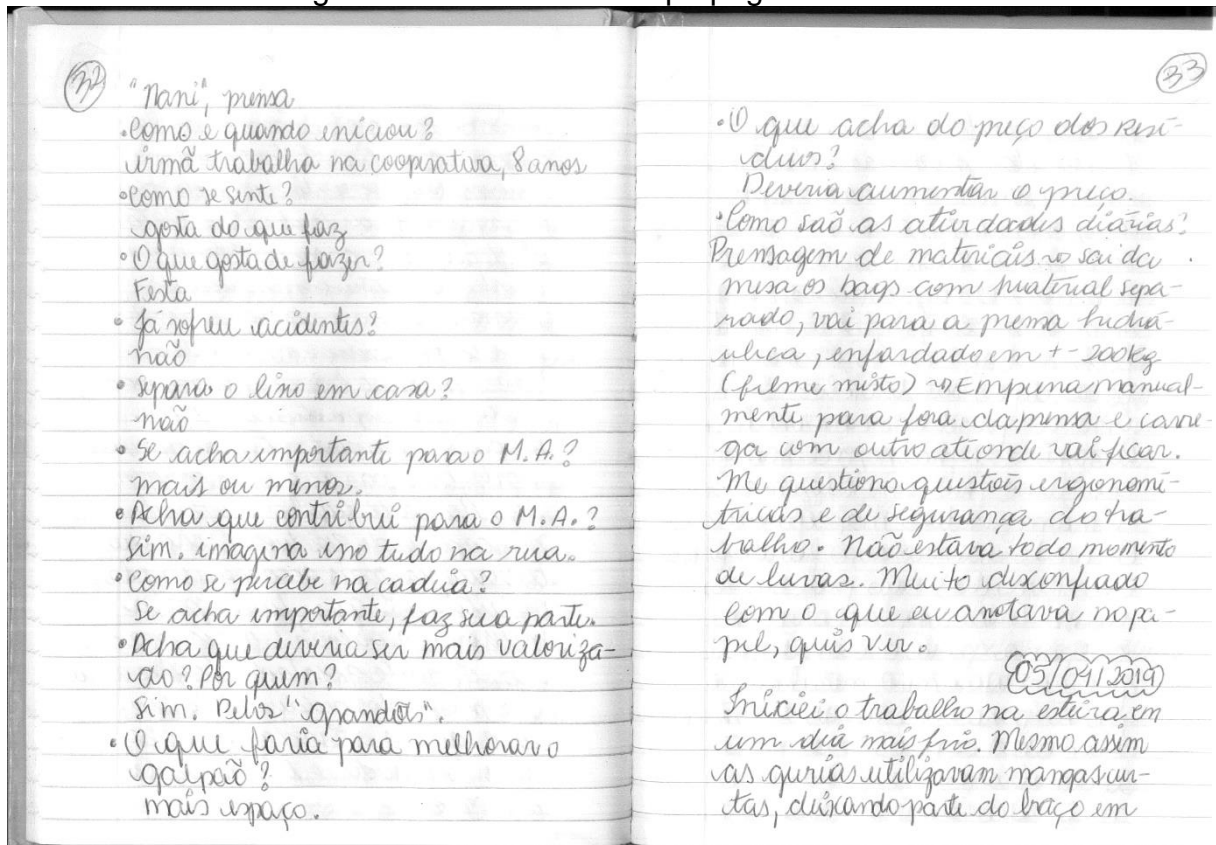
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 10: Caderno de campo páginas 30-31.



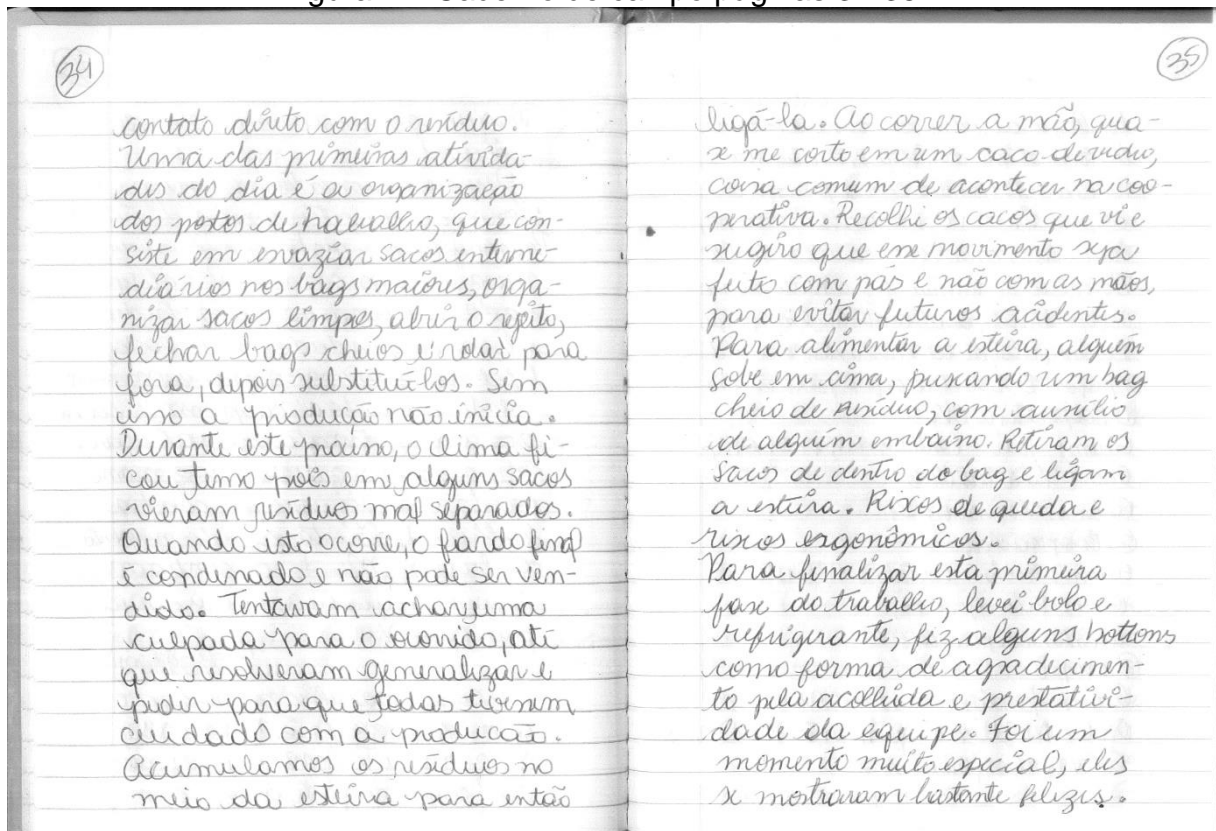
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 11 Caderno de campo páginas 32-33.



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 12: Caderno de campo páginas 34-35.



Fonte: Arquivo Pessoal